



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - DEGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



IZANI GONÇALVES DOS SANTOS PEREIRA

GEOGRAFIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: um recorte
para a produção do conhecimento científico no Brasil e para a Rede de
Enfrentamento no combate à violência de gênero no Nordeste

São Luís

2024



IZANI GONÇALVES DOS SANTOS PEREIRA

GEOGRAFIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: um recorte para a produção do conhecimento científico no Brasil e para a Rede de Enfrentamento no combate à violência de gênero no Nordeste

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – DEGEO/PPGEO da Universidade Federal do Maranhão, com requisito a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues

Co-orientador: Prof. Dr. José Aquino Júnior

São Luís – MA

2024



IZANI GONÇALVES DOS SANTOS PEREIRA

GEOGRAFIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: um recorte
para a produção do conhecimento científico no Brasil e para a Rede de
Enfrentamento no Nordeste

Aprovada em: São Luís, ____/____/____

Prof. Dra. Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Orientadora

Prof. Dr. José Aquino Júnior
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Coorientador

Prof. Dra. Maria Mary Ferreira
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Avaliadora Externa - PPGPP

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Avaliador Interno - PPGGEO



Gonçalves dos Santos Pereira, Izani.

Geografia Feminista e Políticas Públicas: : Um Recorte Para A Produção do Conhecimento Científico No Brasil e Para A Rede de Enfrentamento No Combate À Violência de Gênero No Nordeste / Izani Gonçalves dos Santos Pereira. - 2024.

180 f.

Coorientador(a) 1: José Aquino Júnior.

Orientador(a): Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação Em Geografia, 2024.

1. Mulheres. 2. Violência de Gênero. 3. Geografia Feminista. 4. Políticas Públicas. 5. Nordeste. I. Aquino Júnior, José. II. Ribeiro Rodrigues, Zulimar



Dedico em especial ao meu pai e minha mãe, *in memoriam*

O caminhoneiro, Raimundão, e a costureira Maria Helena

Construí minha história sobre os ombros de vocês.



AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por cada dia iluminar meu caminho, me mostra que os momentos árdusos são aqueles que nos fortalece, a Ele e a Ela devo tudo, e tudo a qual tenho.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por toda estrutura cedida na conclusão deste mestrado e desta pesquisa, como minha “casa de todo Santo dia”. Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) como “terceira casa de todo Santo dia” e local meu campo de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO / UFMA por todo suporte material e imaterial na construção desta dissertação. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa subsidiada, a qual foi todo fomento desta pesquisa.

Aos meus orientadores, os professores Zulimar Márta (que apazigou minhas crises existenciais como pesquisadora) e ao Dr. José Aquino que me mostram os melhores caminhos com atenção e carinho, mesmo na demora de nossos encontros e minhas confusas ideias, mas sempre estavam lá, além de professores, como amigos também.

Ao Coordenador do PPGGEO, Prof. Dr. Márcio Celeri por todo apoio e conselhos dados nessa jornada e a secretária mestranda Dona Benigna, que além de amiga e companheira, pelos chocolates maravilhosos de aquecer o coração [eu não poderia esquecer]. E a Profa. Dra. Helen Nébias nos momentos de conselhos e acolhimento.

Aos inestimáveis professores que comporam está banca com valiosas recomendações, Profa. Dra. Maria Mary Ferreira e Prof. Dr. Marcos Nicolau.

Aos amigos próximos que floresceram na minha jornada: João Figueiredo “Joãozinho”; Vivian; Perla; Dona Taciana “Tia da Xerox”; Dona Ingrid e Sr. Sérgio do hall. E as demais que cultivei. Ao meu querido esposo Isaias, que me ouvia dia e noite minhas ideias e devaneios sobre este estudo, e que, em nenhum momento desistiu da nossa jornada, sempre me apoiando e dando força em todos os momentos com muito amor.

À minha querida irmã Fernanda e sobrinha/afilhada que me trouxeram alegria e as minhas mães M^a Helena e Vilma Gonçalves que foram combustível para as diversas batalhas, tal como minha tia Roseane e demais familiares. Assim, como a família do meu noivo, que nunca nos deixaram desamparados na nossa jornada, em especial a Sr. Orlando e Mariinha.



RESUMO

O fenômeno da violência contra as mulheres é uma problemática social que requer diálogo e interdisciplinaridade nos diversos âmbitos da Política Pública de Gênero para as Mulheres, de forma intersetorial na área da educação, da saúde, da segurança pública, e nas demais dimensões. Esta pesquisa analisou a produção do conhecimento científico brasileiro feminino/feminista, bem como dos marcos regulatórios das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e como se refletiu no Nordeste, através da rede de enfrentamento. Trata-se de pesquisa interdisciplinar e da pluralidade metodológica, que articula a abordagem exploratória com os métodos de levantamento bibliográfico, revisão sistemática, análise geoespacial e análise quanti-qualitativa. Foi estruturada em duas etapas: I. Analisar a produção do conhecimento científico brasileiro produzido a partir dos descritores '*gênero/violência/mulher/políticas públicas*', influenciado pelo movimento social feminista, sobretudo, por meio de 4 (quatro) vias de análise: 1. teses; 2. Artigos científicos; 3. Periódicos científicos; 4. Grupos de estudos. II. A segunda etapa propõe-se investigar os padrões geoespaciais da Rede de Enfrentamento a mulheres em situação de violência e o perfil de mulheres vítimas de no Nordeste por meio do Sistema Nacional de Notificação de Agravos e Doenças (SINAN), no recorte temporal de 2010 a 2020. Assim, a partir das análises abstrai-se os seguintes resultados: - os dispositivos legais como a Lei Maria da Penha, a Lei 10.778 de 2003 que regula a obrigatoriedade da notificação de casos de violência contra as mulheres em unidade de saúde, propiciaram o aumento significativo de teses no eixo sobretudo, entre 2012 a 2015; - as teses concentraram-se principalmente nas áreas de conhecimento da saúde, com predominância no Estado de São Paulo; - os grupos de estudo e pesquisa concentram-se em sua maioria no Rio de Janeiro enquanto que os veículos de informação científica em especial os periódicos científicos tiveram predominância no Estado da Bahia; Com relação a espacialização dos serviços da Rede de Enfrentamento, 26% das Delegacias de Atendimento Especializadas as Mulheres em situação de violência (DEAM) estão situadas no Nordeste, sendo a segunda região do país em quantitativo de DEAM, apenas precedido da região Sudeste; e em menor número, as Casas-Abrigos e Casas da Mulher Brasileira que se localizaram particularmente nas Capitais; - Quanto ao perfil das vítimas com base no SINAN, o Estado de Pernambuco é o primeiro no ranking do quantitativo das formas de violência no Nordeste. Os cônjuges, ex-cônjuges e desconhecidos são os principais agressores da violência analisada, sendo perpetrada principalmente contra mulheres parda de 20 a 39 anos e de baixa escolaridade. Portanto, conclui-se que a análise da produção científica e dos marcos regulatórios no Brasil, influenciados pelo movimento feminista, evidenciaram avanços significativos, especialmente com a implementação de legislações como a Lei Maria da Penha e a Lei 10.778/2003. No entanto, a concentração desigual de estudos e recursos nas regiões metropolitanas, como observado na predominância de teses em São Paulo e periódicos científicos na Bahia, sugere a necessidade de distribuição mais equitativa de pesquisa e de recursos para enfrentamento da violência em todo o país. A análise geoespacial da rede de enfrentamento no Nordeste destaca a presença expressiva de delegacias especializadas e a escassez relativa de casas-abrigo e unidades da Mulher Brasileira fora das capitais, apontando para desafios significativos de acesso para mulheres em áreas mais remotas. Além disso, o perfil das vítimas identificado no SINAN, com mulheres pardas de baixa escolaridade entre 20 e 39 anos sendo as mais afetadas, ressalta a necessidade de políticas públicas sensíveis às particularidades socioeconômicas e regionais. Dessa forma, o enfrentamento efetivo da violência contra as mulheres requer não apenas a continuidade do fortalecimento legal e institucional, mas também a ampliação e descentralização das estratégias de prevenção, proteção e assistência, garantido que todas as mulheres.

Palavras-Chave: Mulheres; Violência de Gênero; Geografia Feminista; Políticas Públicas; Nordeste



RESUMEN

El fenómeno de la violencia contra las mujeres es un problema social que requiere diálogo e interdisciplinariedad en los diferentes ámbitos de la Política Pública de Género para las Mujeres, de manera intersectorial en las áreas de educación, salud, seguridad pública y otras dimensiones. Esta investigación analizó la producción de conocimiento científico femenino/feminista brasileño, así como los marcos regulatorios de las políticas públicas de combate a la violencia contra las mujeres y cómo ésta se reflejó en el Nordeste, a través de la red de enfrentamiento. Dividido en dos etapas: I. Analizar la producción de conocimiento científico brasileño producida a partir del eje 'género/violencia/mujer/políticas públicas', influenciada por el movimiento social feminista, sobre todo, a través de 4 (cuatro) vías de análisis: 1 tesis; 2. Artículos científicos; 3. Revistas científicas; 4. Grupos de estudio. Utilizando dos matrices estructurales: matriz metodológica y matriz teórica. II. La segunda etapa propone investigar los patrones geospaciales de la Red de Afrontamiento de mujeres en situación de violencia, además del perfil de las mujeres víctimas de violencia física; violencia repetida; violencia económica; el acoso sexual; violación y violencia psicológica, por el Sistema Nacional de Notificación de Enfermedades y Enfermedades (SINAN), en el período 2010 a 2020. Así, de los análisis se extrajeron los siguientes resultados: - disposiciones legales como la Ley Maria da Penha, Ley 10.778 de 2003, que regula la notificación obligatoria de los casos de violencia contra las mujeres en las unidades de salud, provocaron un aumento significativo de las tesis en el eje 'género/violencia/mujer/' políticas públicas', especialmente entre 2012 y 2015; - las tesis se concentraron principalmente en las áreas del conocimiento en salud, con predominio en el Estado de São Paulo; - los grupos de estudio e investigación se concentran mayoritariamente en Río de Janeiro, mientras que en el Estado de Bahía predominan los vehículos de información científica, especialmente las revistas científicas; En cuanto a la espacialización de los servicios de la Red de Enfrentamiento, el 26% de las Estaciones de Atención Especializada a Mujeres en Situación de Violencia (DEAM) están ubicadas en el Nordeste, siendo la segunda región del país en número de DEAM, sólo precedida por el Sudeste. región; y en menor número, las Casas de Acogida y Casas da Mulher Brasileira que estaban ubicadas particularmente en las Capitales; - En cuanto al perfil de las víctimas según el SINAN, el Estado de Pernambuco es el primero en el ranking por número de formas de violencia en el Nordeste. Cónyuges, excónyuges y desconocidos son los principales agresores de la violencia analizada, siendo perpetrada principalmente contra mujeres pardas de 20 a 39 años y con bajo nivel educativo. Por lo tanto, se concluye que el análisis de la producción científica y de los marcos regulatorios en Brasil, influenciados por el movimiento feminista, mostró avances significativos, especialmente con la implementación de legislaciones como la Ley Maria da Penha y la Ley 10.778/2003. Sin embargo, la concentración desigual de estudios y recursos en las regiones metropolitanas, como se observa en el predominio de tesis en São Paulo y de revistas científicas en Bahía, sugiere la necesidad de una distribución más equitativa de investigaciones y recursos para combatir la violencia en todo el país. El análisis geoespacial de la red de enfrentamiento en el Nordeste destaca la importante presencia de comisarías especializadas y la relativa escasez de refugios y unidades de mujeres brasileñas fuera de las capitales, lo que apunta a importantes desafíos de acceso para las mujeres en zonas más remotas. Además, el perfil de las víctimas identificadas en el SINAN, siendo las mujeres morenas y con bajo nivel educativo entre 20 y 39 años las más afectadas, pone de relieve la necesidad de políticas públicas sensibles a las particularidades socioeconómicas y regionales. Por lo tanto, enfrentar eficazmente la violencia contra las mujeres requiere no sólo un fortalecimiento legal e institucional continuo, sino también la ampliación y descentralización de las estrategias de prevención, protección y asistencia, asegurando que todas las mujeres se vean afectadas.

Palabras clave: Mujer; Violencia de género; Geografía feminista; Políticas públicas; Nordeste



LISTA DE GRÁFICOS E ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Vias de Análise da primeira etapa

Organograma 2: Vias de análise da segunda etapa

Gráfico 1: Ano de publicação das teses

Gráfico 2: Teses por área de conhecimento

Gráfico 3: quantitativo de grupos de estudos por áreas do conhecimento do CNPq

Gráfico 4: quantitativo de grupos de estudos em “mulheres, gênero e feminismo” no Brasil por UF

Gráfico 5: Ano de publicação dos artigos analisados

Gráfico 6: Área do conhecimento nos artigos científicos

Gráfico 7: Número de delegacias por regiões brasileiras

Gráfico 8: Quantitativo das formas de violência no Nordeste

Gráfico 9: tipo de agressores

Gráfico 10: uso de armas de fogo por tipo de violência



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Porcentagem da diferença de gênero até 2020 (mundial)

Figura 2: radar dimensional e ranking de 2006 e 2021

Figura 3: Percentual de mulheres no Ensino Superior na América Latina e Caribe em 2018

Figura 4: Distribuição percentual dos concluintes da graduação por sexo segundo as grandes áreas dos cursos brasileiros em 2019

Figura 5: Total de discentes por nível, situação e sexo no ano de 2015

Figura 6: Instrumentos políticos nacionais de igualdade de gênero

Figura 9: percentual de participações das Capitais pelo Nordeste

Figura 10: mulheres mortas com o tipo de arma nas regiões do Brasil em 2019



LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Relação crimes violentos x Postos Especiais de atendimento as mulheres e DEAM

Mapa 2: Distribuição de teses no Brasil

Mapa 3: quantitativo de programas de pós-graduação no Brasil

Mapa 4: número de periódicos por UF e regiões do Brasil

Mapa 5: Índice de Vulnerabilidade Social das mulheres no Nordeste

Mapa 6: espacialização das delegacias no Nordeste

Mapa 7: Mapa das Casas Abrigo no Nordeste

Mapa 8: Quantitativos de violências notificadas por UF (2010 a 2020)



LISTA DE SIGLAS

AMB: Articulação de Mulheres Brasileira
ABSP: Anuário Brasileiro de Segurança Pública
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CLACSO: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CAPES: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAW: Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CIM: Comissão Interamericana de Mulheres
CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CIDH: Convenção Interamericana dos Direitos Humanos
ESDA: Análise Exploratória de Dados Espaciais
DATASUS: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEAM: Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher
GEPGÊNERO: Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IVS: Índice de Vulnerabilidade Social
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA: Instituto de Pesquisa Estatística e Aplicada
FBSP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
MJ: Ministério da Justiça
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
MFA: Movimento Feminino pela Anistia
NGE: Núcleos e Grupos de Estudos
NEIM: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
LDB: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LGBT+: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.



PPGNEIM: Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

ONU: Organização das Nações Unidas

OPAS: Organização Pan-Americana de Saúde

OMS: Organização Mundial de Saúde

STEM: Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

SIG: Sistemas de Informações Geográficas

SUS: Sistema Único de Saúde

SSP: Secretária de Segurança Pública

SPM: Secretária Especial de Políticas Para Mulheres

SINAN: Sistema Nacional de Notificações de Doenças e Agravos

REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero

REGGSILA: Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana

RBMC: Rede Brasileira de Mulheres Cientistas

UBS: Unidades Básicas de Saúde

UF: Unidade da Federal

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	200
4. Produção do conhecimento científico ocidental: das origens a crítica feminista	29
5. Histórias de luta, herança de um passado desigual: dados da atualidade.....	39
6. Redes e articulações internacionais e nacionais de mulheres na ciência.....	466
7. Movimentos sociais das mulheres e feministas enquanto catalizadores de políticas públicas de gênero	511
8. Conceituando as formas de violência contra as mulheres	600
9. Geografia, gênero e feminismo: precisamos falar do papel da geografia nesta discussão	633
10. A Violência como problemática da Segurança Pública e da Saúde Pública: Impacto na saúde das mulheres.....	98
12. SINAN como ferramenta de uma política pública para a violência contras as mulheres.....	10301
13 Rede de enfrentamento para as mulheres em situação de violência no nordeste.....	10605
14. Espacialização das diversas formas de violências, rede de apoio e perfil das vítimas.....	11009
15. Perfil das vítimas: analisando as formas das violências	11514
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13130
REFERENCIAS	13433
APÊNDICE 1	144
APÊNDICE 2	156
ANEXO 1	17979



1 INTRODUÇÃO

A violência em todo o mundo é uma problemática de natureza complexa e difícil resolução que afeta a todos, a violência e a criminalidade infligem contra os Direitos Humanos dos Cidadãos e das pessoas, que transcende as fronteiras nacionais, as classes sociais, com consequências que afeta a vida social, cultural econômica e a saúde das populações.

No Brasil, dados registrados nos principais veículos de comunicação como as publicações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP) revela uma queda no cenário nacional das mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes de 2019 para 2022 em (2,4%), principalmente no Sudeste (-2,0%); Norte (-2,7%) e no Nordeste com a maior redução de (-4,5%) em contrapartida as regiões do Centro-Oeste (0,8%) e Sul (3,2%) que há crescimento nos índices da violência.

Por outro lado, apesar do Nordeste apresentar a maior redução dos indicadores da violência, 7 das primeiras 10 cidades do ranking das 50 cidades mais violentas do país, segundo a taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) do FSBP, são do Nordeste, como aponta o (Gráfico 1):

Gráfico 1: Ranking das 50 cidades mais violentas do país segundo a taxa de MVI

No.	Município	UF	Taxa de Mortes Violentas Intencionais (2022)	No.	Município	UF	Taxa de Mortes Violentas Intencionais (2022)
1	Jequié	BA	88,8	26	Marabá	PA	51,8
2	Santo Antônio de Jesus	BA	88,3	27	Vitória de Santo Antão	PE	51,5
3	Simões Filho	BA	87,4	28	Itabaiana	SE	51,2
4	Camaçari	BA	82,1	29	Caucaia	CE	51,2
5	Cabo de Santo Agostinho	PE	81,2	30	São Lourenço da Mata	PE	50,3
6	Sorriso	MT	70,5	31	Santana	AP	49,4
7	Altamira	PA	70,5	32	Paragominas	PA	49,3
8	Macapá	AP	70,0	33	Patos	PB	47,5
9	Feira de Santana	BA	68,5	34	Paranaguá	PR	47,3
10	Juazeiro	BA	68,3	35	Parauapebas	PA	46,9
11	Teixeira de Freitas	BA	66,8	36	Macaé	RJ	46,7
12	Salvador	BA	66,0	37	Caxias	MA	46,5
13	Mossoró	RN	63,5	38	Parnaíba	PI	46,3
14	Ilhéus	BA	62,1	39	Garanhuns	PE	44,9
15	Itaituba	PA	61,6	40	São Gonçalo do Amarante	RN	44,9
16	Itaguaí	RJ	61,6	41	Alvorada	RS	44,8
17	Queimados	RJ	61,2	42	Jaboatão dos Guararapes	PE	44,6
18	Luís Eduardo Magalhães	BA	56,5	43	Duque de Caxias	RJ	44,3
19	Eunápolis	BA	56,3	44	Almirante Tamandaré	PR	44,2
20	Santa Rita	PB	56,0	45	Castanhal	PA	44,2
21	Maracanaú	CE	55,9	46	Campo Largo	PR	43,3
22	Angra dos Reis	RJ	55,5	47	Porto Velho	RO	42,1
23	Manaus	AM	53,4	48	Ji-Paraná	RO	41,8
24	Rio Grande	RS	53,2	49	Belford Roxo	RJ	41,8
25	Alagoinhas	BA	53,0	50	Marituba	PA	41,6



Fonte: Adaptado do FBSP (2023)

Silva, et al. (2017) apontam que os índices de violência registrados nas últimas décadas são influenciados pelas diversas carências das populações de baixa renda, falta de infraestrutura para a população mais jovem residente em áreas de vulnerabilidade, pelo aumento da taxa de desemprego, crescimento populacional, e pela falta de políticas públicas direcionadas a combater a violência, articuladas com projetos de inclusão social, dentre outros.

No enfrentamento e monitoramento a essa realidade sobressalente, o emprego de indicadores e índices é um importante instrumento como parâmetro de análise de um problema social, como a violência, em que possibilitem incrementar e dimensionar as interpretações empíricas sobre a realidade social, orientando de forma mais competente as análises (Januzzi, 2002).

Deste modo, reconhece-se ainda que os eventos violentos são passíveis de compreensão e análise por meio da dinâmica territorial urbana. Visto que, quando se estuda os diversos fenômenos sociais através da sua distribuição e territorialidades, observamos que ocorrem baseados na transformação do espaço (Passo, 2015).

Masullo (2020) destaca que essa violência se revela de maneira heterogênea, tanto na sua dinâmica territorial como temporal. O que torna inegável a importância de estudos ligados ao planejamento e gestão baseados em indicadores sociais e evidências que possibilitem a proposição de estratégias que atendam às demandas da sociedade e a prevenção a criminalidade.

Considerando assim o contexto em exposição, as mulheres em particular, são um dos grupos em vulnerabilidade que mais sofrem violência, com significativa invisibilidade no engajamento de estratégias que possibilitem de maneira mais eficaz seu enfrentamento como problema social, que afeta inúmeras mulheres no mundo acarretando sérios problemas de diversas ordens, coadunando com a urgente necessidade de uma aplicação dos direitos e princípios universais de liberdade, igualdade, segurança, integridade e dignidade relativos a todos os seres humanos. (ONU,1993).

De acordo com Waiselfisz (2015), a violência contra a mulher é um fenômeno tão antigo quanto a humanidade. Sendo recente, a judicialização do problema, como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela força das leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas de enfrentamento e



prevenção da violência de gênero, como aparelhamento policial e jurídico para proteger as vítimas e/ou punir os agressores.

Menciona-se também, a cultura patriarcal, que permeia as relações sociais de gênero e das mulheres, de maneira que perpassa pelo contrato sexual, isto é, pela divisão sexual do trabalho e do poder (Saffioti, 2015), como instrumento de manutenção da violência, que de acordo com Saffioti (2015, p.48) “de fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação”.

De forma que, a estrutura hierárquica de dominação tem sido historicamente predominante em muitas sociedades no mundo, incluindo o Brasil, influenciando as relações sociais de gênero e a experiência das mulheres, em que a desigualdade de poder é reforçada pelas normas de gênero estereotipadas e pelas expectativas e papéis socialmente construídos.

Como quadro da manutenção dessa violência, dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS, 2017) revelam que em 2017, aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida, (38%) dos assassinatos dessas mulheres são cometidos por um parceiro masculino.

No Brasil, os dados revelam que, 2022 foi o ano com maior número de estupros na história do país (74.930 vítimas), crescendo 8,2% a mais em relação ao ano anterior, dos quais, 56.820 foram estupros de vulneráveis; 56,8% contra mulheres negras e 68,3% ocorreram dentro das próprias residências das vítimas. Ainda de acordo com os dados do anuário, cresceu todos os indicadores da violência doméstica para o ano citado, dentre as quais, se registraram aumento de 2,9% nas agressões por violência doméstica (245.713 agressões registradas); 7,2% em ameaças (613.529 ocorrências); e 24.382 ocorrências de violência psicológicas (FBSP, 2023).

O cenário da violência contra as mulheres no país não para pôr aí, no citado ano dos dados disponibilizados pelo anuário, cresceu em 13,7% as Medidas Protetivas de Urgência concedidas (445.456 medidas); aumento de 6,1% o número de feminicídio (1.437 registros), dos quais, 61,1% foram mulheres negras; 71,9% mulheres entre 18 a 44 anos e 53,6% dos crimes cometidos por parceiros íntimos, representando 7 em cada 10 mulheres mortas dentro de casa (FBSP, 2023).

Cabe destacar que, apesar das alarmantes taxas de crimes violentos contra as mulheres, alcançando expressiva variação de 252% mortes violentas de 1980 a 2013 no



país (Waiselfisz, 2015) e da significativa invisibilidade em torno da violência perpetrado contra o sexo feminino, são muitos os esforços dados para o enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres, principalmente, com implementação de importantes dispositivos jurídicos-legais de proteção as mulheres, haja a vista as legislações pertinentes: Lei nº 10.778/2003 acerca da obrigação a notificação compulsória nos serviços de saúde de casos de suspeitos de violência contra a mulher; Lei nº13.340/06, chamada simbolicamente de “Lei Maria da Penha”; Lei nº 13.104/2015 chamada “Lei do Feminicídio”, entre outros dispositivos legais. Importante destacar que todos esses instrumentos legais foram implementados a partir das lutas feministas que se intensificaram no Brasil a partir dos anos oitenta, que tiveram eco no período que corresponde aos anos de 2003-2016.

É evidente que a violência é uma questão complexa e universal, que infringe os direitos humanos, causando impactos negativos na vida das pessoas. Nesse sentido, o uso de indicadores e índices se mostra importante para analisar e compreender a realidade social, orientando a formulação de estratégias de enfrentamento. Além disso, a violência contra as mulheres surge como um problema de grande magnitude, marcado por uma cultura patriarcal e desigualdade de poder. Apesar dos avanços nas leis de proteção às mulheres, a violência de gênero persiste, exigindo a implementação de políticas públicas mais abrangentes e aprofundadas.

Portanto, partindo do panorama construído acima, esta pesquisa assume o pressuposto que houve ampliação da produção científica conforme o combate à violência de gênero se consolidou como política pública no país. E que, no Nordeste com a ampliação das políticas públicas houve um incremento da rede de proteção às mulheres e combate as diversas formas de violência.

Assim, está pesquisa tem como **objetivo geral** analisar a produção do conhecimento científico brasileiro feminino/feminista, bem como dos marcos regulatórios das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e como se refletiu no Nordeste, através da rede de enfrentamento.

Tem-se como **objetivos específicos**:

- Analisar a produção do conhecimento científico brasileira a partir de 4 (quatro) vias de análise (teses, artigos científicos, grupos de estudo e periódicos científicos);



-
- Discutir a relação da produção do conhecimento como alicerce as políticas públicas;
 - Espacializar a rede de enfrentamento a violência contra as mulheres (Casas Abrigos, DEAM, Casas da Mulher Brasileira) na região Nordeste e em suas Capitais;
 - Investigar o perfil das mulheres vítimas das diversas formas de violência a partir do Sistema Nacional de Notificação de Doenças e Agravos (SINAN) de 2010 a 2020, na região Nordeste brasileira.

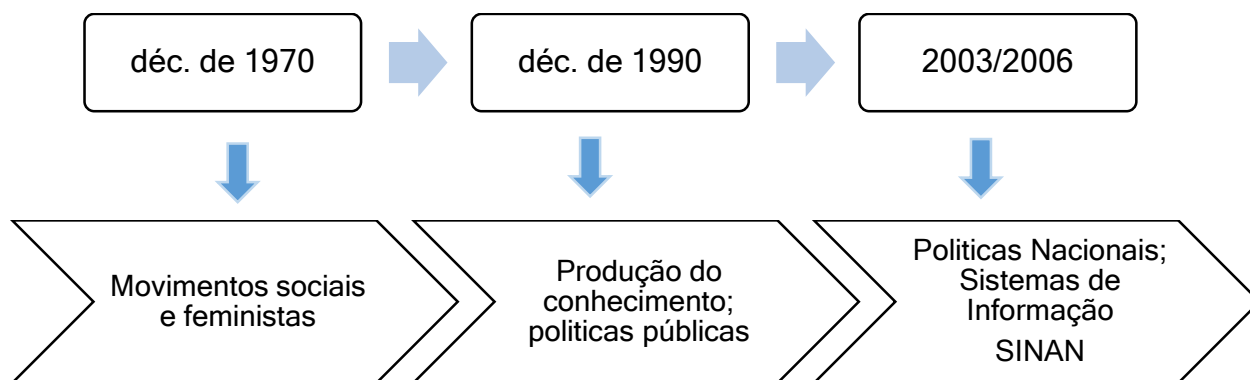
Dessa forma, espera-se que esse estudo contribua para o fortalecimento das ações de combate à violência contra as mulheres e para a construção de uma sociedade mais igualitária, livre e segura para todos os indivíduos.



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Esta dissertação trata-se de uma pesquisa interdisciplinar e da pluralidade metodológica, de forma que articula abordagem exploratória com os métodos de levantamento bibliográfico, revisão sistemática, análise geoespacial e análise quanti-qualitativa. Está estruturada em duas etapas que se relacionam entre si. Dos quais, discute-se a partir de uma historicidade a produção do conhecimento científico como espaço para e de mulheres, e, seus reflexos para o cenário brasileiro a partir dos dados institucionais da violência, o que por sua vez, justifica-se a estrutura desta dissertação (cronograma 1):

Cronograma 1: Cronologia do percurso histórico brasileiro



Por sua vez, nossos próximos capítulos serão ilustrados como a dimensão histórica da violência no Brasil é delineada a partir de uma problemática social postergada, sobretudo, pelo tardio ingresso das mulheres nos espaços da ciência e outros espaços políticos.

2.1 Primeira etapa da pesquisa

Para compreender a produção do conhecimento científico e as políticas públicas de gênero para as mulheres formalizadas no Brasil, este estudo estruturou-se sob a perspectiva interdisciplinar e da pluralidade dentro do raciocínio geográfico, dos quais permite compreender que:

- I. as políticas públicas são interdisciplinares, de acordo com Marques e Pimenta (2018) o anseio e a necessidade de investigar e explorar os problemas sociais já não se limitam mais a uma só ciência, a uma só



disciplina, que demandam intervenções governamentais, incremento de novas tecnologias e um reposicionamento dos produtores de conhecimento.

- II. a possibilidade de analisar as formas de violência contra as mulheres no seio da pluralidade metodológica, já que se trata de uma problemática relacionada ao campo da saúde nas pesquisas sociais quali-quantitativa. De forma que, essa abordagem permite a combinação de métodos qualitativos e quantitativos, ampliando a compreensão dos dados coletado, para captura de toda a complexidade e diversidade dos fenômenos sociais Minayo e Minayo-Gómez (2003).

- III. Menciona-se ainda, que a pluralidade metodológica colocada em questão se complementa ao que Silva (2009, p. 30) propõe:

O conhecimento contemporâneo visa o estudo das condições de possibilidades da ação humana que se projeta no mundo a partir de um determinado espaço e tempo. Por essa razão, é um conhecimento que se constitui sempre a partir de uma pluralidade metodológica. E como nem sempre a realidade a ser estudada é ordenada e sistemática, a tarefa da análise consiste em selecionar o que é importante para uma compreensão mais ampla e abrangente do fenômeno estudado, sem se restringir à questão metodológica.

- IV. Por sua vez, dá-se importância singular ao raciocínio geográfico que segundo Silva (2006, p. 30) “ocorre numa situação complexa que envolve não somente a presença de técnicas e tecnologias, mas uma articulação teórico-metodológica.” No que concerne ao raciocínio geográfico Borges et al., (2020, p. 128) aponta que “O raciocínio geográfico está constantemente buscando por formas sugestivas, padrões espaciais e conexões estruturais que deem sentido às situações geográficas e a eventos históricos.”

Sobretudo, está primeira etapa da pesquisa caracterizou-se em uma Revisão Sistemática com uma abordagem quanti-qualitativa cuja finalidade consistiu em explorar com rigor o objeto estudado, em que o pilar é responder um questionamento



central formulado na pesquisa. Permitindo neste método a inclusão de análises estatísticas para o alcance dos resultados pretendidos (Batista e Kamunda, 2021).

Segundo Souza et al. (2018) a *Cochrane Collaboration* recomenda 8 (oito) etapas para a elaboração de uma revisão sistemática:

1. Definição de uma questão de revisão e de critérios para incluir estudos;
2. Procura de estudos;
3. Seleção de estudos e colheita de dados;
4. Avaliação do risco de viés nos estudos incluídos;
5. Análise de dados e realização de meta-análises;
6. Colocação dos vieses no relatório;
7. Apresentar resultados e tabelas com "resumo dos resultados", e por último;
8. Interpretação dos resultados e conclusões.

Para esse procedimento metodológico foi utilizado para analisar 4 (quatro) veículos de produção de conhecimento feminina/feminista que, na nossa compreensão, impactam ou são impactadas pela formulação de políticas públicas para esse grupo, e que reflete em certa medida, a sistematização do conhecimento produzido.

Organograma 1: Vias de Análise da primeira etapa



Assim utilizou-se para a investigação as seguintes especificações:

I. Teses:

- a) Foram utilizadas somente Teses dispostas na base de dados do Repositório do Portal da Capes de Teses e Dissertações, disponível: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>
- b) Foram coletadas 150 teses (nº inicial), contudo, após as perdas de duplicação, teses que fugiram dos descritores utilizou-se apenas 100 teses (nº final);
- c) Todas as teses coletadas versavam especificamente acerca da violência de gênero contra as mulheres, descartadas aquelas não referentes a temática;
- d) Teses exclusivamente na língua portuguesa;
- e) Utilizou-se 3 (três) descritores no campo de busca, sendo eles: “*violência /contra /mulheres*”; “*gênero/ mulheres / crime/ denúncia*”; “*mulheres /situação / violência*”;

II. Periódicos científicos:



A seleção dos periódicos científicos desenvolveu-se individualmente na plataforma de pesquisa do Google através dos descritores “periódicos e gênero”; “periódicos e mulher”; “periódicos feministas”, nesta vertente foram coletados 18 periódicos científicos em todo o território brasileiro.

Foram coletadas no website de cada periódico seu metadado, isto é, as informações gerais de cada periódico científico para subsidiar as análises propostas.

III. Núcleo e Grupos de Estudos (Anexo 2):

Os Núcleos e Grupos de Estudos (NGE) referente a temática desta pesquisa foram selecionados mediante a *Consulta Parametrizada* na plataforma “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/grupo-pesquisa>

- a) Foram coletados 319 NGE (nº inicial), contudo, após as perdas utilizou-se apenas 295 (nº final);
- b) O termo de parâmetro consistiu em: *grupo//gênero//mulher//feminismo*;
- c) Foi descartada as informações quanto ao Líder (coordenador) dos NGE.

IV. Artigos científicos:

Quanto aos artigos científicos foram coletados 25 artigos na plataforma de Google Acadêmico e no Scielo (plataformas parcialmente não tendenciosas), sem delimitação de periodicidade, por meio dos descritores: “análise espacial//violência//mulher”.

Menciona-se que a coleta das vias de análise da primeira etapa da pesquisa não delimitou o período nos filtros e descritores de busca, pois teve como objetivo apreender a periodicidade do conhecimento produzido a respeito da problemática.

2.2 Tratamento e análise dos dados

As vias de produção de conhecimento analisadas neste estudo foram tratadas no Excel®, dos quais os produtos foram em formato de gráficos e mapas temáticos.



Os mapas temáticos foram produzidos dentro do ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – Qgis 3.22.5. No qual, de acordo com Martinelli (2009), o mapeamento dos conjuntos espaciais temáticos é um empreendimento metodológico-interpretativo, resultado das abordagens: qualitativa (o quê?); ordenada (em que ordem/onde?); e quantitativa (quanto/qual frequência/qual a proporcionalidade?).

Em que seu início se dá na delimitação da problemática social, de forma que sua representação se relaciona a vários métodos, apropriando-se as formas (pontos, linhas, áreas) do fenômeno investigado no espaço.

2.3 Segunda etapa da pesquisa

A segunda etapa da pesquisa analisou o perfil das mulheres em situação de violência notificada no período de 2010 a 2020 no Nordeste e nas Capitais dos Estados nordestinos por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Tal como, buscou-se investigar também os padrões geoespaciais e temporais da Rede de Enfrentamento as Mulheres em situação de violência no Nordeste. A qual, compõem um amplo conjunto de Políticas Públicas para as Mulheres.

Para tanto, parte-se de uma abordagem quanti-qualitativa e geoanalítica, já que o fenômeno da violência contra mulher no espaço geográfico é um objeto interdisciplinar que nos permitiu analisá-la adotando estratégias de diferentes metodologias. Justificando-se em consoante com Flick (2009, p. 20) em que “a mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais”.

Assim, com a finalidade de alcançar os objetivos desenvolveu-se as seguintes etapas: a. Revisão bibliográfica e teórica; b. Coleta de dados; c. Tratamento dos dados; d. Tratamento das informações espaciais; e. Produção dos gráficos e mapas; f. Redação e interpretação dos resultados obtidos.

2.4 Origem e levantamento dos dados

Nesta segunda etapa utilizaram-se 3 (três) escalas geográficas: Brasil, Nordeste e Capitais, além de 4 (quatro) vias de análise, oriundas de dados de fonte secundárias obtidas em repositórios online, foram elas:



Organograma 2: Vias de análise da segunda etapa



Quantitativo de violências:

Os quantitativos das formas de violência foram adquiridos a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, que é o sistema nacional responsável pelas notificações oriundas das Unidades Básicas de Saúde (UBS), adquirido por meio do portal do DATASUS <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>>, precisamente nas subseções: >>Informações de Saúde (TABNET) >>Epidemiológicas e Morbidade. Com o recorte temporal de 2010 a 2020.

Foram utilizados os filtros de estratificação dentro do repositório de busca do SINAN para as variáveis: a. Unidade da Federal (UF) por notificação; b. ano; c. quantitativo total por UF; d. Raça/cor; e. Escolaridade; f. Faixa etária; g. Autor da agressão.

Referentes a 6 (seis) de formas violências, classificada e identificadas pelos órgãos da segurança pública e adotada pelo SINAN:

- 1. Violência psicológicas/moral**
- 2. Violência física**
- 3. Assédio sexual**
- 4. Violência de repetição**
- 5. violência econômica/patrimonial**
- 6. Estupro/violência sexual**

Justifica-se a escolha pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN como instrumento de análise nesta pesquisa, por se tratar de uma das possibilidades de estudo das notificações da violência. Que por se tratar de uma problemática complexa e de dimensões alarmantes foi incluída na lista de doenças e



agravos como problemática de saúde pública, isto é, para além da segurança pública, já que a violência tem gigantesco impacto na saúde das mulheres.

Delegacias (DEAM):

O levantamento das delegacias utilizadas na pesquisa seguiu dois percursos de acordo com o ano dos dados:

1. Para 2020, foram adquiridas a partir do levantamento/mapeamento da instituição ‘AzMina’, que de acordo com seu site (AzMina, 2022) “é um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero, mas que não considera mulher como categoria universal [...]”;
2. Para 2007, foram utilizadas a partir da pesquisa “Mapeamento de Delegacias da Mulher no Brasil”, realizada por pelas pesquisadoras Wânia Pasinato e Cecília MacDowell Santos, em 2008, referente ao projeto guarda-chuva “Acesso à justiça para mulheres em situação de violência: Estudo comparativo das Delegacias da Mulher na América Latina (Brasil, Equador, Nicarágua, Peru)”.

Utilizou estas pesquisas na temporalidade comparativa de 2007 e 2020, em virtude das seguintes justificativas: 1. Pesquisas de coberturas nacionais; 2. Ambas as pesquisas são as únicas produzidas no país que mapeiam toda a rede de postos de atendimento as mulheres; 3. Inclusive, são referências para outras bases de dados.

Casas-Abrigo

O quantitativo das Casas- Abrigo foi utilizado a partir de 2 (duas fontes): 1. da ‘Pesquisa de Perfil dos Estados Brasileiros (Estadic)’, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as Casas-Abrigo de 2018, e, 2. Do “Mapeamento de Delegacias da Mulher no Brasil” para as Casas-Abrigo de 2007.

Casas da Mulher Brasileira e Casas da Mulher Estadual

O quantitativo de Casas da Mulher Brasileira e de Casas da Mulher Estaduais como o caso da Casa da Mulher Maranhense e Casa da Mulher Alagoana (estaduais),



refere-se a um banco de dados do ano de 2022, que consistiu em dados secundários coletados no seguinte processo:

- i. Identificação individual por Estado de cada Casas;
- ii. Confirmação dessas unidades (casas) nos portais governamentais;
- iii. Coleta de coordenadas geográficas (x e y) no Google Maps de cada unidade;
- iv. Organização em banco de dados das coordenadas em informação espacial e informação geográfica;
- v. Conversação dessas coordenadas para o Excel, e para o formato *csv* (formato de tabulação separado por virgula).

2.5 Tratamento e tabulação dos bancos de dados

Majoritariamente, os bancos de dados foram tratados dentro de 2 (dois) ambientes:

- Excel: utilizou-se para limpeza de resíduo de dados; organização de banco de dados; operações e uso de fórmulas; criação de gráficos; dentre outras funções;
- Ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG): Sobretudo para união de dados em *tabelas de atributo e shapefile*; *edição de colunas dos dados*; etc.

Após o processo de tratamento dos bancos de dados os produtos para análise foram desenvolvidos principalmente nos formatos de gráficos e mapas.

3.6 Análises e técnicas geoespaciais aplicadas

Os dados citados na pesquisa foram geoprocessados e analisado a partir das técnicas descritas abaixo nos softwares Qgis 3.18 e ArcGis 10.8, sob o aporte teórico de Câmara (2004):

- I) *Análise Exploratória de Dados Espaciais (Exploratory Spatial Data Analysis – ESDA)*: consiste na análise dos padrões, associações e distribuições espaciais de fenômeno;
- II) *Simbologia pontual proporcional*: técnica que emprega simbologia hierarquizada em uma relação de intensidade/proporcionalidade de um fenômeno;



- III) *Centróides de polígonos*: O centróide de polígonos caracteriza-se como uma técnica geométrica poligonal, do qual atribui a *tabela de atributo* das feições que contém os valores dos polígonos a um ponto geométrico (o centróide).
- IV) *Análise coroplética*: denomina-se também de *mapas temáticos* que se associa a *ESDA*, utilizando dados quali-quantitativos que normalmente representam o fenômeno em superfície estatística por meio de áreas simbolizadas com cores (círculo cromático) de acordo com sua proporcionalidade.
- V) *Clip e Union*: São ferramentas de geoprocessamento dentro dos SIGs que permitem fazer alterações e edições de tabelas de atributo, como processamento de dados em camadas de *shapefile* e dados em outros formatos como *xml* e *raster*.
- VI) *BaseMaps*: é o uso de imagens online de satélites de altíssima resolução atualizadas. É disponibilizada no Qgis pelo *plugin: HCMGIS* (Data as a Service DaaS), que serve para mapas detalhados.



4. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO OCIDENTAL: trilhando caminhos

“Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que suas origens foram estruturadas para excluí-las.” Schiebinger (2001, p. 37)

De forma preliminar, para este e para os demais capítulos que se debruçam na tarefa de discutir, investigar e analisar o fenômeno de estudo em questão, colocamos ‘as claras’ que devido a magnitude conceitual que envolve essa temática, não temos a pretensão de esgotar teoricamente cada categoria de análise que contribui para este estudo, visto as diversas limitações existentes, mas, desejamos, abrir ‘uma porta’ para demais pesquisas futuras, especialmente no campo da geografia.

Esclarecemos também que utiliza-se a categoria ‘mulher/es’ como uma categoria não universal, uma vez que nesta categoria incide determinantes sociais de gênero como ‘raça/cor, classe, orientação sexual, identidade de gênero (incluindo, mulheres trans, pessoas não binárias), etnia (Gomes, 2018).

Ainda é importante destacar que esta dissertação é um reflexo do conhecimento sobre si mesmo, é uma reflexão sobre como está estruturado o espaço que foi conquistado, pelas mulheres e a amplitude que envolve a produção do conhecimento sobre as mulheres no Brasil. Não se desconsidera a importância do conhecimento não formal, dos saberes tradicionais, da mídia, muito mesmo daquelas que passaram seus conhecimentos pela oralidade.

Após esse breve enunciado, partimos inicialmente de uma interessante obra de Patrícia Fara, “Uma Breve História da Ciência”, que traça uma espécie de árvore genealógica da história da Ciência. Nesta obra de 2014, dentre as principais perguntas da escritora, inclusive, deixa em segundo plano que é ciência, se questiona entre outras perguntas, se “houve mesmo poucas mulheres fazendo ciência [ao longo da ciência], ou os historiadores distorceram o passado, contando histórias



emocionantes sobre homens corajosos, que exploravam o mundo feminino da natureza?”. Segundo Fara (2014, p.3), “quando olhamos para o passado a partir de um novo ângulo, é tão importante decidir quais perguntas fazer quanto descobrir novas informações”.

Aqui, concordamos com a mesma, e propomos dizer que além das perguntas a serem feitas, questionar que espaço tivemos é também tão importante quanto. O que se complementa pelo exposto:

Em visões racionais do mundo, a ciência ocupa uma área estanque, como se fosse um tipo único de atividade intelectual, capaz de produzir verdades incontestáveis. No entanto, o que conta como fato científico não depende apenas do mundo natural, **mas também de onde, quando e por quem é feita a pesquisa.** O conhecimento científico nunca viaja intacto de um ambiente para outro. **É constantemente adaptado de maneiras diferentes, pois tem geografias e histórias diferentes.** Essa transformação continua a acontecer, de modo que o próprio significado da ciência vem se alterando. (Fara, 2014. p.4. Grifo nosso)

Assim, “o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições” (Minayo; Deslandes; Gomes, 2011, p. 10), o trabalho científico caminha sempre em duas direções: a primeira, elabora suas teorias, métodos, princípios e rege os resultados; a segunda direção, inventa, ratifica percurso a seguir, se desfaz de certas vias e, dirige o processo de fazer conhecimento para certas direções privilegiadas (Minayo; Deslandes; Gomes, 2011).

O campo científico deve ser compreendido ainda conforme Nascimento (2020) chama atenção para a relação estreita entre o androcentrismo e o patriarcado, em que os homens – aqui, principalmente os homens heteros, brancos e ricos- tem privilégio em relação aos outros na sociedade, associa-se que o ‘fazer ciência’ transpõe-se as experiências, contudo consideradas a partir da masculinidade, “[...] sem dar o reconhecimento completo e igualitário à experiência feminina.” (Nascimento, 2020, p.3).

Esse espaço científico dotado do rigor metodológico era produzido (e reproduzido) pelos homens brancos, heterossexuais, da elite de base colonial e escravocrata. Do qual, era extremamente distanciado o papel social esperado para a mulher, que deveria ser a submissão, a servir ao marido, os cuidados com o lar, e a maternidade, além das inúmeras falácias da pseudociência como — mulheres tem os



cérebros menores, por isso, não tem a virtude da razão, e não servem para fazer ciência.

Nesses espaços onde não se permitia a inclusão das mulheres, Maffia (2002) chama atenção para 3 fatos imprescindíveis:

1º: — Foram necessários quase dez séculos para se admitir uma mulher: até o século XIX, nenhuma universidade, nem europeia e nem americana, tinha admitido uma mulher, mesmo as universidades já existindo desde o século XIII. As primeiras universidades a admitirem uma mulher foi apenas a partir de 1860, respectivamente: a da Suíça (1860), França (1880) e a da Alemanha (1900).

2º: Na Inglaterra como em outras regiões era um perigo social as mulheres estudarem: Isso porque, em pleno 1869 as mulheres podiam estudar, mas obtinham título; faziam provas, mas não tinham registro nas atas. Após a conquista da concessão dos títulos (doze anos depois, em Virton College), eclodiu inúmeras manifestações e desordem porque se considerava um perigo social as mulheres estudarem.

3º: Tiveram que passar mais de trezentos anos para que as academias recebessem mulheres — Isto significa mais de três séculos: As Academias mais antigas do mundo, criadas em meados de 1600, sendo respectivamente a Royal Society de Londres, fundada em ±1640, admitiu a primeira mulher apenas em 1945; e, a Academia de Ciências de Paris, criada em 1666, admitiu a primeira mulher apenas em 1979.

Na esteira da história, muitas mulheres serviram de equipamentos e apoio técnico em palco e laboratórios para os homens. E/ou participaram como esposas auxiliando em experimentos, que posteriormente assumindo o lugar de seus maridos tendo uma relação muito imbrincada nesse sentido, a exemplo de Mary Shelley e Marie Curie (Minayo; Deslandes; Gomes, 2011).

Não houve reconhecimento da maestria e capacidade de inúmeras mulheres, Marie Curie como citada no parágrafo acima, inclusive, teve a explícita misoginia estampada quando teve seu pedido de admissão na Academia de Ciências Paraense negado duas vezes apesar de ter ganho 2 (dois) prêmios Nobel (Maffia, 2002).



Somado a este exposto, Sardenberg (2011) destaca que houveram e há ainda personas de grande renome para a ciência que se opuseram contra a participação feminina na esfera científica, a exemplo Charles Darwin, Gino Loria, dentre outros.

Schienbinger (2001) na obra “O feminismo mudou a ciência?”, mostra que meado da década de 70 tinha-se a urgência de resgatar as grandes mulheres que contribuíram para a ciência, principalmente nas Universidades. A autora orienta ainda no capítulo I em: “O Legado de Hipatia” que houve dois grandes desafios que norteavam essas mulheres cientistas:

O primeiro era a necessidade de encontrar mulheres que haviam de fato criado ciência para se opor a noção de que as mulheres simplesmente não podem fazer ciência, que algo na constituição de seus cérebros ou corpos impede progresso neste campo. O segundo era o desejo de criar modelos de papéis para mulheres jovens ingressando na ciência – “Einsteins femininos” – para contrabalançar estereótipos masculinos (SCHIENBINGER, 2001, p.54).

Advindo desse percurso, o Brasil alinhou-se ao contexto mundial, principalmente europeu e norte-americano, em que nas universidades constituiu-se como um espaço excludente, de ingresso tardio e desigual para as mulheres. Ainda mais, quando colocamos em evidência não somente o acesso à educação formal, no caso, o Ensino Superior, mas como também, permanência delas nestes espaços. Já que segundo Pereira e Favaro (2017, p. 5529):

A análise do percurso histórico das mulheres brasileiras no ensino revela que as mulheres enfrentaram diversas dificuldades para obterem o direito ao ensino, pois durante muito tempo a educação da maioria delas foi destinada apenas para o mundo privado.

Por isso, vale retomarmos ao princípio da história da educação das mulheres no país, com destaque as reivindicações ainda no Brasil Colonial, em que de acordo com Ribeiro (2000) apud Pereira e Favaro (2017, p. 5529) “[...] a tradição ibérica, transportada de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e escrever.”

Nesse período, é predominante a presença da Igreja como mecanismo de dominação, controle e sociabilidade. As mulheres, além de destinadas ao lar, aos fazeres exclusivamente domésticos, a submissão ao marido, a elas, é tida também a servil atividade religiosa (RIBEIRO, 2000).



Foi com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1822, que houve as primeiras manifestações de preocupação com a educação formal feminina. Mas, a educação formal das mulheres e meninas não atendia a maioria da parcela da população feminina por inúmeros fatores, tais como: restrito as mulheres de famílias ricas; falta de professoras qualificadas; ensino ainda muito centrado na organização social machista e nos afazeres domésticos; e inúmeras outras barreiras (Pereira e Favaro, 2017)

Transformações ocorreram a partir da criação da “Escola Normal da Província” em 1875, que segundo Pereira e Nunes (2018), no que tangia em relação as carreiras no magistério, isto é, a concepção de que a docência era uma profissão socialmente para as mulheres, que somente passou a ocorrer em 1875 com a criação da “Escola Normal”. Apesar dessa abertura gradual das mulheres ao magistério, a matrícula facultativa as mulheres no ensino superior, ocorreu apenas em 1881 com o decreto imperial, mas, ainda com gigantescas barreiras.

Novas mudanças vieram a partir do período republicano (século XX), principalmente com a Constituição Republicana de 1891 que descentralizou o ensino brasileiro, e o Estado passou a ser responsável pelo controle das instituições de ensino superior e secundárias. No entanto, isso não significou que as mulheres tiveram paridade entre homens e mulheres, mas sim, uma inserção gradual nos centros urbanos de ensino superior (Pereira e Favaro, 2017)

No século XX, é fundamental apontarmos inicialmente a expansão do sistema educacional brasileiro impulsionado pelo sistema capitalista, pelo crescimento da industrialização e pela urbanização. É nesse período que é criado o Ministério da Educação e das Universidades na década de 1930 (Pereira e Nunes, 2018).

Após a Revolução 1930, as medidas educacionais tiveram um amplo alcance com a publicação da primeira versão da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1961, em que as mulheres teriam por lei os mesmos direitos educacionais que os homens, em uma reparação da dívida histórica das mulheres ao acesso ao ensino superior (Pereira e Nunes, 2018). Ainda, nessas décadas em diante tem-se as intensas lutas e reivindicações dos movimentos feministas contemporâneos.



Na retaguarda das décadas seguintes, há grande expressividade e importância na atuação do movimento feminista no Brasil em prol dos direitos universais das mulheres, sobretudo, pelas lutas e reivindicações contra a ditadura militar (1964 – 1985), como expõe Ferreira (2014) que no país, as primeiras organizações femininas surgiram como parte integrante dos movimentos de esquerda que expunham as crueldades perpetradas pela ditadura militar e os conservadorismos arraigados na sociedade brasileira. Originárias principalmente de partidos clandestinos, essas organizações estavam imbuídas de um profundo compromisso com as questões nacionais e possuíam um sólido entendimento das desigualdades de gênero. Elas exigiam a instauração da democracia e o fim do regime de exceção no país.

Pontua ainda a autora que,

Da ação dessas militantes emergem os primeiros grupos feministas no Brasil, que se localizaram inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia no início dos anos setenta. Os acontecimentos do Ano Internacional da Mulher abrem caminhos para refletir sobre as mulheres em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros. Estávamos em 1975 e o mundo percebeu a presença das mulheres e a necessidade de refletir seus problemas a partir delas próprias (Ferreira, 2014, p. 360).

Essas transformações e resistência das mulheres nas décadas de 60 e 70, não foram isoladas apenas no Brasil, mas, ocorria em toda a América Latina, caracterizada como a *segunda onda do feminismo*, muito em função da oposição ao regime militar e suas atrocidades. Bem, como evidência Costa (2005) em que surge um movimento feminista internacional impactante, impulsionado pelo processo de modernização, que resultou na maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na expansão do sistema educacional. No Brasil, esse processo de modernização é influenciado pela efervescência cultural de 1968, que trouxe novos comportamentos afetivos e sexuais, bem como o acesso aos recursos contraceptivos.

Neste trajeto histórico, é fundamental mencionar que em 1988, o ensino formal das mulheres foi marcado pela Constituição Federal de 1988, em que à educação passou a ser reconhecida como direito fundamental entre homens e mulheres, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conjuntamente a Constituição de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394,



de 20 de dezembro de 1996) declaram a educação como direito fundamental que favorece o progresso social, econômico e cultural de um país (BRASIL, 1996).

Assim, baseado no percurso histórico levantado, concordamos com Neves e Martins (2016) que o ensino superior brasileiro reflete um país em contrastes, um traço histórico persistente na sociedade brasileira. Traço este, muito mais corrosivo e dificultoso para as mulheres. Pois, embora as lutas das feministas tenham avançado nos espaços de produção do conhecimento, e os dispositivos legais implementados para o combate à violência ainda há muito o que se lutar para alcançar a paridade de gênero.

Nesse panorama histórico delineado, reflete-se que o modelo que se estabeleceu pelas formas educacionais e pelos processos históricos das sociedades patriarcais, contribuíram para a subjugação dos corpos femininos. Que Reghim (2021, p. 3), evidencia a exclusão da corporeidade feminina nos espaços acadêmicos, inclusive, o lastro e as marcas nos dias atuais:

Ler sobre a história da ciência é sempre angustiante, pois fica escancarado como corpos gendrados e racializados foram excluídos enquanto sujeitos de conhecimento e, ao mesmo tempo, seus corpos foram usados como cobaias em estudos da medicina; foram tidos como inferiores e, muitas vezes, como não passíveis de sentir dor ou sonhar. Se durante um período temos a instrumentalização de corpos gendrados e racializados, com a profissionalização e a institucionalização das universidades e academias, a exclusão também se torna simbólica e não apenas institucional. Esses aspectos servem para entender porque ainda hoje, mesmo com a entrada e participação de mulheres e pessoas negras nos espaços acadêmicos, as desigualdades são persistentes.

Diante das desigualdades latentes e apagamentos das mulheres na produção do conhecimento científico, e da sequência linear do rigor metodológico, a epistemologia feminista ergue-se com críticas a essa forma apresentada, bastante evidente em Calvelli e Lopes (2011, p. 348)

A epistemologia feminista segue este caminho ao criticar os aspectos particularista, ideológico, racista e sexista da ciência ocidental. A produção do conhecimento ocorre, tradicionalmente, a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexualcivilizado-do-primeiro-mundo. As noções de objetividade e neutralidade são impregnadas por valores masculinos. Para a epistemologia feminista o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Os critérios de objetividade e neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, ao ser



incorporado um modo feminista de pensar que assume a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento. Desta forma, abandona-se a pretensão de ser a objetividade e a neutralidade, herdadas do positivismo, como única válida de construção o conhecimento.

Para além do asseio de serem meramente “objetos humanos em inércia” nos espaços de (re) produção do conhecimento científico, Macario (2015) aponta que o movimento feminista emergiu nas universidades de forma mais contundente a partir do século XX, em oposição ao androcentrismo já exposto, em manifestação ao silenciamento e invisibilidade das mulheres cientistas, mas também, em compromisso com a emancipação política e expansão das mulheres, a partir de uma ressignificação das subjetividades e das inter-relações sociais.

Norteadas pela busca desconstrucionista e descolonial¹ das abrangências de gênero, a epistemologia e a crítica feminista partindo das denúncias da exclusão, invisibilidade e silenciamento das mulheres nas Universidades e nos espaços da Ciência, questiona e convida a investigar os pressupostos básicos da Ciência Moderna, desnudando-a verdade que nunca foi neutra, muito menos em suas corporiedades (Sardenberg, 2011).

Portanto, a historicidade da produção do conhecimento científico, isto é, a sistematização da própria ciência nascida do positivismo racionalista de “fazer ciência”, por muito tempo, se instaurou e legitimou-se a partir do patriarcado e do androcentrismo. Dessa forma, proveniente das indignações acerca das discriminações contra as mulheres no tecido social da ciência, do preconceito androcêntrico e a subalternização feminina tanto nas Ciências Humanas quanto nas Ciências Naturais, a crítica e a epistemologia feminista reivindicam para uma área potencialmente fértil e multilateral, em que desafia as categorias do pensamento ocidental moderno a reformular e revisão suas bases teóricas (Harding, 2019).

Partindo dessa fertilidade de multiplicidade de campos do conhecimento, Oliveira (2015) destaca que as produções feministas, seja elas oriundas de pesquisadoras que se declaram feministas, ou, de pesquisas pelos quais utilizam

¹ “[...] a palavra descolonial para se referir propriamente aos processos histórico administrativos de desligamento das metrópoles das ex-colônias [...]” (VERGES, 2020)



alguma vertente feminista, alcançaram distintos lugares do mundo. Inclusive, se incorporando de forma gradual no Brasil.

A autora ainda enfatiza que a produção feminista de grande magnitude, isto é, de larga escala, está inserida dentro de um processo social mais vasto, e que essa “produção de conhecimento perpassa décadas, paradigmas, países e a construção da ciência frente outras epistemologias.” (Idem, 2015, p. 15)

Para Bandeira (2008, p.210), desde quando se discutiu a crítica feminista, geralmente, tenta-se analisar o porquê boa parte das mulheres ainda vivem em condições de subalternas e de subordinação. Na sua análise, “a crítica feminista incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva”, que é precedida pela contestação acerca das concepções existentes nas relações de sexo e gênero, sem excluir essas relações existentes na produção do conhecimento. De forma que, a crítica feminista “Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações” e essa posição das mulheres nas sociedades Bandeira (2008, p.210).

O movimento feminista, por sua vez, foi e é um marco muito significativo que reivindicou e ainda pressiona para transformar as bases estruturantes da sociedade patriarcal. A pluralidade desse movimento, articulada a outros movimentos sociais democráticos, que se posicione contra a violação dos Direitos Humanos, e nas lutas contra o racismo, o sexismo, a misoginia, o machismo, a opressão e exploração da pessoa humana, isto é, reivindica-se uma sociedade com equidade entre os gêneros (Teles, 2014 apud Macario, 2015).

Contudo, vale-se colocar em voga, que apesar desse movimento reivindicatório, que em certa forma, une as ideias e convicções feministas, Sardenberg (2011) deixa bem claro há uma contradição bastante latente e embates contundentes nos níveis das críticas no entorno do escopo científico que são feitas, em suas palavras a autora aponta “nem todas estão dispostas a se colocar contra a ciência ou descartar seus métodos e procedimentos tradicionais.” (Sardenberg 2007, p. 2).

Para Duriguetto e Alagoano (2018) os debates e reivindicações decorrentes do movimento feminista se instaura em um campo de diferentes percepções, tendências e disputas, que se expressam em uma pluralidade de compreensões, inclusive do que vem a ser o feminismo e todo seu escopo e vertentes. De forma que, “o feminismo é fenômeno social complexo e, como qualquer empenho humano, sofreu sua cota de adversidades e



deparou-se com vários becos sem saída [...]” (Schienbinger, 2001, p. 22). A autora questiona ainda o que a ciência está fazendo de errado, já escancaramos as portas da história e do passado. Agora é tempo de vermos e indagamos o que os estudos de gênero estão nos oferecendo e têm a contribuir em novas perspectivas, projetos, pesquisas e prioridades (Schienbinger, 2001).

Dessa forma, não obstante a essas definições delineadas (ou o retrato que não há definições incontestáveis e/ou sem ausência de contradições), apreendemos, e concordamos que houve quebras de paradigmas que possibilitou as mulheres passarem de sujeitos estudadas para sujeitas que produzem também os estudos, diga-se, do papel de coadjuvante na história, na esfera exclusivamente privada para protagonistas da sociedade.

No entanto, reconhecemos que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a plena igualdade de gênero nesse campo. A exclusão histórica das mulheres na ciência exigiu e continuará exigindo transformações profundas nas estruturas culturais, metodológicas e temáticas da própria ciência. É necessário questionar os fundamentos androcêntricos e patriarcais que permeiam a produção do conhecimento científico e abrir espaço para novas abordagens que levem em consideração a diversidade de experiências e perspectivas.

O movimento feminista e a epistemologia feminista têm desempenhado um papel fundamental ao trazer à tona essas questões e desafiar as bases teóricas estabelecidas. A luta por uma ciência mais inclusiva, sensível ao gênero e comprometida com a equidade entre homens e mulheres é um trabalho em constante progresso, que exige engajamento e reflexão contínuos. Somente assim poderemos construir um conhecimento científico verdadeiramente enriquecido pela diversidade e capaz de abordar os desafios complexos que enfrentamos como sociedade.

De forma que provavelmente, a forma histórica de fazer ciência explique como e por que os temas sobre as mulheres tenham sido preteridos, dentre os quais escrever sobre a violência contra as mulheres. De forma, que nos questionamos ainda, quando e como os canais de comunicação científica brasileiros iniciaram suas análises sobre o problema da violência de gênero? Compreendendo o tema da violência como multifacetário e complexo, quantos e quais elementos podem contribuir para entendermos o fenômeno da violência contra as mulheres? São indagações necessárias para conduzir a presente pesquisa.



5. HISTÓRIAS DE LUTA, HERANÇA DE UM PASSADO DESIGUAL: dados da atualidade

Dia 11 de fevereiro, “celebra-se” o “Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência”: Luta por igualdade nos espaços da ciência entre homens e mulheres

A luta não terminou: persistimos nos espaços acadêmicos, persistimos para mais oportunidades, mais equidade aos cargos de poder, apesar da dupla jornada, dos filhos a criar, da casa a cuidar, das discriminações e violências em sala de aula, do trabalho fora de casa, e ainda sim, de uma herança colonial, contra todas as adversidades de um passado e presente desigual, persistimos.

Em reflexo a isso, dados mostram que em todo mundo as mulheres são a maioria no ensino superior. Mas, são minorias em cargos de gerência e gestão, em liderança e participação política, em espaços de Tecnologia e Informação. Os dados que serão apresentados aqui, impactam diretamente pela forma como ainda é majoritariamente instituída e estruturada a produção do conhecimento: de homens, por homens, para homens.

O primeiro dado que aqui apresentamos, é o Índice de Disparidade Global de Gênero (Global Gender Gap Index), que foi instituído pelo Fórum Econômico Mundial em 2006, com o objetivo de mensurar as desigualdades entre gênero e acompanhar o progresso ao longo do tempo.

O índice ranqueia na escala de 0 a 1, as nações-estados baseados em 4 (quatro) critérios (subitens): I. Participação política; II. Nível educacional; III. Saúde e sobrevivência; IV. Empoderamento político. Que tem com propósito de alertar, conscientizar e impulsionar medidas e políticas públicas que promovam a redução da desigualdade entre gêneros (Global Gender Inequality Report, 2017).

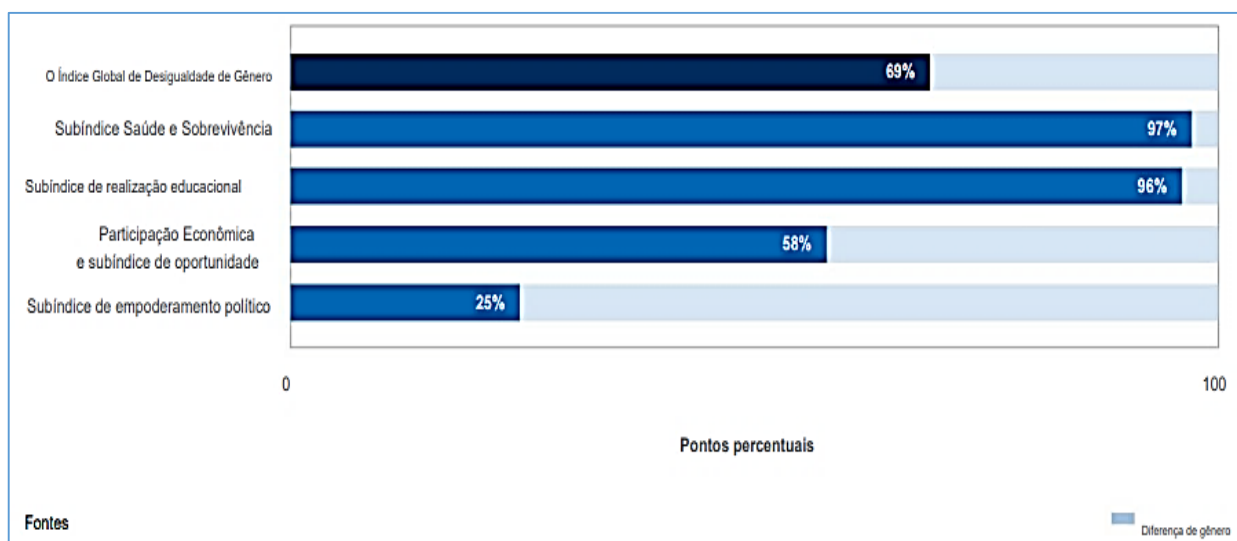
Dentre as diversas desigualdades que serão mencionadas, o que causa maior consternação inicialmente, é o fato de que levaremos mais de 100 anos, ou seja, uma vida inteira, para o mundo alcançar a paridade de gênero a partir do estágio atual que estamos, caso, tomassem as providências necessárias.



Cabe, inclusive, mencionar nesta exposição, que a distância na paridade de gênero foi e ainda está sendo incrementada pela pandemia de Coronavírus (COVID-19), principiada em 2020, que além das vidas ceifadas, impactou drasticamente nas dimensões políticas, econômicas, sociais, principalmente, dos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente, aumentando a distância de paridade de gênero para 136 anos, isto é, a COVID-19 atrasou em uma geração ao alcance dessa paridade (Global Gender Inequality Report , 2022)

O Relatório Global de Desigualdade de Gini (2020), avaliando os subíndices mundialmente, retrata que nenhum país conseguiu fechar a lacuna de paridade de gênero na política que gira em torno de 25%, onde é a zona em que as mulheres são mais sub-representadas e limitadas, apesar da melhoria em relação ao ano de 2019. Seguida da participação e oportunidade econômica e demais subíndices (figura 1).

Figura 1: Porcentagem da diferença de gênero até 2020 (mundial)



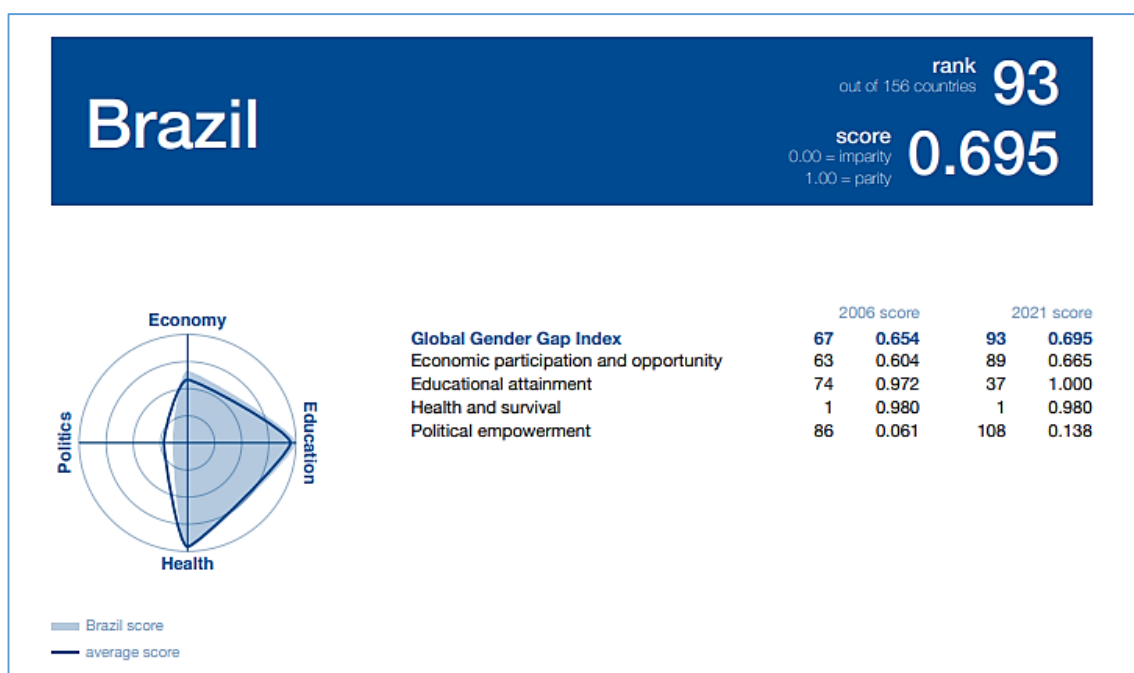
Fonte: Global Gender Inequality Report, 2020

Quanto a Federação brasileira dentro do ranking que avalia o Índice de Disparidade Global de Gênero, em 2021 o Brasil encontra-se atrás de muitos países como, Etiópia, Quênia, Cazaquistão, na 93ª posição dos 153 países ranqueados (Figura 6). Na América Latina e Caribe, ainda a partir desse ranqueamento, o Brasil encontra-se na penúltima posição (25ª posição de 26 países ranqueados).



Observando-se o radar, dentre os 4 (quatro) eixos avaliados a saúde e a educação são os que estão significativamente melhor, contudo, oportunidade e participação econômica e empoderamento político são os que têm os piores índices, o que não foge do contexto mundial, quando analisamos de 2006 em comparação a 2021, posição 63^a para 93^a; e, 86^a para 108^a respectivamente (figura 2).

Figura 2: radar dimensional e ranking de 2006 e 2021



Fonte: Global Gender Inequality Report, 2021

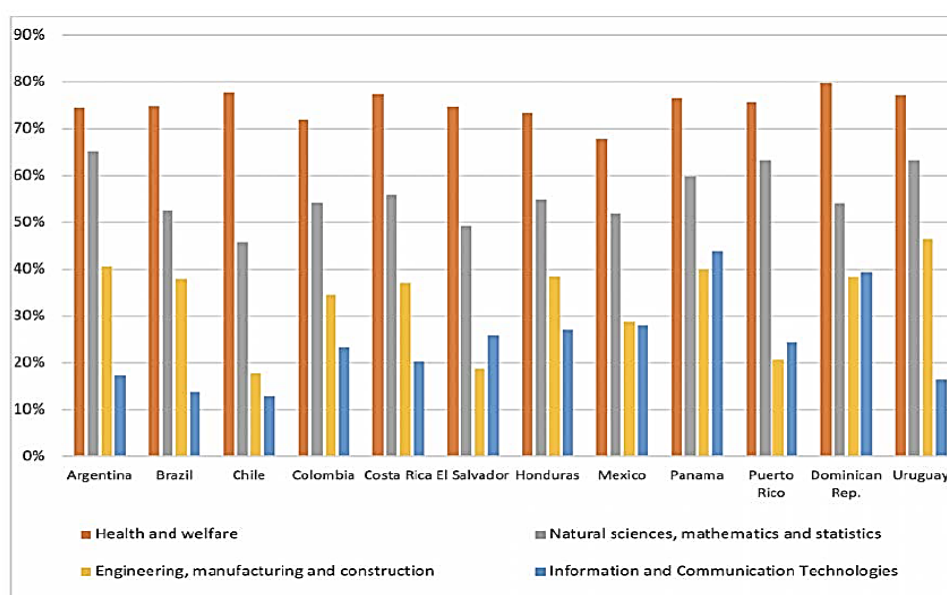
Outro indicador que incide na pertinente discussão desses capítulos, e é fruto de reivindicações e políticas públicas, é a nossa participação feminina no ensino superior. Na América Latina, as principais lacunas e barreiras de gênero na produção científica se expressam na ausência e invisibilidade das mulheres na ciência, na desigualdade no acesso à formação e à pesquisa e nos obstáculos ao ingresso e permanência em carreiras científicas, grupos de pesquisa e cursos superiores.

O relatório *An Unbalanced Equation: Increasing Participation Of Women In STEM In LAC* (Uma equação desequilibrada: aumentar a participação das mulheres na STEM na LAC, 2021, p. 11), apontou “no ensino superior e não só, a sub-representação das mulheres na STEM e campos afins aparece como uma característica importante. Estereótipos e padrões sociais são fatores chave que



influenciam as decisões de carreira e a sua manutenção.” Dos quais, a chamada STEM, que é o campo das Ciências, Tecnologia e Matemática “apenas 1 (uma) mulher consegue um emprego nos campos (STEM) para cada 4 (quatro) homens” (figura 3).

Figura 3: Percentual de mulheres no Ensino Superior na América Latina e Caribe em 2018



Fonte: Adaptado do relatório An Unbalanced Equation: Increasing Participation Of Women In STEM In LAC (2021)

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) publicou o Relatório de Ciências (2021) que revelou que, em todo o mundo, as mulheres ainda representam apenas 28% dos graduados em engenharia e 40% dos graduados em ciência da computação e informática. Apontando ainda que, as disparidades maiores em áreas altamente qualificadas, como inteligência artificial, onde apenas 22% dos profissionais são mulheres.

Dados do Censo do Ensino Superior de 2019 (MEC, INEP, 2019) mostra que as mulheres são maioria nas áreas de educação, cuidado em saúde e ciências com mais de 70%, enquanto são minorias nas áreas da computação, medicina, e tecnologias da Informação em que os homens são 86% na (Figura 4):

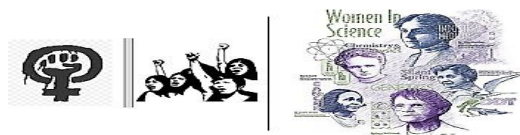
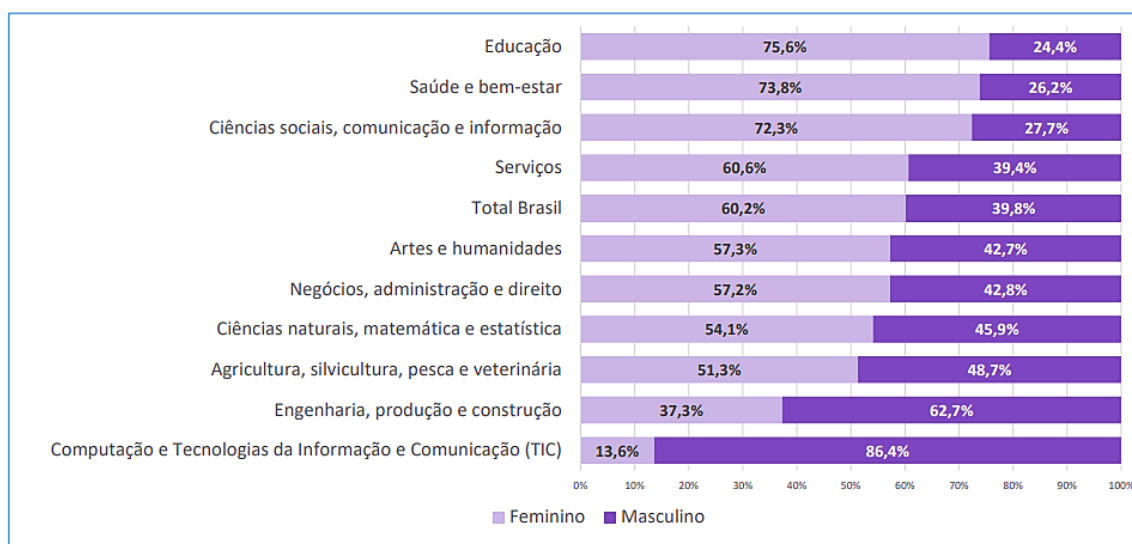


Figura 4: Distribuição percentual dos concluintes da graduação por sexo segundo as grandes áreas dos cursos brasileiros em 2019



Fonte: Adaptado do Censo do Ensino Superior de 2019

Em relação ao nível de pós-graduação, dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação, apontam que as mulheres na modalidade de pós-graduação também são a maioria em relação ao público masculino. Em 2015, cerca de 175.419 mulheres estavam matriculadas e/ou tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens representavam um universo de 150.236, um saldo diferencial de aproximadamente 15%, de acordo com a figura 5:

Figura 5: Total de discentes por nível, situação e sexo no ano de 2015

Sexo	Doutorado		Mestrado		Mestrado profissional	
	Matriculado	Titulado	Matriculado	Titulado	Matriculado	Titulado
Feminino	54.491	10.141	66.439	26.443	13.529	4.376
Masculino	47.877	8.484	55.175	20.215	14.390	4.095
Total Geral	102.368	18.625	121.614	46.658	27.919	8.471

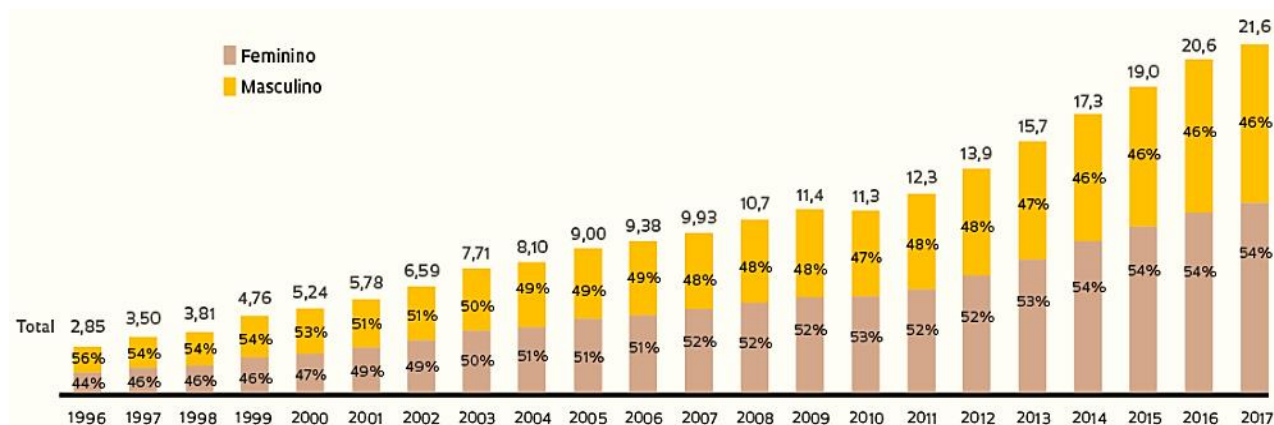
Fonte: Adaptado do Sistema Nacional de Pós-Graduação, 2015

Em 2017, o percentual de mulheres com título de doutorados no país alcançou 54% em comparação aos homens segundo a Revista Pesquisa da Fundação de



Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2019), contudo, os homens lideram nas áreas das Ciências Exatas e da Terra, e, nas Engenharias com 66% (Figura 6):

Figura 6: Títulos de doutorado por sexo no Brasil de 1996-2017

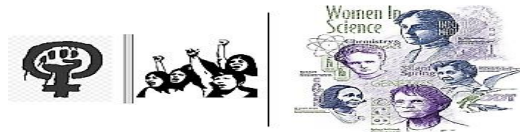


Fonte: Adaptado da Revista Pesquisa (FAPESP, 2019)

A sala situacional delineada mostra que as mulheres apesar de serem a maioria com títulos concedidos de mestrado e doutorado no país, são ainda a minorias nos cargos de docência e alta gerência no Brasil. E que ainda perpetua a tradicional divisão sexual do trabalho e que há ainda um grande abismo na paridade de gênero nos espaços acadêmicos (Pina e Silva, 2019).

Mesmo sendo a maioria nos espaços acadêmicos, as mulheres ainda são invisibilizadas e inferiorizadas, ocupam menos cargos de liderança, com baixa remuneração, altos de risco de vulnerabilidade econômica, dupla jornada. As quais, o maior desafio hoje das mulheres nas universidades é adentrar nas áreas do conhecimento e ensino majoritariamente masculinos.

Em síntese, apesar dos avanços conquistados, a luta por igualdade nos espaços da ciência entre homens e mulheres está longe de ser concluída. As mulheres persistem em enfrentar desafios como a dupla jornada, a discriminação e a violência, enquanto buscam mais oportunidades e equidade nos cargos de poder. De forma que os dados revelam que, embora as mulheres sejam a maioria no ensino superior em todo o mundo, elas são minorias em cargos de liderança, participação política e em áreas como tecnologia e informação.



A desigualdade de gênero ainda é profundamente enraizada na produção do conhecimento, que é predominantemente masculina e para homens. O Índice de Disparidade Global de Gênero demonstra que a paridade de gênero está longe de ser alcançada, e a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essa situação.

No Brasil, o país está atrás de muitos outros no ranking de igualdade de gênero, com significativas lacunas na participação econômica e no empoderamento político das mulheres. A sub-representação das mulheres nas áreas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) é evidente, assim como a falta de representatividade nos cargos de liderança e nas áreas de computação e informática.

Apesar de serem a maioria nos cursos de pós-graduação, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para alcançar cargos de liderança e remuneração igualitária. A tradicional divisão sexual do trabalho persiste, e é necessário um esforço contínuo para combater a invisibilidade e a inferiorização das mulheres nos espaços acadêmicos. A luta por igualdade nos espaços da ciência entre homens e mulheres continua, e é fundamental promover mudanças estruturais e políticas públicas para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.



6. REDES E ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE MULHERES NA CIÊNCIA

Com o objetivo de promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, além de ampliar e fomentar a participação de mais mulheres nos espaços científicos, começou-se a se desenvolver iniciativas e programas públicos e privados no mundo e no Brasil.

Toma-se como referência inicial, a organização fundamental em articulações internacionais a respeito dos direitos das mulheres, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), fundada em 1928 e vinculada a Organização dos Estados Americanos (OEA) que tem como missão a “geração de políticas hemisféricas que articulam as políticas públicas com o marco jurídico internacional dos direitos humanos e da igualdade de gênero por meio do diálogo entre setores estratégicos”. A (CIM) é operacionalizada a partir da Assembleia de Delegadas, que reúne 34 Delegadas do grupo de Estado membro da OEA.

No rol deste capítulo não podemos deixar de mencionar inclusive, a *Athena Swan Charter*, como é uma iniciativa global que busca promover e transformar a igualdade de gênero no ensino superior e na pesquisa. Criada em 2005 com o objetivo de incentivar e reconhecer o compromisso com o avanço das carreiras das mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática e medicina (STEMM), a Carta agora está sendo aplicada em todo o mundo para abordar questões mais amplas relacionadas à igualdade de gênero, não se limitando apenas às barreiras que afetam a progressão das mulheres (ADVANCE HE).

Existem atualmente várias versões da Athena Swan Charter em parceria com o Reino Unido, Irlanda, Austrália, EUA, Canadá e Índia. Contudo, essas versões foram adaptadas para as realidades locais, porém todas com princípios globais em comum (British Council, 2022).

A *Athena Swan Charter* inspirou o *Marco Referencial para a Igualdade de Gênero em Instituições de Ensino Superior no Brasil*, o marco foi elaborado pela British Council. A criação deste referencial tem como objetivo oferecer suporte às Instituições de Ensino Superior (IES) no enfrentamento da sub-representação e das desigualdades enfrentadas por mulheres em geral, especialmente aquelas pertencentes a grupos



como mulheres negras, indígenas, quilombolas, entre outros, no âmbito de STEMM. Desenvolvido em colaboração por instituições britânicas e brasileiras, o referencial visa identificar elementos essenciais para sua adaptação às realidades locais e específicas do contexto brasileiro. Além disso, busca estabelecer as ferramentas e processos necessários para torná-lo viável, relevante e capaz de gerar impacto (BRITISH COUNCIL, 2022).

Dessa forma, o principal propósito do Marco Referencial para a Igualdade de Gênero em Instituições de Ensino Superior no Brasil, é fornecer suporte a organizações no Brasil durante sua jornada na promoção da igualdade de gênero e raça. Isso é realizado por meio da adesão a princípios de igualdade, estabelecendo um referencial para facilitar a coleta de dados comparáveis e disponibilizando guias para o desenvolvimento participativo de um plano de ação de gênero (BRITISH COUNCIL, 2022).

A British Council por sua vez é um exemplo de organização internacional relacionada a oportunidades educacionais e culturais, que baseada no Marco Referencial para a Igualdade de Gênero em Instituições de Ensino Superior no Brasil realiza chamadas públicas para o programa Women in Science: UK-Brazil Gender Equality Partnerships Grant, que tem como objetivo “influenciar o desenvolvimento de políticas e práticas institucionais que permitam o estabelecimento da equidade de gênero na ciência e tecnologia em instituições de ensino superior e pesquisa no Brasil.” (BRITISH COUNCIL, recurso eletrônico, s/d.)

Ainda a mesma organização, lançou desde 2019 a “Revista Mulheres na Ciência”, que reúne artigos, dados, reportagens e entrevistas acerca das conquistas e desafios das mulheres na pesquisa científica no mundo, com destaque para o Brasil e Reino Unido.

Chama-se atenção ainda no recorte internacional para a Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA). A qual, vincula-se a Revista Latino-americana de Geografia e Género, e integra o Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), “instituição internacional não-governamental com estatuto associativo na UNESCO, criada em 1967.”

A Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA), tem como propósito fomentar o desenvolvimento de



pesquisas científicas na produção geográfica e sociocultural, dando visibilidade aos temas relacionados as questões de gênero e sexualidades, no seio da formação do ensino superior em geografia, potencializando parcerias entre diversos centros de investigação Ibéricos e Latino-Americanos.

A citada rede, reuni em torno de 680 centros de pesquisa na área das Ciências Sociais e Humanidades em 51 países, incluindo países da América Latina e outros continentes. No Brasil, conta com a parceria da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Grupo de Estudos Territoriais - GET), e a Universidade Federal de Rondônia (Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPEGÊNERO), além de outros Centros de pesquisa e investigação em que atua a REGGSILA.

Na escala nacional, uma rede de importância singular para a defesa das demandas das mulheres brasileiras, é a Articulação de Mulheres Brasileira (AMB). Que surgiu em 1994 no Rio de Janeiro “quando feministas brasileiras organizaram uma reunião para definir os rumos e o envolvimento das mulheres brasileiras na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz da ONU, realizada em Beijing (China), no ano de 1995” (AMB FEMINISTA, s/d.).

Ainda, destaca-se a atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC), em que abrange mais de 3.000 (três mil) mulheres cientistas em todo Brasil, nascendo em 2020 a partir da *Carta de Lançamento* em período pandêmico.

A rede atua nos principais temas/eixos estratégicos a implementação de políticas dirigidas às mulheres: Saúde; Violência; Educação; Assistência social e Segurança alimentar; Trabalho e emprego; e, Moradia e Mobilidade. Articulando esses eixos, no período da pandemia, a (RBMC) contribuiu para os debates da CPI da COVID-19, reunindo em um relatório pesquisas já desenvolvidas pelas pesquisadoras da Rede (RBMC, s/d.).

No recorte regional, é imprescindível destacamos a atuação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) no subsídio a implementação de diversas políticas as mulheres no Brasil.

A (REDOR) foi fundada em setembro de 1992, durante o I Encontro Regional de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero do Norte/Nordeste, realizado em



Salvador. O encontro foi promovido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Desde então, a REDOR tem desempenhado um papel fundamental na promoção do diálogo, da reflexão e do intercâmbio de conhecimentos entre pesquisadoras, ativistas e profissionais comprometidas com a igualdade de gênero e os direitos das mulheres nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Morais, Carvalho e Rabay, 2017).

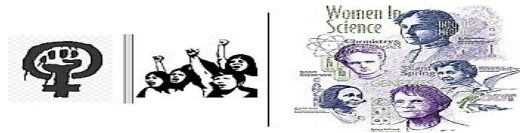
Organização sem fins lucrativos, a rede feminista visa congregar, articular e promover estudos e pesquisas sobre mulher, gênero e feminismo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Seu propósito é mitigar as disparidades regionais persistentes em comparação ao centro-sul, incluindo a busca por equidade nos avanços científicos relacionados à problemática de gênero e à condição feminina em nossa sociedade.

Diversas subáreas são trabalhadas na REDOR, desde a educação para transformar as relações de gênero; análise de indicadores para pensar as políticas públicas; até as questões como violência e a saúde, que também estão inseridas na REDOR, desenvolvidos conjuntamente com outros núcleos e grupos filiados, e nos encontros regionais da rede (Ferreira, 2012).

Vale mencionar ainda, que o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM/UFBA), associado a REDOR, conquistou um espaço pioneiro no Brasil ao estabelecer o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM na década de 1992, oferecendo cursos de mestrado e doutorado reconhecido pela CAPES no Nordeste.

Essa conquista é um marco significativo para a área, representando um avanço importante no compromisso de promover estudos acadêmicos relevantes sobre questões de gênero e contribuir para a conscientização e transformação social no país. No entanto, é fundamental manter um esforço contínuo para ampliar o reconhecimento e a valorização dos estudos de gênero em outras instituições acadêmicas brasileiras, impulsionando o progresso do conhecimento e a busca por maior igualdade de gênero em nossa sociedade.

Dessa forma neste capítulo, é compreendido que o impacto do movimento feminista internacional e o processo de modernização no Brasil, trouxe maior participação das mulheres no mercado de trabalho e no sistema educacional, têm



impulsionado iniciativas e programas para promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Organizações como a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Athena Swan Charter e a Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA) têm desempenhado papéis significativos na defesa dos direitos das mulheres, no fomento de pesquisas científicas e no estabelecimento de políticas de equidade de gênero.

No âmbito nacional, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC) e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) têm contribuído de forma fundamental para a implementação de políticas e o avanço dos direitos das mulheres no Brasil. Essas iniciativas e parcerias são essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres tenham igualdade de oportunidades e possam desempenhar um papel ativo em todas as esferas da vida.



7. MOVIMENTOS SOCIAIS DAS MULHERES E FEMINISTAS ENQUANTO CATALIZADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

“Instituições ganham respeitabilidade exibindo umas poucas mulheres destacadas ao mesmo tempo em que asseguram que o fundamental não mude. Em alguns casos essas ‘abelhas rainhas’ chegam mesmo a resistir a nutrir o progresso de outras mulheres.” (SCHIEBINGER, 2001, p. 33)

[a fotografia disto: governo federal brasileiro de 2019-2022]

Compreendem-se os movimentos sociais e/ou movimentos populares como um grupo de pessoas que defendem, lutam e se manifestam por uma causa, uma pauta, uma demanda política e social. Para Silva (2013) os movimentos sociais não surgem por acaso; eles têm origem nas lutas sociais. Essas lutas ocorrem quando grupos de indivíduos enfrentam situações de injustiça, dominação ou exploração e agem coletivamente com o objetivo de transformar essa realidade em um contexto específico.

Castilho (2013) compreende os movimentos sociais a partir de um conjunto complexo de práticas sociais históricas que emergem com o objetivo de abordar e transformar os desafios socioeconômicos, espaciais e políticos que ainda prevalecem em nossas sociedades. Essas práticas devem ser realizadas simultaneamente em diferentes níveis do tecido social.

Trata-se ainda dos movimentos sociais na concepção de Fernandes (2005), a partir de movimentos socioterritoriais ou socioespaciais, resultantes da conflitualidade com outros atores sociais, com distintas relações de poder no território. Essas transformações ocorrem principalmente através da conflitualidade, inclusive, da ação política, em que o movimento socioterritorial e socioespacial transformam suas realidades e reconstruí seus territórios.

Silva (2018) por sua vez, pontua que os movimentos sociais surgem como uma resposta organizada ao sistema de poder, com o objetivo de reivindicar direitos e buscar o reconhecimento dos grupos sociais como parte integrante da sociedade. Eles não são apolíticos, mas sim organizações que possuem um certo grau de poder



político e são levados a sério dentro do sistema político estabelecido. À medida que o Estado se fortalece e estabelece uma rede de relações de trabalho para garantir sua própria autodefesa em um mundo de lutas constantes pelo poder, a ação coletiva dos movimentos sociais vai ganhando legitimidade.

Para Mutzenberg (2011) os movimentos sociais estão associados a democracia, sociedade civil, Estado, identidade e cidadania, e que para compreendê-lo deve-se analisar todas as dimensões, as quais envolvem a multiplicidade de manifestações (ações coletivas), agrupando-se das seguintes formas:

- a) **Diversidade e direitos:** Movimentos de gênero, em particular pesquisas sobre os diversos movimentos de mulheres (camponesas, indígenas, negras, ligados à questão religiosa etc.), envolvendo distintos temas: saúde, violência, direitos reprodutivos, discriminação, trabalho entre outros; manifestações sóciopolítico-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual e de seus direitos;
- b) **Lutas por habitabilidade, trabalho e equipamentos e serviços coletivos:** ações em torno de demandas por habitação, terra, trabalho, equipamentos e serviços coletivos têm uma longa tradição, tanto na área urbana como na área rural;
- c) **Globalização e antiglobalização** (MUTZENBERG, 2011, p. 134/136. Grifo nosso)

No contexto da “Diversidade e direitos”, diversos movimentos sociais têm surgido, abordando questões de gênero, como os movimentos das mulheres, LGBTQIAPN+, negros, quilombolas, indígenas e outros grupos identitários. Esses movimentos buscam promover a visibilidade e conquistar direitos em áreas como saúde, violência, direitos reprodutivos, discriminação e trabalho. Além disso, têm surgido manifestações sociopolítico-culturais que enfatizam a diversidade sexual e lutam por seus direitos. Esses movimentos têm obtido êxito em suas conquistas individuais, que acabam por gerar avanços coletivos.

Já com relação as “Lutas por habitabilidade, trabalho e equipamentos e serviços coletivos”, exemplifica-se na multiplicação das formas de agregação e de interesses. As associações de moradores; conselhos comunitários; as articulações como a Via Campesina; MST, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); dentre outros grupos que tentam dar visibilidade as problemáticas locais.

Por fim, o movimento “Globalização e antiglobalização surgiu como uma resposta ao processo de globalização neoliberal, aumentando sua visibilidade após os protestos que interromperam a Cúpula da Organização Mundial do Comércio em



Seattle, em 1998. Esse movimento trouxe uma nova perspectiva para as demandas e conflitos sociais, incluindo o debate sobre o capitalismo e os efeitos da globalização, como o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, bem como os impactos ambientais negativos. Uma expressão desse movimento é o Fórum Social Mundial.

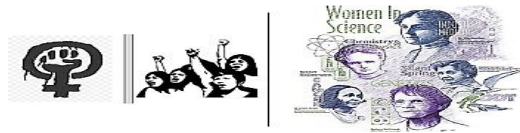
Inclui-se ainda, os movimentos sociais caracterizados a partir de movimentos sociais conjunturais ou estruturais. Em que, os movimentos estruturais reivindicam mudanças estruturais na sociedade, e os movimentos conjunturais é a reivindicação de uma conjuntura momentânea. De forma que, trata-se de um movimento social estruturante que integra vários atores sociais, cujas pautas pressionam outros atores sociais como o Estado e podem resultar em políticas públicas. Conforme Silva (2013, p.20), “[...]. A política pública é uma resposta decorrente de pressões sociais a partir das ações de diferentes sujeitos”.

Dessa forma, concebe-se que diferentemente dos movimentos sociais conjunturais e das manifestações espontâneas, que eclodem em breves contextos históricos, o movimento feminista, é um movimento social socioterritorial e socioespacial que se opõe e reivindica a cadeia de poder vigente conhecido como “movimento pelos direitos das mulheres”, que, tem como norte promover mudanças nas estruturas da sociedade patriarcal, machista, androcêntrica.

Por sua vez, o movimento feminista desempenhou um papel crucial ao promover a participação das mulheres em outros movimentos sociais, permitindo que as experiências feministas sejam disseminadas e influenciem não apenas as discussões de gênero, mas também questões de classe, raça e etnia (Lusa, 2017). Dessa forma, abrange a totalidade social na qual as mulheres estão inseridas e participam.

Os movimentos sociais de mulheres surgem quando estas passam a combater a exclusão social, englobando a luta pela cidadania e de classes. A intenção é promover uma transformação abrangente da sociedade, levando em consideração não apenas suas particularidades, mas também a sociedade como um todo (Lusa, 2017).

Assim, para combater a desigualdade de gênero, a exploração e a opressão das mulheres, o movimento de mulheres adotou os princípios organizacionais, a



teoria explicativa da sociedade e o projeto político formulados a partir do feminismo. Ao apropriar-se desses elementos, os movimentos de mulheres os utilizam de forma crítica, construindo e transformando continuamente seu próprio movimento. Além disso, contribuem com novas reflexões e experiências, a partir das quais novas pautas de luta são estabelecidas, enriquecendo assim o próprio feminismo (Silva, 2013).

No entanto, historicamente, foi a partir da década de 1960 que o movimento feminista começou a se fortalecer no Brasil, impulsionado por questões como a luta contra a ditadura militar, a reivindicação por direitos sexuais e reprodutivos e a busca pela igualdade de direitos no mercado de trabalho. Naquele período, surgiram diversas organizações feministas e movimentos de mulheres, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e o Movimento de Mulheres em São Paulo (MM-SP).

Nos anos 1970 e 1980, o movimento feminista ampliou suas pautas e lutou por direitos como a igualdade salarial, o combate à violência doméstica, o direito ao aborto e o reconhecimento dos direitos das mulheres negras, indígenas e LGBTQ+. Um marco importante desse período foi a realização da 1ª Conferência Nacional da Mulher, em 1985, que reuniu mulheres de todo o país para discutir e reivindicar políticas públicas que garantissem a igualdade de gênero.

Por sua vez, nesse período de transição das décadas de 70 e 80 para os anos 1990 marcou um momento crucial em que se tornou viável a inclusão de sujeitos novos e diversos no panorama político, social e cultural, tanto em âmbito local como nacional (Lusa, 2017). Sendo fundamental dizer que as lutas por políticas públicas para as mulheres alicerçadas pelo movimento feminista tiveram impulsionadas sobretudo também pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) (Pontes e Damasceno, 2017).

A qual, segundo Souza (2019) o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em conjunto com o movimento feminista, teve como objetivo principal defender e articular os interesses das mulheres no âmbito legislativo, sem depender exclusivamente dos partidos políticos como intermediários. Essa iniciativa buscou ampliar a visibilidade do poder das mulheres como sujeitos de luta, capazes de influenciar e obter conquistas no espaço público, e proporcionar essa conscientização a toda a sociedade brasileira.



Nos anos seguintes, o movimento feminista continuou a se fortalecer e diversificar. Surgiram organizações feministas interseccionais, que buscam contemplar as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, como o racismo, a lesbofobia, a transfobia e a misoginia. Destacam-se também a Marcha Mundial das Mulheres, que ocorre anualmente desde 2000, e a Marcha das Margaridas, mobilização que reúne mulheres do campo, da floresta e das águas. A partir desse contexto histórico, as políticas públicas implementadas, foram impulsionadas pelo movimento feminista e de mulheres como meio de dar visibilizadas as desigualdades e as discrepâncias de gênero produzidas em uma sociedade que não é binária, que se materializa e se regionaliza no espaço.

Nas últimas décadas, o movimento feminista no Brasil tem enfrentado desafios significativos, como o aumento da violência contra as mulheres, a restrição de direitos e a resistência de setores conservadores. Esses movimentos surgiram como resposta à crescente conscientização sobre as inúmeras formas de violência que as mulheres enfrentam diariamente, além de enfatizar a responsabilidade dos governos na implementação de políticas públicas eficazes para enfrentar esses problemas. No entanto, as mulheres e feministas têm se organizado e se mobilizado de diversas formas, usando as redes sociais, ocupando espaços políticos e promovendo manifestações e debates para fazer avançar a agenda de igualdade de gênero.

Nesse conjunto, as formas de violência contra as mulheres, estão inseridas na agenda pública, como problema de saúde pública global. A formulação da agenda das políticas públicas se torna importantes na medida em que os movimentos sociais enquanto sujeitos que pressionam os mecanismos de criação das políticas públicas, no caso, os das mulheres e feministas, tem pautas subsidias em problemáticas que marcam a sociedade (Souza, 2019).

Nesse sentido para atender as pautas reivindicadas, o Estado/Poder Público buscou estruturar uma rede de enfrentamento contra as violências e discriminações, como também incorporou dispositivos e legislações para acatar as demandas desse movimento. Assim, compilamos em um cronograma histórico-temporal os marcos e dispositivos legais das políticas públicas criadas a partir das lutas feministas, que visam coibir as diversas formas de violências contra as mulheres no país (cronograma 1):



Cronograma 1: Cronograma histórico dos marcos e dispositivos Legais das políticas públicas de combate a violência contra as mulheres

✚ 1979: Na assembleia da ONU é criada a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) – foi o primeiro tratado que buscou reprimir violência contra a mulher;
✚ 1980: criaram-se organizações a vítima da violência com a 1º Delegacia da Mulher: SOS- mulher em SP, logo foi desfeita, mas suas experiências influenciaram a criação de centros de atendimentos, delegacias especializadas;
✚ 1983: A brasileira Maria da Penha sofreu 2 tentativas de assassinato por parte do marido, em que ficou paraplégica. O agressor só foi preso 5 anos depois, graças a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH / 1998); e 23 anos depois, é criada, em 2006, a Lei Maria da Penha;
✚ 1985: criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a promoção da campanha nacional contra as diversas formas de violência de gênero;
✚ 1985: Criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher em São Paulo.
✚ 1986: 1º Encontro Nacional de Delegadas;
✚ 1986: A criação da primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte, criada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (situada no Estado de São Paulo)
✚ 1988: Inclusão de reivindicações dos movimentos feministas na Constituição de 1988.
✚ 1990: Movimentos feministas e mulheres passaram a pressionar a nível internacional, para se tratar os crimes violentos contra as mulheres como crime e não como civil (em tribunais da família com vistas a mediação);
✚ 1993: Segunda conferência de Direitos Humanos, a ONU aprovou a “Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra Mulheres “dessa forma, a conferência de Viena ficou conhecida ao enfatizar a importância dos direitos das mulheres;
✚ 1994: Organização dos Estados Americanos (OEA) aprova a “Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a Violência contra as Mulheres “conhecida como convenção de Belém do Pará (definido a Violência contra as Mulheres como violência de gênero);
✚ 2003: Cria-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Governo Lula).



- ✚ 2003: 24 de novembro foi promulgada a Lei 10.778 que de forma gradual obriga os serviços de saúde pública ou privados a notificar casos suspeitos ou confirmados de violência de qualquer natureza contra as mulheres;
- ✚ 2004: Introdução no código penal do crime de “violência doméstica” com a criação da Lei 10.886; além de prevê a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar;
- ✚ 2006: em agosto de 2006 foi criada a Lei 11.340 “Lei Maria da Penha” dispondo ainda sobre a criação de juizados com competência civil e criminal e Medidas Protetivas de Urgência; criação da Lei Maria da Penha influenciou a criação de leis e projetos de segurança pública, expondo o conceito de gênero;
- ✚ 2007: O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a atuar no combate as formas de violência contra as mulheres criando juizados e varas específicas;
- ✚ 2011: Criação de Coordenadorias da Mulher;
- ✚ 2015: Em março de 2015 alteração do Código Penal a Lei nº 13.104 versou sobre o crime de feminicídio prevendo a circunstância qualificada do crime de homicídio em razão do sexo feminino;
- ✚ 2018: Lei 13.718/18 que tipificou os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro/pornografia, inclusive, de estupro de vulneráveis (crimes que versam contra a dignidade sexual);
- ✚ 2020: Em abril de 2020, a Lei 13.984 normatizou como nas Medidas Protetivas de Urgência a obrigatoriedade (com frequência) do agressor a Centros de Educação e Reabilitação Psicossociais;
- ✚ 2020: Em julho, a Lei 14.022/20 definiu como a Lei Maria da Penha deveria ser operacionalizada na pandemia, regulamentando a possibilidade de denúncia por telefone/celular e outras fontes (como a Campanha Sinal Vermelho, em que um ‘X’ na mão poderia denunciar agressões em estabelecimentos como farmácias);
- ✚ 2021: Lei nº 14.188 de 2021, define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher;



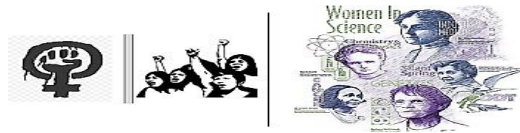
2022: Lei nº 14.310/22, determina o registro imediato das medidas protetivas de urgência em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de seus dependentes nos Centros de Atendimento às Mulheres pela autoridade judicial. De forma que, as medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, imediatamente registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso instantâneo do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas;

Além dessas políticas públicas que foram delineadas temporalmente, o Estado implementou ainda outros mecanismos para mensurar a realidade das mulheres brasileiras, como exemplo, do Índice de Vulnerabilidade Social da Mulher, o IVS Mulher em 2015, que disponibilizado pelo Atlas de Vulnerabilidade Social do Instituto de Pesquisa Estatística e Aplicada (IPEA), instrumentaliza o monitoramento das mulheres frente a vulnerabilidade e risco social, agregando as dimensões de infraestrutura urbana; de capital humano; e de renda e trabalho.

Mais recente podemos citar a criação, em 2023, do Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, como uma iniciativa do Ministério das Mulheres.

Podemos mencionar ainda, as políticas públicas educacionais direcionadas ao combate das formas de violência contra as mulheres nas bases curriculares de ensino, destacando aqui a Lei 14.164 de 2020, que incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) conteúdos acerca da prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que ocorre anualmente nos meses de março, nas escolas municipais e estaduais brasileiras.

Compreende-se que o movimento social de mulheres e feministas no Brasil é uma luta contínua e incansável por igualdade de gênero, direitos e justiça social. Ao longo dos anos, esses movimentos têm se fortalecido, diversificado e se adaptado às novas demandas e desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes contextos. A qual, têm influenciado significativamente a agenda política e as políticas públicas, resultando em avanços importantes, como a criação de leis de combate à violência



contra as mulheres, a implementação de políticas de equidade de gênero e a inclusão de pautas feministas em diferentes esferas da sociedade.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, ainda há muito a ser feito. A violência de gênero persiste, a desigualdade salarial persiste, e as mulheres continuam enfrentando múltiplas formas de discriminação e opressão. É essencial reconhecer a importância desses movimentos na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. O feminismo e o ativismo das mulheres têm contribuído para a ampliação dos direitos e para a transformação das relações de poder em diferentes esferas da vida. Ao questionar normas e padrões sociais, esses movimentos têm desafiado estruturas patriarcais e ampliado as possibilidades de liberdade e realização para todas as pessoas.

Portanto, o movimento social de mulheres e feministas no Brasil representa uma força vital na busca por um mundo mais justo e igualitário. A sua luta é fundamental para o reconhecimento pleno dos direitos das mulheres, para o combate às desigualdades de gênero e para a construção de uma sociedade que valorize e respeite a diversidade e a dignidade de todas as pessoas, independentemente do seu gênero.

Ainda, após a promulgação das legislações citadas anteriormente, pode-se especular que houve ampliação da rede de proteção às mulheres através da criação de mais delegacias especializadas, centros de apoio às vítimas e mecanismo de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Contudo, nos cabe o questionamento em que, seria a desigualdade de gênero mais um fator que contribuiu para que os temas e as políticas públicas no enfrentamento da violência doméstica fossem postergados, no mundo e no Brasil?



8. CONCEITUANDO AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência contra as mulheres é uma questão emergencial e alarmante, conforme destacado pela Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (OPAS/BR, 1993). Não representa apenas um grave problema de saúde pública, mas também uma violação dos direitos humanos das mulheres, afetando sua integridade física, psicológica e social.

É uma manifestação de desigualdade de gênero enraizada em uma cultura patriarcal, que perpetua normas e estereótipos prejudiciais. Essa violência abrange diversas formas, como agressões físicas, sexuais, psicológicas e patrimoniais, sendo perpetrada tanto por parceiros íntimos quanto por terceiros. É imperativo enfrentar essa realidade com políticas públicas abrangentes, conscientização, educação e apoio às vítimas, visando construir uma sociedade igualitária e segura para todas as mulheres.

A violência contra a mulher alcançou visibilidade no Brasil, haja vista o volume de notícias divulgadas na mídia em geral, em pesquisas institucionais e acadêmicas que abordam o seu caráter multifacetário na vida de inúmeras mulheres. Pois, de modo geral, não se limita apenas a violência marcada e explícita em seus corpos e pele, mas, também, aquelas invisíveis aos olhos e diagnósticos (Santos, 2020).

Em consoante com os objetivos propostos nesta pesquisa, se faz necessário delinear-mos com base nos dispositivos legais, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.430/2006), nos tipos e formas das violências contra as mulheres, inclusive diferenciando violência contra as mulheres e violência de gênero:

Violência contra a mulher – é qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

Violência de gênero – violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

De forma que, a violência contra a mulher e a violência de gênero são termos que se referem as identidades e papéis sociais, tratando-se de construções sociais para



além das formas de violência (física, sexual, emocional, financeira e patrimonial), direcionada às mulheres e a grupos minoritários, que pode ocorrer em qualquer contexto, incluindo na família, no trabalho, na escola, na comunidade e no Estado.

Em paralelo, segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 são formas de violência contra as mulheres:

I – a **violência física**: entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a **violência psicológica**: entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a **violência sexual e o estupro**: entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a **violência patrimonial**: entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Dessa forma, a violência contra a mulher pode ter consequências devastadoras para as vítimas. Ela pode causar lesões físicas e psicológicas, e pode levar à depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e outras doenças. A violência contra a mulher também pode levar à dependência financeira, ao isolamento social e à perda do emprego. Em alguns casos, a violência contra a mulher pode até levar à morte.

É essencial deixarmos claro que antes da existência da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) as agressões contra as mulheres eram tratadas como crime de menor potencial ofensivo e, em sua maioria, a pena do agressor era convertida apenas em prestação de serviços. Após a citada lei, a tipificação das violências contra as mulheres (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial), e as penas ficaram mais rígidas para os agressores (PORTAL CORREIO, 2022). Isto é, de acordo com o Instituto Maria da Penha (recurso online):



Antes de a Lei Maria da Penha entrar em vigor, a violência doméstica e familiar contra a mulher era tratada como crime de menor potencial ofensivo e enquadrada na Lei n. 9.099/1995. Na prática, isso significava que a violência de gênero era banalizada e as penas geralmente se reduziam ao pagamento de cestas básicas ou trabalhos comunitários. Em outras palavras, não havia dispositivo legal para punir, com mais rigor, o homem autor de violência.

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera a Lei Maria da Penha como uma das três mais avançadas do mundo em relação ao combate à violência contra a mulher. Dispondo principalmente nas inovações trazidas nas medidas protetivas de urgência para as vítimas, além da própria tipificação dos crimes. Além de incentivar a criação de equipamentos indispensáveis à sua efetividade como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, entre outros (INSTITUTO MARIA DA PENHA, recurso online).

Essas definições e implementações passaram a ser adotadas no país, sobretudo por parte dos órgãos de saúde e de segurança pública, que são caracterizados como a porta de entrada das mulheres vitimadas. Inclusive, a adoção dessas definições foi também reconhecida como metodologia que otimizassem pesquisas e avaliações em políticas públicas. Contudo, segundo o Portal Correio (2022), mesmo após ser sancionada a Lei Maria da Penha ainda sofre resistências em ser aplicada principalmente, por parte do sistema judiciário, que tem profundas raízes machista e do patriarcado.

Apesar das dificuldades encontradas na aplicação e efetivação da lei, é de grande importância a Lei Maria da Penha para o combate as diversas formas de violência no Brasil. De forma que, ainda há muito a ser feito para garantir a segurança e a proteção das mulheres. É preciso fortalecer as instituições de proteção às mulheres, criar políticas públicas mais eficazes. Ressaltando essa importância, é vasta a literatura e os meios de comunicação científica, a exemplo de Campos (2008); Soares (2010); Mendonça e Britto (2011); Azeredo (2017); Consentino (2018); Martins e Franklin (2019); Bonavides e Bazzo (2021); Lexlatin (2022).



9. GEOGRAFIA, GÊNERO E FEMINISMO: PRECISAMOS FALAR DO PAPEL DA GEOGRAFIA NESTA DISCUSSÃO

Inicialmente, apontamos nessa capítulo o percurso histórico dos estudos de gênero na geografia, de modo que o caminho aberto pelas manifestações da luta das mulheres na geografia propiciou o desenvolvimento de estudos queer e/ou pela geografia das sexualidades, principalmente, na segunda metade do século XX, a qual “A luta do movimento de mulheres cientistas e intelectuais se manifestou na geografia em suas diferentes matrizes filosóficas”, (Silva, Nabozny e Ornat, 2010, p. 26), de forma que há uma evolução nas abordagens teóricas que analisaram as condições das mulheres na sociedade, especialmente no contexto da geografia humana e das ciências sociais.

Começando com uma abordagem mais quantitativa e objetiva (positivismo lógico), depois, passando por uma análise mais crítica das estruturas sociais (materialismo histórico), abordou-se a desigualdade de gênero e o patriarcado, e finalmente à adoção do conceito de gênero com uma postura crítica (pós-estruturalismo) que questiona a própria construção social desse conceito (Silva, Nabozny e Ornat, 2010).

Nesse percurso das abordagens teóricas, Silva (1998) considera que a Geografia Feminista explicita as desigualdades no espaço, e, incorpora as contribuições do feminismo e da categoria de gênero. Mencionando ainda, que para diversos (as) autores (as) a Geografia Feminista e a Geografia de Gênero são campos diferentes.

Silva (2010, p. 40) aponta que “a chamada geografia feminista é parte integrante do movimento da ciência geográfica, e sob essa denominação há trabalhos positivistas, marxistas, fenomenológicos e assim por diante”. Por sua vez, uma análise geográfica do contexto social e incorporando teorias de gênero, é fundamental desvelar as manifestações espaciais e territoriais de dos diversos segmentos sociais.

Esses grupos influenciam, por meio de suas atividades, a configuração de espaços geográficos específicos. Isso ocorre porque o gênero desempenha um papel fundamental na determinação da posição do indivíduo no mundo, porém tem-se dado pouca importância (Reis, 2015). Apesar de ser essencial incluir a perspectiva geográfica nas discussões sobre gênero e feminismo para uma compreensão mais abrangente dessas



questões, durante muito tempo, a Geografia negligenciou a consideração do gênero como um fator crucial de diferenciação social.

Essa omissão na análise limitava nossa compreensão da sociedade a um cenário simplificado e homogêneo, ignorando as profundas disparidades na ocupação e uso do espaço por homens e mulheres (Reis, 2015). No entanto, mesmo com algum atraso, a Geografia começou a adotar abordagens de gênero e a realizar análises mais abrangentes em relação ao papel das relações sociais, reconhecendo a especificidade de cada gênero na produção e reprodução do espaço geográfico.

Durante a década de 1970, uma época marcada por intensos movimentos feministas, a Geografia começou a incorporar a perspectiva de gênero. Vários estudos que abordavam questões feministas emergiram, dando origem ao que hoje conhecemos como Geografia de Gênero. Essa transformação representou um avanço significativo no campo da Geografia Humana, em uma perspectiva feminista do espaço (Moreira, 2022).

De forma que, é inegável do papel fundamental da Geografia, desempenhado principalmente nas análises das interações complexas entre espaço, gênero e feminismo. Ciência esta, que nos ajuda a entender como o espaço é moldado pelas normas de gênero, como as desigualdades de gênero são refletidas no espaço e como o ativismo feminista se manifesta em diferentes contextos geográficos.

Dessa forma, ao longo do tempo, testemunha-se uma trajetória significativa, partindo de uma abordagem quantitativa até uma compreensão crítica e profundamente engajada com questões de gênero e desigualdades sociais. A Geografia Feminista e a Geografia de Gênero, embora possam ser consideradas campos diferentes por alguns, convergem na busca por desvelar as manifestações espaciais das dinâmicas sociais e territoriais.

A Geografia, ao abraçar a perspectiva de gênero, permite-nos enxergar como o espaço é moldado por normas e relações de gênero, como as desigualdades de gênero se manifestam nos espaços que habitamos e como o ativismo feminista deixa sua marca em diferentes contextos geográficos. Como ciência da sociedade, desafia a questionar a construção social do próprio conceito de gênero e a reconhecer a especificidade das experiências de homens e mulheres na produção e reprodução do espaço geográfico.



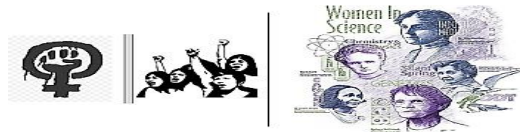
Assim, a Geografia, ao integrar o gênero como uma variável central em suas análises, contribui para uma compreensão mais abrangente e precisa da sociedade, desafiando as concepções simplificadas e homogêneas do espaço e abrindo caminho para uma reflexão mais profunda sobre as relações sociais, identidades de gênero e lutas feministas em nossos contextos geográficos diversos.

Devemos elencar nesse capítulo pesquisadoras, intelectuais e ativistas que abordaram as questões de gênero, feminismo e mulheres na geografia como Judith Butler; Joseli Maria Silva; Alides Baptista Chimin Junior; Joseli Maria Silva; Maria das Graças Silva Nascimento Silva; Gleys Ially Ramos; Rosa Ester Rossini, e muitas outras, que inclusive, está nos alicerces desta dissertação. No Nordeste, destacamos pesquisadoras e atividades como Maria Mary Ferreira, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha; Zulimar Márta Rodrigues; Eunice Ferreira dos Santos; Júlia Garcia de Souza da Silva; Maria Luzia Miranda Álvares, dentre outras.

É fundamental elencamos essas mulheres e outras pesquisadoras, militantes, intelectuais dos direitos e da igualdade para as mulheres mundo e Brasil afora, pois elas revelam a discrepância significativa entre homens e mulheres nos diversos espaços, como também, nas universidades e na geografia do Brasil. Além de serem reconhecidos pelo trabalho acadêmico com vários prêmios e homenagens de inúmeras instituições.

Esse estado de atenção mencionado aqui, não é isolado. Relaciona-se à exemplo, com o apontamento de Aranha (2018) no Jornal da USP, em que uma das principais revistas brasileiras de Geografia, a Revista Brasileira de Geografia, levou 12 anos para que uma mulher assinasse um artigo. Além disso, a contribuição feminina na publicação não seguiu um padrão de crescimento constante ou de aumento de proeminência ao longo do tempo. Em vez disso, houve uma oscilação entre uma presença tímida e uma ausência notável.

Aranha (2018), ainda menciona que esse fenômeno [exemplo citado aqui] é particularmente interessante porque não se deve à falta de mulheres formadas na área. Isso sugere que, apesar da alta taxa de formatura, as mulheres enfrentavam barreiras significativas para publicar seus trabalhos e serem reconhecidas na academia geográfica brasileira.



Nos cabe ainda destacar nesse capítulo, que essas pesquisadoras sofreram também resistência para implementar as temáticas da desigualdade e inclusão de gênero e das mulheres nos núcleos universitários, nas grades curriculares, nos Fóruns de discussões, até nos espaços de divulgação e comunicação científica, trazendo perspectivas frequentemente negligenciadas em campos dominados pelos homens, investigando áreas como o espaço doméstico e espaço público, formulação de políticas, educação, saúde, o trabalho do cuidado e maternidade, a violência de gênero, emancipação política e do corpo dentre outras temáticas.

Contribuem significativamente para o desenvolvimento teórico da Ciência Geográfica e nos estudos de gênero, desenvolvendo e promovendo teorias como o feminismo geográfico e a interseccionalidade. Além disso, a presença de mulheres pesquisadoras serve como um modelo inspirador para jovens acadêmicas, encorajando mais mulheres a ingressarem e permanecerem nas universidades como um espaço diversos e equitativo.



10. Primeira via de análise: teses de doutorado CAPES

As territorialidades que foram expressas a partir das análises desta pesquisa, revela, um quadro estrutural dos contextos históricos e sociopolíticos das mulheres brasileiras, do qual espera-se somar na visibilidade de estudos acerca das vivências femininas e das políticas públicas necessárias a defesa de seus direitos.

Como mencionado anteriormente, a produção do conhecimento moderno é oriunda das bases heterossexuais, brancas, androcêntricas e elitistas que influenciaram as participações científica das mulheres e pesquisas sobre as mulheres, impactando na implementação de políticas de defesa de seus direitos.

Os vieses de análises nesta pesquisa, refletem as demandas coletivas e as transformações da sociedade, e articulam entre si, grupos de estudo, linhas de pesquisas de programas de pós-graduações, acesso a literatura científica, necessitando de investimentos financeiros por meio de editais de fomento, e recursos humanos capacitados.

As teses de doutorado selecionadas no Portal CAPES de Teses de Doutorado compostas principalmente pelas colunas de: ordem; ano da publicação; título; área do conhecimento; instituição de ensino (Apêndice 1).

Essa produção de teses que abordam as formas de violência contra as mulheres e de gênero, o papel das mulheres na sociedade e o feminismo é uma área de estudo muito relevante, e pouco investigada. Ao longo das últimas décadas, houve um aumento significativo da pesquisa acadêmica nesses temas, refletindo a crescente conscientização sobre as desigualdades de gênero e a necessidade de promover a igualdade e o empoderamento das mulheres.

De acordo com Coelho (2014) nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado um aumento significativo das discussões e produções feministas, que têm trazido à tona a problemática da violência contra as mulheres. Essa questão tem sido abordada de forma intensa em diversos campos do conhecimento e tem sido impulsionada pelos movimentos sociais, em particular pelo movimento feminista e pelos movimentos de mulheres. Esse contexto de efervescência tem promovido uma análise ampla e multifacetada da violência de gênero, contemplando diferentes perspectivas e enfoques.



Essas teses exploram uma ampla gama de questões, incluindo violência doméstica, agressão sexual, tráfico humano, masculinidade, mutilação genital feminina e outros tipos de abuso baseados no gênero. Essas pesquisas buscam entender as causas e consequências dessas formas de violência, bem como identificar estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Além disso, muitas teses também analisam o impacto dessas formas de violência na saúde física e mental das mulheres, bem como em suas trajetórias de vida.

No que diz respeito ao papel das mulheres na sociedade, a produção do conhecimento científico, a crítica feminista, as teses examinam as diversas maneiras pelas quais as mulheres têm contribuído e continuam a contribuir para diferentes áreas, como política, medicina, economia, ciência, arte, cultura e educação. Essas pesquisas buscam desafiar estereótipos de gênero e destacar as conquistas, habilidades e potenciais das mulheres que muitas vezes foram subvalorizados ou negligenciados ao longo da história pelo androcentrismo. Além disso, essas teses também exploram as barreiras e desafios enfrentados pelas mulheres em suas tentativas de romper com normas de gênero restritivas e alcançar a igualdade de oportunidades.

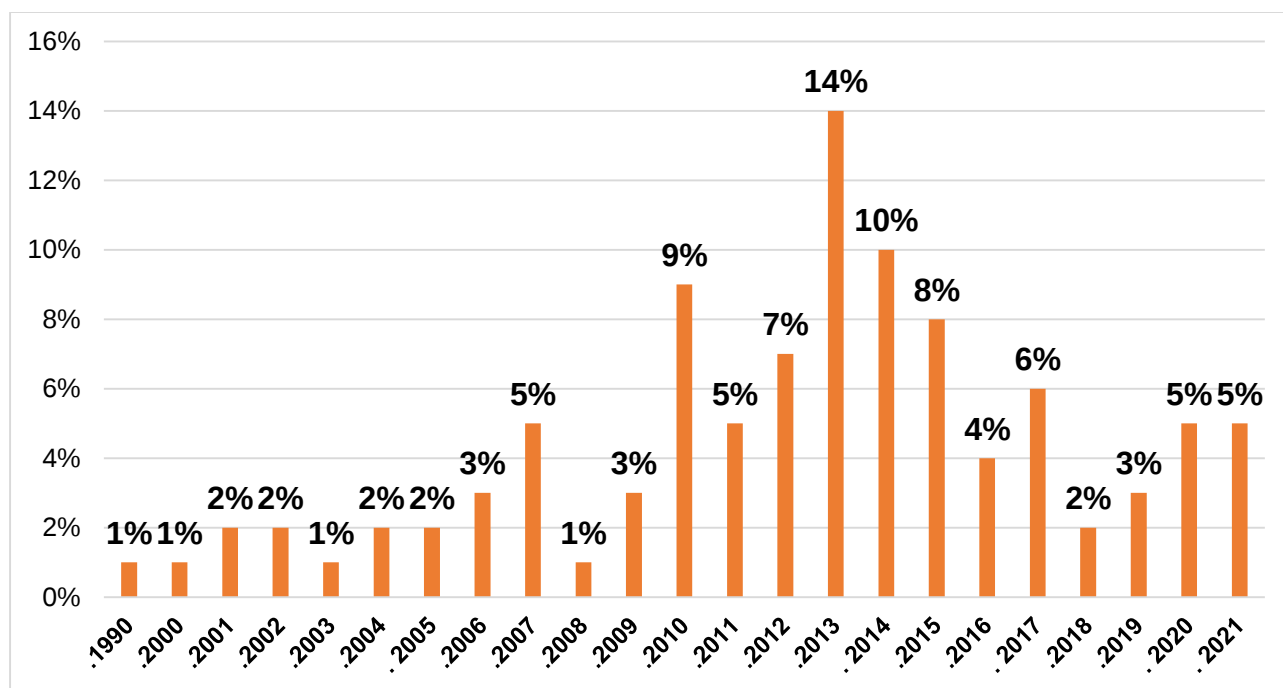
Ainda, essas teses analisadas, investigam as teorias feministas, os movimentos feministas históricos e contemporâneos, bem como as questões sociais, políticas, culturais e econômicas relacionadas à busca da igualdade de gênero. Muitas vezes se concentram em desafiar as estruturas patriarcais e analisar as formas de opressão que as mulheres enfrentam em diferentes contextos.

Periodicidade das teses

Com relação a periodicidade dessas teses, observou-se que, 2013 foi o ano de maior expressividade de teses que versaram sobre a violência contra as mulheres, seguido de 2014, 2010, 2015 e 2012. Desta forma, no período de 2012 a 2015, no Brasil, houve uma relevante produção de teses que abordaram e denunciaram as formas de violência contra as mulheres e de gênero, o papel das mulheres na sociedade, o feminismo e as políticas públicas, bem como a produção do conhecimento sobre esses temas (Gráfico 1).



Gráfico 1: Ano de publicação das teses



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nesse período de maior evidência, podemos traçar as seguintes análises:

- I. O período de maior amplitude das teses sobre a problemática social é paralelo com o período político dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff (2002 a 2015);
- II. Impacto da Lei Maria da Penha de 2006, em que atribuiu grande visibilidade a judicialização da violência doméstica ocorrida principalmente as mulheres; além das criações das Coordenadorias da mulher e de juizados e varas específicas;
- III. Em 2004, ocorreu a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O que notadamente, favoreceu gradualmente o ganho de impulso as pesquisas;



- IV. Em 2007 e 2010 temos um crescimento de teses que pode ser relacionada as Conferências Nacionais de Política para as Mulheres, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação pelo MEC;
- V. Ainda em 2007, tivemos a implementação do “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, que integrou a “Agenda Social do Governo Federal” no governo Lula;
- VI. Em 2010, sucedeu a Conferência Nacional de Educação (CONAE) e Plano Nacional de Educação em 2010 (PNE 2011 a 2020) que reafirmaram as políticas transversais educacionais; como ainda a implementação do decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;
- VII. Destaca-se ainda, que em 2012, ano que antecede o maior pico de produções de teses, houve a criação da Coordenação Geral da Diversidade, que assegurou o pacto com a promoção de políticas públicas para as minorias, dentre elas, as mulheres;
- VIII. Em 2013, no governo Dilma foi instituído o “Programa Mulher: Viver sem Violência” pelo Decreto Lei de nº 8.086 de 30 de agosto de 2013; programa que mais tarde em 2019, passou a ser “Programa Mulher Segura e Protegida” pelo decreto lei de nº 10.112, de 2019;
- IX. Em 2018, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica pelo decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018, já no governo de Michel Temer;
- X. Em 2021, no governo de Jair Bolsonaro foi implementado o decreto de nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021, que institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.

Dessa forma, inferimos que apesar do ano de 2013 haver a maior incidência de teses produzidas acerca da temática social da violência contra as mulheres, os outros anos foram paralelos também a implementação de diversas políticas públicas, sobretudo, implementadas nos governos de Lula e Dilma Rousseff (2002 a 2015).

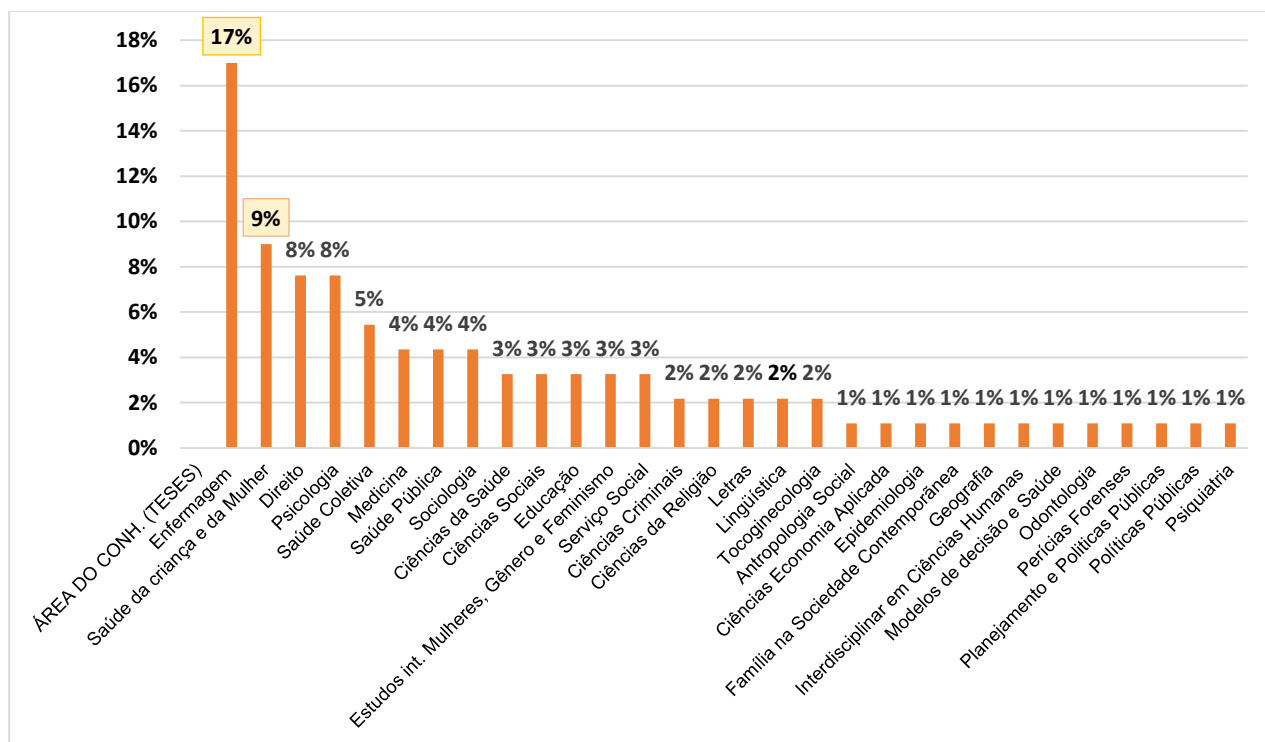


Pressupomos ainda, que esse cenário pode estar associado ao quantitativo crescente de programas de pós-graduações implementado no Brasil ao longo das últimas década (1990 a 2020) com linhas de pesquisas que possibilitasse o estudo da temática em questão, além número de bolsas/auxílios aplicadas a pesquisa e ensino (CAPES, CNPQ etc.).

Área de conhecimento das teses

Para a análise nas áreas do conhecimento das teses de doutorado, verificamos que a área de atuação que mais investigou as formas de violência contra as mulheres, e as medidas que podem ser implementadas para coibi-las, além do perfil dessas vítimas e dos agressores, são da *enfermagem*, seguido da *saúde da criança e da mulher*; do *direito*; da *psicologia* e da *saúde coletiva* (gráfico 2).

Gráfico 2: Teses por área de conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Dos quais, analisa-se:

- I. As 5 (cinco) primeiras áreas do conhecimento na produção de teses (1- enfermagem; 2- Saúde da Criança e da Mulher; 3- Direito; 4 – Psicologia; e, 5



Saúde Coletiva) representam uma grande parte das áreas do conhecimento com 47% e as demais 53%;

- II. O fenômeno social das várias formas de violência contra as mulheres são majoritariamente investigados e analisados por essas áreas do conhecimento (enfermagem; Saúde da Criança e da Mulher; Psicologia; Saúde Coletiva), pois a porta de entrada dessas mulheres ao registro da violência além das delegacias de atendimento especializados, são as Unidades de Atenção Básicas de Saúde (ABS), e esses profissionais têm que estar capacitados para receberem essas mulheres, em uma abordagem humanizada e não revitimizante;
- III. Compete a esses profissionais o cumprimento da Lei 10.778 de 2003, que institui a notificação compulsória dos casos de violência, consumados ou suspeitos, nos atendimentos dos serviços de saúde, públicos ou privados, que integraliza o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e a Vigilância de Violência e Acidentes (Viva);
- IV. Além de que, é direcionado a esses campos de atuação, o cumprimento em instância primária da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher, em complementariedade com a Lei 10.714 de 2003, " Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180" que oferece escuta humanizada e acolhida qualificada às mulheres em situação de violência, e registra e encaminha denúncias de violência contra as mulheres aos órgãos competentes (BRASIL, 2022);
- V. Trata-se de uma Rede de Enfrentamento, que além do cumprimento dessas leis supracitadas, em 2011 foi incrementada a *Norma técnica de Aspectos Jurídicos do atendimento as Vítimas de Violência Sexual*, direcionado as vítimas que tenham engravidado, a possibilidade de abortarem em unidade de saúde pública, previsto na Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (Crimes contra a Dignidade Sexual);
- VI. Por fim, é justamente nesta área do conhecimento, a enfermagem, na questão dos cuidados e da saúde que predomina o público feminino (tanto docente e discente);



Dessa forma, a produção de teses nas áreas do conhecimento mencionadas - enfermagem, Saúde da Criança e da Mulher, Direito, Psicologia e Saúde Coletiva - desempenha um papel crucial no primeiro atendimento as mulheres violentadas, o que pode justificar a concentração de teses nesses campos de conhecimento.

Essas áreas são particularmente relevantes, uma vez que os profissionais desses campos são frequentemente a primeira linha de atendimento para as mulheres que sofrem violência, seja nas Unidades de Atenção Básica de Saúde, delegacias especializadas ou outros serviços de saúde.

Portanto, é crucial que esses profissionais estejam capacitados para oferecer um atendimento humanizado e não revitimizante², conforme exigido pela Lei 10.778 de 2003, que institui a notificação compulsória dos casos de violência. Além disso, esses campos também são responsáveis por implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e contribuir para a rede de enfrentamento à violência, em parceria com a Lei 10.714 de 2003 e a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

A produção de teses nessas áreas, como as demais, contribui para a ampliação do conhecimento sobre a violência de gênero e para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes no enfrentamento dessa problemática.

Distribuição regional das teses

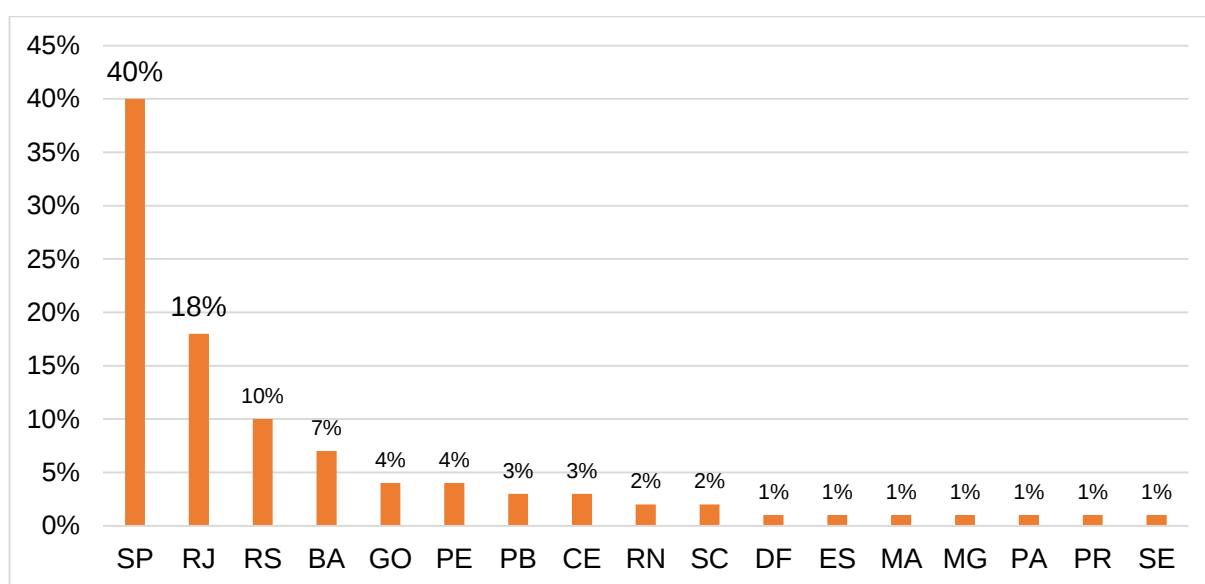
As regionalizações produzidas na distribuição das teses no Brasil variam significativamente de acordo com seus aspectos geográficos, o que se reflete uma heterogeneidade regional significativa na produção científica, sobretudo, as regiões Sul e Sudeste, em que têm sido as regiões com os maiores quantitativos nesse aspecto, abrigando instituições com maior tradição acadêmica, até pelo processo histórico da produção do conhecimento no país, como pelo quantitativo elevado de crimes contra as mulheres no Brasil, onde se tem uma proporcionalidade alta de teses e crimes violentos.

² Revitimização da mulher em casos de violência relaciona-se a escuta atenta da vítima frente aos profissionais responsáveis pelo acolhimento da vítima. De acordo com Cunha e Pinto (2019), o inciso III do artigo 10-A da Lei Maria da Penha define a revitimização como a ausência de profissionais qualificados para escutar e tomar as medidas apropriadas em relação às mulheres em situação de violência. A mulher que foi agredida deve receber acolhimento, não sendo simplesmente encarada como vítima de outro crime qualquer.



Universidades como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) são reconhecidas por sua produção científica feminista, destacando assim, os Estados de São Paulo com 40% das teses, seguido do Rio de Janeiro com 18% e o Rio Grande do Sul com 10% (Gráfico).

Gráfico: Quantitativo de teses por UF



No entanto, eixos importantes de produção científica nestas temáticas da dissertação, tem crescido nas últimas décadas no país, vemos um crescimento da produção de teses na temática destacada em outras regiões e Estados, como o Nordeste e o Centro-Oeste, destacando-se os Estados da Bahia (7%) e Goiás (4%), enfatizando a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

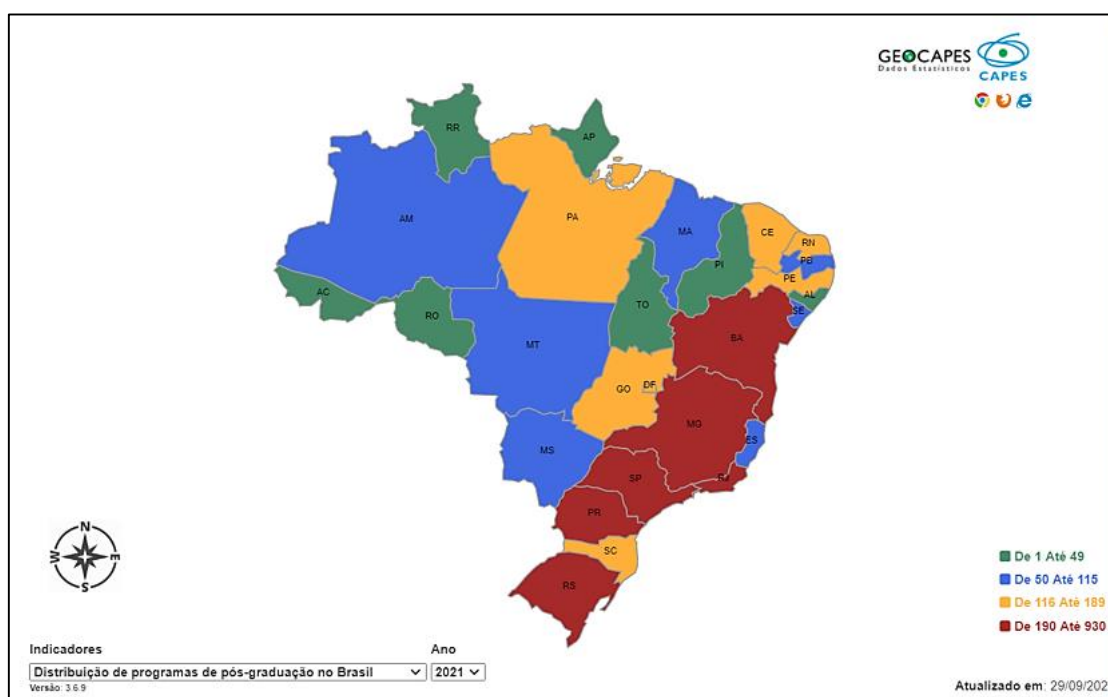
Na análise observa-se também que os Estados do Norte não apresentam quantitativo significativo de tese no universo coletado, isto é, apenas 1 (uma) tese no Estado do Pará. Como ainda, aparece apenas 1 (um) Estado dos 3 (três) da região Centro-Oeste, que é o Estado de Goiás, produzindo o que podemos considerar um corredor Sul-Nordeste de produções das teses (Mapa 2).

Mapa 2: Distribuição de teses no Brasil, no período de 1990 a 2020



o que tivemos o “primeiro programa de Mestrado no país e o primeiro doutorado da América Latina nessa temática: o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, na Universidade Federal da Bahia”. Mesmo que ainda sim, tanto em quantitativo de programas de pós-graduação quanto em quantitativo de teses, a região Sul e Sudeste predomine, em contraste com as demais regiões como o Norte que tem os menores quantitativos.

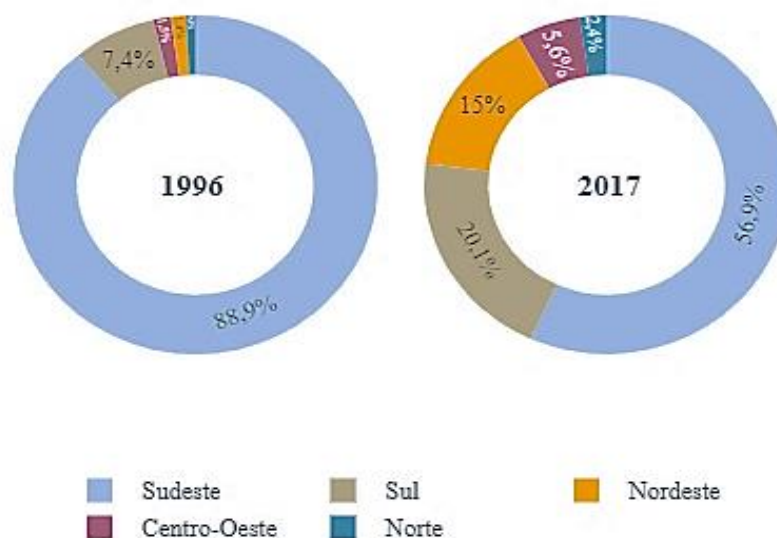
Mapa 3: quantitativo de programas de pós-graduação no Brasil



Fonte: Adaptado do GEOCAPES, 2022

Com relação aos programas de doutorado, o Relatório de Estudos da Demografia da Base Técnico-Científica brasileira (2019), expõe que apesar da relativa queda nos percentuais no quantitativo de número de doutorados na região Sudeste de 1996 a 2017, ela ainda concentra a maior proporção de programas de doutorado no país. Nas demais regiões com as políticas de descentralização do ensino superior, aumentou-se o quantitativo de número de doutorados (Figura 3):

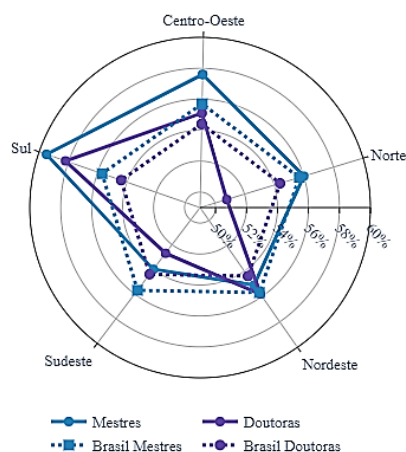
Figura 3: Quantitativo de programas de pós-graduação por regiões (1996-2017)

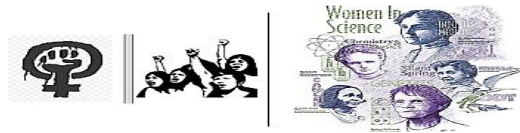


Fonte: Adaptado dos Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira (2019)

O relatório aponta ainda que em 2017, “as mulheres foram maioria entre os titulados em programas de mestrado e doutorado em todas as regiões do Brasil”. Com padrões geospaciais semelhante à esta pesquisa, em que os maiores quantitativos dos programas de doutorados no Brasil, estão localizados na região Sudeste do país, com a maior proporção de mulheres com título outorgado de doutorados, representando um universo de 58%, em contraste com a região Norte que apresenta as menores proporções (Estudos da Demografia da Base Técnico-Científica Brasileira, 2019) (figura 1):

Figura 1: Percentual de programas de doutorados no Brasil de 1996 e 2014





Fonte: Adaptado dos Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira (2019)

Dessa forma, pontua-se que a produção de teses sobre violência contra as mulheres, o papel das mulheres na sociedade e o do movimento feminista pode ser o reflexo das reivindicações crescentes frente as desigualdades de gênero e a necessidade de promover a igualdade e o empoderamento das mulheres. Que embora existam diferenças na distribuição regional da produção, é importante continuar fortalecendo pesquisas e produção científica em todas as regiões do país, garantindo um desenvolvimento equitativo e uma representatividade ampla das diferentes realidades e necessidades. Isso contribuirá para um maior entendimento das questões de gênero, o combate à violência contra as mulheres e a promoção da igualdade de gênero.



10.7 Segunda via de análise: periódicos científicos

Para analisar essa segunda via de análise é importante resgatarmos inicialmente o papel dos periódicos científicos na produção e comunicação científica. Visto que, a própria historicidade dos periódicos científicos não é recente, tendo significativo papel na disseminação da informação científica desde séculos atrás.

Data-se de meados de 1665 os primeiros registros da circulação e esforços da divulgação versátil da produção científica em formato de artigo, com o surgimento das revistas *Journal de Savants* (francesas) e o *Philosophical Transactions* (inglesa). Que inspiradas no formato de jornais e almanaques, as revistas compilavam os conteúdos acadêmicos e catálogos de livros, com traços mais literários. A novidade, atendeu a necessidade do público que cada vez com menos tempo para leitura de livros na íntegra, recebia as informações condensadas muito mais rápido e com custos menos que a produção dos livros (Berata, 2015).

Sobretudo, afirma-se a importância dos periódicos como fonte importante e segura de compartilhamento do conhecimento e produção científica (Freire e Freire, 2009). Que ao longo do tempo, várias transformações ocorreram na forma que vinculamos, redigimos e armazenamos os artigos científicos. Critérios e normas foram adaptados a eles frente as transformações e demandas da sociedade.

Assim, passamos a incorporar as tecnologias digitais como plataformas, repositórios e bases de busca de artigos, além dos mecanismos de avaliação e impacto das revistas. Uma vez que, nesse entre-lugar, existe um dispositivo tecnológico que desempenha um papel crucial ao conectar autores, editores e leitores, transformando a linguagem escrita dos periódicos científicos em dados que podem ser acessados, processados e compartilhados repetidamente (SIEBERT, 2019).

Dessa forma, os periódicos científicos desempenham um papel fundamental na produção e comunicação científica. Eles são veículos essenciais para a divulgação dos avanços e descobertas na ciência, permitindo que os pesquisadores compartilhem seus resultados e contribuam para o progresso do conhecimento em suas respectivas áreas, atuando em aspectos fundamentais como:

O acesso à informação em que se fornecem acesso ao conhecimento científico para a comunidade acadêmica e científica com publicação dos resultados de



pesquisas em periódicos que permite que outros pesquisadores acessem e utilizem essas descobertas como base para seus próprios estudos, ampliando o conhecimento existente, sendo então, uma fonte valiosa para profissionais, estudantes e a comunidade em geral que queira se manter atualizada sobre os avanços em áreas de interesse.

A disseminação do conhecimento, que ao publicar os resultados de pesquisas, eles possibilitam que a comunidade científica tenha acesso e capilaridade às informações mais recentes e relevantes, de forma que é essencial para o avanço da ciência, permitindo a revisão, a replicação e a construção sobre estudos anteriores.

No entanto, é importante destacar que, apesar de desempenharem um papel relevante na produção e comunicação científica, os periódicos científicos também enfrentam desafios, como restrições de acesso, altos custos de assinatura e questões relacionadas à publicação seletiva e viés editorial. Essas questões têm levado ao surgimento de movimentos de acesso aberto e iniciativas para tornar a ciência mais acessível e transparente.

No Brasil, em 2018, o Boletim Eletrônico nº 51 do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revelou que somos líderes no ranking de países com maior quantidade de publicações científicas em acesso aberto, pois a “A CAPES contribui fortemente com a tendência mundial do acesso aberto, pois indexa não somente as produções do Brasil, mas de todo o mundo” (CAPES, 2018, p.?). Isso significa um número significativo de artigos científicos produzidos no país está disponível gratuitamente para o público em geral, sem barreiras de pagamento ou restrições de acesso.

Para a temática da violência contra as mulheres, os periódicos científicos têm papel fundamental no veículo das informações a sociedade, como também tem e teve importância nas discussões e reivindicações por parte dos movimentos sociais, do movimento feminista e de mulheres. As quais, muitos dos periódicos que discutem os conceitos transversais que endossam a problemática no Brasil, nasceram com o propósito de escancarar a invisibilidade das mulheres que sofrem violência. Eles proporcionam espaço para a publicação de pesquisas e estudos que investigam essa problemática, bem como para a divulgação dos resultados e descobertas relevantes. Atuando em demandas fundamentais como:



1. Geração de conhecimento: Os periódicos científicos possibilitam a geração de conhecimento sobre a violência contra as mulheres. Os pesquisadores têm a oportunidade de realizar estudos abrangentes, explorando diferentes aspectos desse fenômeno, como suas causas, consequências, fatores de risco e estratégias de prevenção e intervenção. Através dessas pesquisas, novas perspectivas, teorias e evidências empíricas podem ser desenvolvidas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da violência de gênero.
2. Divulgação de descobertas: Fornecem um meio eficaz de divulgação das descobertas relacionadas à violência contra as mulheres. Ao publicar artigos sobre esse tema, os pesquisadores podem compartilhar suas evidências, análises e conclusões com a comunidade acadêmica e científica. Isso permite que outros profissionais e estudiosos acessem e utilizem essas informações para ampliar o conhecimento existente e desenvolver intervenções mais eficazes.
3. Discussão e debate acadêmico: A publicação de artigos científicos em periódicos permite o início de discussões e debates acadêmicos sobre a violência contra as mulheres. Através da revisão por pares, especialistas na área podem analisar criticamente o trabalho, oferecer feedback construtivo e contribuir para o avanço do conhecimento. Essa troca de ideias e perspectivas é fundamental para o aprimoramento das abordagens teóricas e metodológicas no estudo da violência de gênero.
4. Legitimidade e reconhecimento: A publicação em periódicos científicos estabelecidos confere legitimidade e reconhecimento às pesquisas sobre violência contra as mulheres. Ser aceito e publicado em periódicos conceituados demonstra a qualidade e relevância do trabalho realizado, agregando valor aos pesquisadores e fortalecendo a credibilidade das descobertas. Isso também é importante para atrair a atenção de outros estudiosos, profissionais e formuladores de políticas interessados no tema.
5. Influência na formulação de políticas: Os periódicos científicos desempenham um papel relevante na influência das políticas públicas relacionadas à violência contra as mulheres. Pesquisas publicadas nesses periódicos podem fornecer evidências e insights importantes que podem embasar a criação de políticas mais



efetivas para prevenção, proteção e apoio às vítimas de violência de gênero. As descobertas publicadas podem contribuir para um maior entendimento da dimensão do problema, ajudando a sensibilizar a sociedade e promover mudanças em níveis legislativos e institucionais.

Essas características pontuadas são discutidas na literatura e presente no quadro sistêmico dos períodos científicos brasileiros que discutem, divulgam e debatem as questões de gênero; da violência contra as mulheres; movimento feminista e Direitos Humanos. De que forma que apresentam a *ordem / identificação do periódico/Estado / ano / QUALIS*. Os periódicos listados são provenientes de diferentes Estados do Brasil e têm uma variedade de áreas de enfoque (Quadro 1).

Quadro 1: Quadro sistêmico dos periódicos científicos

ANO	PERIÓDICO (Identificação)	ESTADO	QUALIS
1992	Revista Estudos Feministas – UFSC	Santa Catarina	A1
1993	Revista Pagu	São Paulo	A1
1994	Caderno Espaço Feminino	Minas Gerais	A4
2000	Revista Gênero	Rio De Janeiro	A4
2003	Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos	Santa Catarina	C
2004	Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades	Paraíba	A2
2004	Cadernos de Gênero e Tecnologia	Paraná	A4
2007	Revista Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades	Rio Grande Do Norte	B4
2007	Revista Periódicus	Bahia	A3



2008	Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião	Rio Grande Do Sul	A2
2009	Revista Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	Rio De Janeiro	A1
2009	Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero	Paraná	A2
2010	Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB)	Paraíba	A4
2012	Revista Gênero na Amazônia	Amazonas	B2
2013	Revista Feminismos	Bahia	A4
2014	Revista Afirmativa	Bahia	N/P
2015	Revista Cadernos de Gênero e Diversidade	Bahia	A3
2020	Revista de gênero, sexualidade e direito (Online)	Bahia	C

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro construído apresenta periódicos como a Revista Estudos Feministas, que é publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina desde 1992, a Revista Pagu publicada da Universidade Estadual de Campinas e a Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades pela Universidade Federal de Paraíba dentre outras (Caderno Espaço Feminino; Revista Gênero; Cadernos de Gênero e Tecnologia; Revista Periódicus; Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião; Revista Sexualidad, Salud y Sociedad; Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero; Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito; Revista Feminismos; Revista | Cadernos de Gênero e Diversidade) que tem classificação A1 e A4, indicando um alto nível de qualidade e relevância das pesquisas dessa temática.

A análise presente no Quadro 2 evidencia que, em que 72% desses periódicos são de A1 a A3, são considerados referências nessa área e geralmente com critérios



rigorosos de seleção para os artigos publicados. Por outro lado, temos também, periódicos considerados de qualidade intermediária (B1 a B4), embora ainda sejam reconhecidos como fontes confiáveis de pesquisa, abrangendo uma variedade de tópicos e disciplinas, mas geralmente não possuem o mesmo prestígio e impacto que os periódicos classificados nas categorias A1 a A4. E, C e N/P representando respectivamente (11% e 6%) de periódicos considerados de qualidade inferior.

Quadro 2: Quadro de percentual dos QUALIS dos periódicos analisados

QUALIS	%
A1 a A4	72%
B2 a B4	11%
C	11%
N/P	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Com relação a periodicidade de criação destes periódicos, 63% desse foram na última década, de 2006 a 2022, sinalizando um aumento significativo na quantidade de eventos ocorrendo a partir dos anos 2000, com uma maior concentração nos anos 2006 a 2020 (Quadro 3). O que indica, o crescente engajamento nas discussões feministas, nas universidades e nas demais demandas das mulheres, bem como, um aumento na disponibilidade de dados ou informações sobre esses eventos.

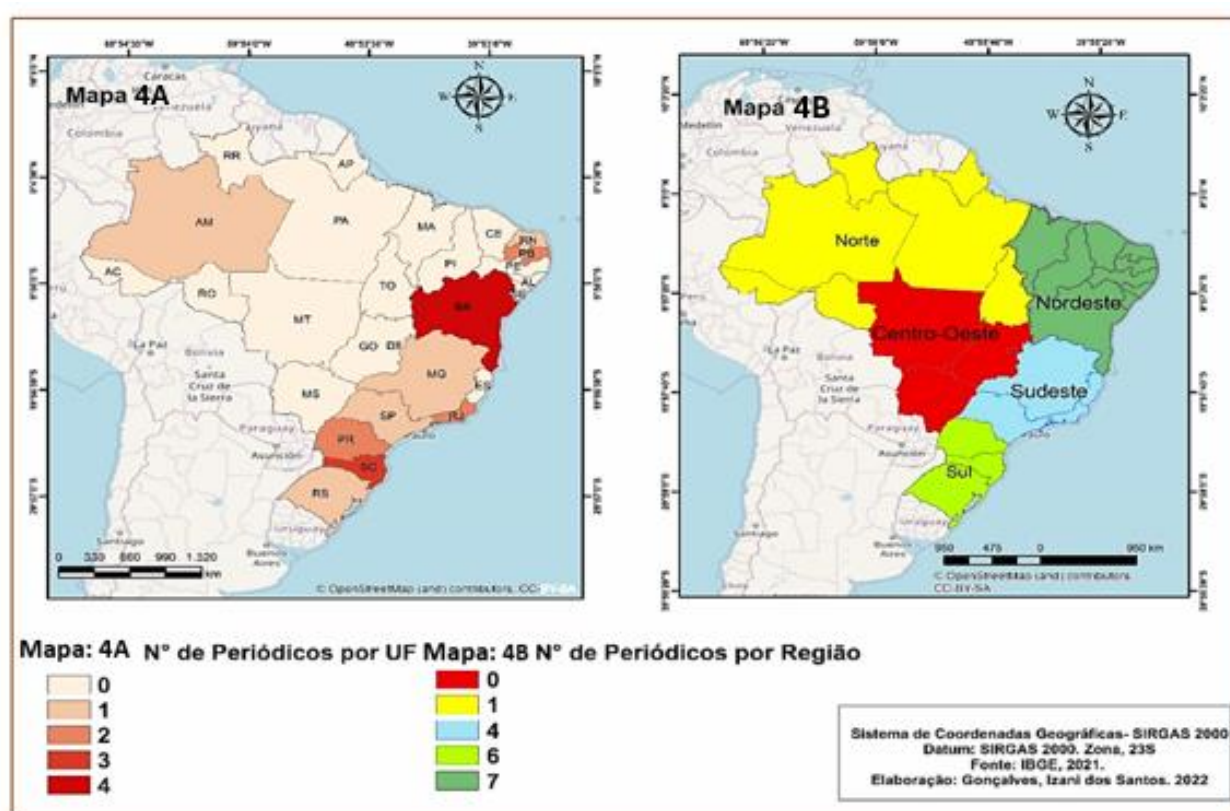
Quadro 3: Percentual do período de criação dos periódicos analisados

Ano	%
Década de 90	16%
2000 a 2005	33%
2006 a 2011	50%
2011 a 2020	50%

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Foi analisado ainda nessa via de análise, a regionalização desses periódicos (mapa 4), sobretudo, em relação aos maiores quantitativos de periódicos que divulgam, dialogam e discutem gênero, feminismo, violência contra as mulheres no Brasil, são eles: regiões Nordeste, Sul e Sudeste, com destaque para os Estados da Bahia (4 periódicos); Santa Catarina (4 periódicos); Rio de Janeiro (3 periódicos); Paraíba (3 periódicos); e Paraná (3 periódicos).

Mapa 4: Regionalização do quantitativo dos periódicos analisados



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nos estudos e pesquisas acerca do combate as formas de violência contra as mulheres no Nordeste, Tavares e Souza (2022) pontuam que há a necessidade de produzir pesquisas mais aprofundadas, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo, sobre a violência contra as mulheres como uma questão crucial para os estados do Nordeste. Essas pesquisas devem ser apoiadas pelos próprios tribunais e secretarias, a fim de compreender e combater efetivamente esse problema.



10.8 Terceira via de análise: Núcleos e Grupos de Estudo e Pesquisa

Os Núcleos e Grupos de Estudo e Pesquisa podem ser caracterizados como espaços de investigação e curiosidade científica que devem instigar a formação crítica de profissionais, acadêmicos, pesquisadores e discentes. Constituindo-se em espaços de formação complementar, que podem articular seus debates em linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação ao quais se vinculam (Prates, Bortoli e Kuzler; 2015).

Prates, Bortoli e Kuzler (2015) expõem ainda que os grupos e núcleos de estudo são espaços que oportunizam diversas experiências aos seus integrantes, além de compartilharem vivências e troca de conhecimento em eventos científicos, em projetos de extensão, pesquisas de campo, elaboração de artigos científicos em conjunto com pesquisadores de distintos níveis de ensino, entre outras.

No conjunto da pesquisa, os Grupos e Núcleos de Estudo que se originaram a partir do contato com o movimento feminista no Brasil, é apontado como o primeiro Grupo em 1980, o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) (PUC/RJ), com a liderança de Fanny Tabak, que partir de então passaram a surgir novos grupos (Oliveira, 2015).

De acordo com Blay (2004) os Grupos e Núcleos de Estudo inicialmente tiveram como ponto de partida a análise do trabalho feminino, em seguida, foram abordadas questões cruciais, como a violência contra a mulher. Posteriormente, os debates se expandiram para incluir problemas do cotidiano, tais como creches, salário-desemprego e o reconhecimento do trabalho realizado pelas donas de casa. Outros temas importantes foram discutidos também, como a educação diferenciada, a sexualidade, a saúde integral da mulher e a questão do aborto. Além das discussões sobre a participação política das mulheres e a legislação civil e penal, abarcando aspectos diversos da vida das mulheres.

Os Núcleos e Grupos tiveram um papel fundamental na introdução dos estudos de gênero nas universidades, proporcionando autonomia e liberdade para a realização de pesquisas nessa área, sendo essenciais para quebrar barreiras e superar preconceitos. No entanto, ao contrário de muitas universidades na América do Norte, Canadá e Europa, onde essa área de estudo é amplamente reconhecida, no Brasil, a questão de



gênero ainda é uma linha de pesquisa presente em poucos programas de pós-graduação (Morais e Carvalho, 2015).

Nesses grupos e núcleos, abordam questões que contribuem para uma análise mais aprofundada das desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pelas mulheres, bem como das questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e outras formas de opressão. De forma que se pontua as relevantes frentes de atuação:

1. Desconstrução de estereótipos de gênero: Desafiam e questionam os estereótipos tradicionais de gênero que têm perpetuado desigualdades e expectativas prejudiciais em relação a homens e mulheres;

2. Compreensão das desigualdades de gênero: examinam as raízes e as manifestações das desigualdades de gênero em diferentes contextos sociais, políticos e culturais;

3. Empoderamento das mulheres: fortalecimento da autoconsciência, propiciam o questionamento das estruturas patriarcais, incentivando-as lutas por igualdade de oportunidades e direitos;

4. Inclusão e diversidade: por meio de diferentes debates permite uma análise mais aprofundada das experiências de diferentes grupos de mulheres, levando em conta fatores como raça, classe, etnia, orientação sexual e deficiência, garantindo assim uma perspectiva mais inclusiva e diversificada.

5. Pesquisa e políticas públicas: Através de estudos de gênero, podem ser desenvolvidas pesquisas e políticas mais abrangentes e eficazes para lidar com questões específicas que afetam mulheres e minorias de gênero.

6. Conscientização sobre violência de gênero: Os estudos em gênero ajudam a aumentar a conscientização sobre a violência baseada em gênero, como a violência doméstica, assédio sexual e tráfico de mulheres, e fornecem informações para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção.

7. Mudança social: Ao trazer esses debates para as universidades, o conhecimento sobre gênero e feminismo é disseminado para novas gerações de estudantes, futuros líderes e profissionais, que podem levar esse conhecimento para suas comunidades e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.



Pode-se afirmar que a distribuição dos grupos e núcleos de estudos em gênero, feminismo, combate a violência nas universidades brasileiras não é homogênea, varia entre as regiões como veremos mais a frente, embora haja um crescente interesse e reconhecimento da importância desses estudos ao longo das últimas décadas, ainda existem desafios e disparidades em relação à sua presença e alcance no ambiente acadêmico do país. Podendo mencionar em tais características, como:

1. maior presença dos grupos e núcleos de estudo em regiões metropolitanas e em grandes centros urbanos, pois essas áreas geralmente têm uma oferta mais variada de cursos e programas de pós-graduação, proporcionando espaço para pesquisas e debates nessa área.
2. Crescimento progressivo o longo das últimas décadas com reconhecimento de grupos e núcleos, refletindo o crescente interesse acadêmico e social pelas questões de gênero e a importância de compreender e combater as desigualdades.
3. Interdisciplinaridade, em que muitos grupos e núcleos de estudos em gênero e feminismo envolvem pesquisadores de diversas áreas, como enfermagem?, sociologia, antropologia, psicologia, história, ciência política, entre outras, e essa abordagem enriquece a compreensão dos problemas de gênero a partir de múltiplas perspectivas.
4. Apoio governamental e parcerias, sobretudo, na articulação universidade x iniciativas públicas (secretarias, varas da justiça, delegacias, e outros que órgãos que combatem a violência), financiamentos externos, parcerias e apoio governamental na manutenção desses grupos e núcleos.

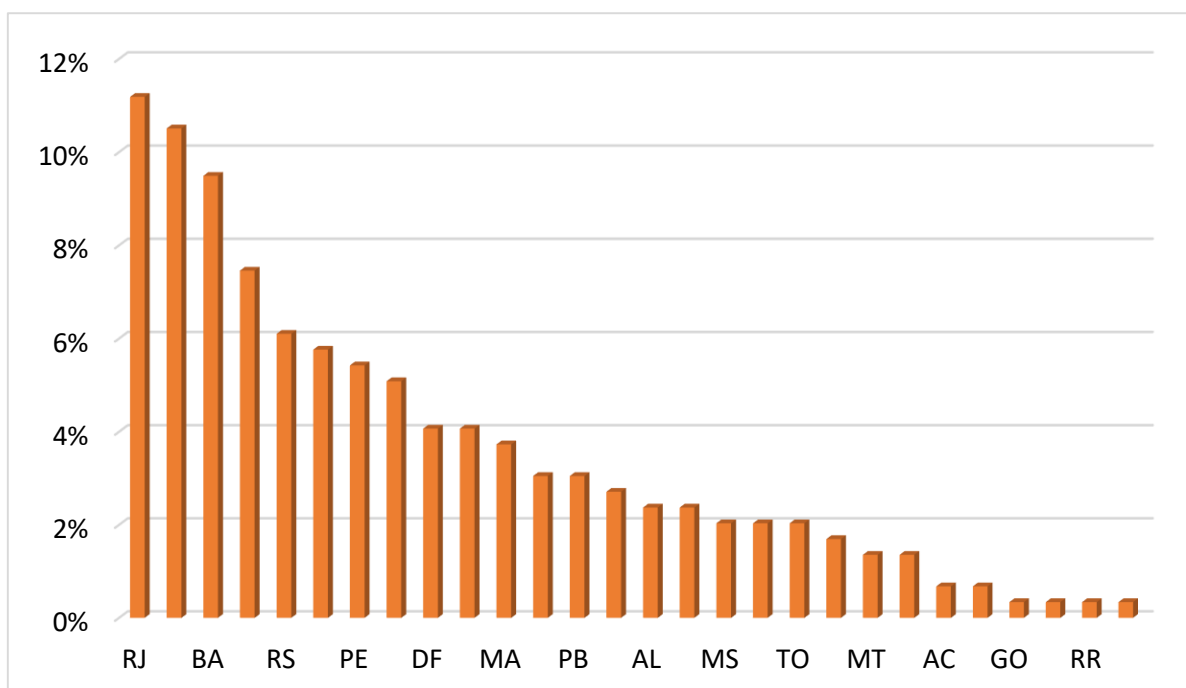
Já no universo amostral da pesquisa, foi verificado que o maior quantitativo de grupos e núcleos de pesquisa centrou-se no Rio de Janeiro, seguido de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que com exceção da Bahia, são Estados do Sul e Sudeste. O que segue de certa forma, o padrão distributivo das outras vias de análise (gráfico 3).

Gráfico 3: quantitativo de grupos de estudos em “mulheres, gênero e feminismo” no Brasil por UF



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Comparando-se as áreas de conhecimento dos grupos de pesquisa e estudo que mais discutem e dão visibilidade as questões de gênero e feministas dentro dos grupos e núcleos de estudo, estão em maior quantitativo nas Ciências Humanas o que



difere das áreas de conhecimentos da primeira via de análise (teses de doutorado). Essas áreas têm uma tradição mais consolidada de reflexão sobre questões sociais, culturais e de igualdade de gênero, o que naturalmente atrai mais grupos e núcleos de pesquisa interessados em discutir e dar visibilidade a essas temáticas.

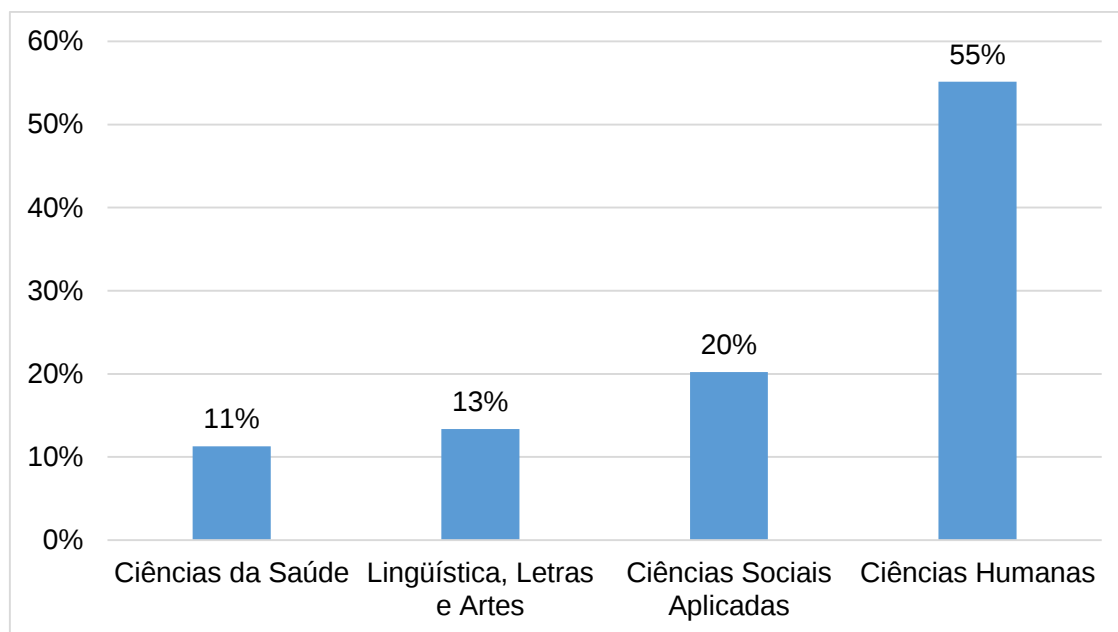
Essa relação está associada aos dados apresentados no capítulo 3.6³, em que as mulheres estão majoritariamente concentradas nas Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, a qual, dentre os maiores desafios hoje é adentrar as áreas do conhecimento dominadas pelos homens como as Ciências Naturais, Exatas e das Tecnologias. E por isso, nas Ciências Naturais, Exatas e das Tecnologias são as áreas em que há menos grupos e núcleos que associam a temática discutida. Isso é resultado de diversos fatores, incluindo a menor representatividade de mulheres nessas áreas, a persistência de estereótipos de gênero e uma

³Vide ao capítulo 3.6 intitulado História de luta, heranças de um passado desigual: dados da Atualidade desta dissertação



cultura institucional que ainda não proporciona o mesmo espaço e acolhimento para tais debates (gráfico 4).

Gráfico 4: quantitativo de grupos de estudos por áreas do conhecimento do CNPq que associam a temática discutida



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Portanto, para promover uma maior representatividade e discussão de questões feministas nessas áreas, é necessário incentivar a participação e visibilidade das mulheres nesses campos do conhecimento, bem como fomentar um ambiente de pesquisa inclusivo e aberto a todas as perspectivas. Dessa forma, será possível ampliar a diversidade de temas abordados e contribuir para o avanço da igualdade de gênero em todas as áreas acadêmicas.



10.9 Quarta via de análise: Artigos científicos

Abordamos inicialmente a importância dos artigos no ambiente acadêmico, não somente como veio para comunicação dos resultados científicos, mas, como também, importante instrumento de avaliação da capacidade lógica, interpretativa e demonstrativa de estudantes e pesquisadores (Gonçalves, Wanderley e Nascimento, 2014).

Para Araújo, Costa e Lima (2021) o artigo científico tem por finalidade registrar, divulgar e transmitir resultados de uma determinada pesquisa, por meio das discussões das ideias, dos métodos e técnicas, além de sugestões para novas pesquisas, sobretudo, no meio acadêmico.

Forattini (1996 p. 6), aponta que “o impacto que advém do artigo científico poderá ser encarado sob dois pontos de vista, o cultural e o econômico, sem, contudo, apresentarem coexistência obrigatória. Ambos são dotados de poder inovador”.

Com base nestes pontos de vista de Forattini (1996), observamos que o artigo científico é uma importante via de informação científica que traz a inovação e que tem com necessidade o diálogo com outras ciências, assentadas no cultural e no econômico. Sobretudo, essa relação cultural e econômico é objeto também da geografia, pois são ações humanas nos espaços produzidos socialmente.

Assim, quanto as análises que avaliam a relação da geografia, análises espaciais e exploração de dados e as questões de “mulheres, gênero e feminismo”, foram classificadas nas categorias de: *ordem; Título; autores; Ano de publicação; Área de conhecimento do 1º autor; técnicas utilizadas; Revista:*

QUADRO SISTEMÁTICOS – ARTIGOS CIENTÍFICOS

Ano	Título	Autores	Área de conhecimento do 1º autor	Revista
2012	ANÁLISE ESPACIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER ENTRE OS ANOS DE 2002 E 2005 EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL	Lucena, Kerle Dayana Tavares, et. al	Saúde Coletiva	Cadernos de Saúde Pública



2014	OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS DIFERENTES CICLOS DE VIDA	LEITE, Maísa Tavares de Souza et al	Ciências Biológicas e da Saúde	Revista Latino-Americana de Enfermagem
2014	UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL ENTRE AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM PORTO VELHO–RONDÔNIA	RIBEIRO, Srta Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento	Geografia	REVISTA EQUADOR
2015	MAPEAMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM NARRADOS PELA MÍDIA IMPRESSA DO ESTADO DO PARÁ	AUGUSTO, André Ozela et al.	Medicina	Revista Paraense de Medicina
2015	VIOLÊNCIA, VULNERABILIDADE E DESIGUALDADE SÓCIOESPACIAL: ANÁLISE DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ÁREA URBANA DE PORTO VELHO-RO	RIBEIRO, Calderon; SILVA, Maria das Graças SILVA Nascimento.	Sem identificação	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero
2015	CRIMINALIDADE E ESPAÇO: UMA REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – RONDÔNIA	RIBEIRO, et. Al.	Geografia	RPGeo
2016	DIFERENCIAIS INTRAURBANOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER–UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL	VIEIRA, Élvio Luís Ramos et al.	Odontologia	Revista jurídica: Derecho y Cambio Social
2016	MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA COMO APOIO À TOMADA DE DECISÃO	PEREIRA SILVA, Tamires	Sem identificação	rev Acta Geográfica



2016	DIFERENCIAIS INTRAURBANOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER—UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL	Élvio Luís Ramos Vieira ¹ et. Al	Odontologia	Ver Jurídica: Derecho y Cambio Social
2018	MULHERES RURAIS E VIOLÊNCIAS: LEITURAS DE UMA REALIDADE QUE FLERTA COM A FICÇÃO	BUENO, ANDRÉ LUIS; LOPES, MARTA JULIA	Enfermeiro	Ambiente & Sociedade
2018	ANÁLISE ESPACIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS ANOS DE 2012 E 2013	QUEIROZ, et. Al	Sem identificação	Revista Saúde. com
2019	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.	DE OLIVEIRA, Barbara Meira et al	Modelos de Decisão em Saúde	Journal of Human Growth and Development
2019	DINÂMICA ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS EM MULHERES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, MA	MASULLO, Yata Anderson Gonzaga et al	Geografia	Abordagens Geográfica
2020	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS NOTIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UMA CIDADE DO NORDESTE BRASILEIRO	DA SILVA, Gustavo Correia Basto et al.	Saúde Pública	rev ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION
2020	CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, MA	Gonzaga Masullo, Y. A., & Gonçalves dos Santos, I	Geografia	Caminhos de Geografia Uberlândia-MG
2020	USO DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO NO MAPEAMENTO DAS OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE-PB.	Medeiros, Redy Rocha de	Sensoriamento Remoto	Anais INPE
2021	ANÁLISE ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS INTENCIONAIS DE MULHERES	Barros, Sheyla Carvalho, et. al	Saúde Coletiva	Revista da Escola de Enfermagem da USP



2021	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE POR GEOPROCESSAMENTO	DOS SANTOS VEIGA, Bruna Cristina	Perícias Forenses	Revista Brasileira de Ciências Criminais
2021	ANÁLISE ESPACIAL DAS DISTÂNCIAS PERCORRIDAS PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM BUSCA POR ATENDIMENTO POLICIAL EM SÃO PAULO	RAMALHO MATIAS, Maíra et al	Sensoriamento Remoto	Iniciação Científica Cesumar
2021	GEOGRAFIA DO CRIME: ANÁLISE ESPACIAL DAS OCORRÊNCIAS DE ESTUPROS NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2017	DA SILVA, Júlio César Santos; PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto.	Geografia	Revista Brasileira de Iniciação Científica
2021	PERFIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NO MARANHÃO	Gonzaga Masullo, Y. A., Serra Maciel, D., & Gonçalves dos Santos, I.	Geografia	GeoTextos
2021	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O PERFIL DA VÍTIMA E DO AGRESSOR EM SÃO LUÍS-MA.	BEZERRA, Amanda Ribeiro; RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro	Geografia	Revista Do Departamento de Geografia
2021	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE POR GEOPROCESSAMENTO	Bruna Cristina dos Santos Veiga; Magaly Bushatsky	Perícias Forenses	Revista Brasileira de Ciências Criminais
2022	DA OCORRÊNCIA EM VIDA À MORTE: PADRÕES ESPACIAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO	SANTOS, E. T. M. et. Al	Saúde Coletiva	Rev. Hygeia
2022	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO RISCO DE FEMINICÍDIO EM CAMPINAS-SÃO PAULO, BRASIL	ROA, Caicedo; CORDEIRO, Carlos; BANDEIRA, Maria.	Sem identificação	Research, Society and Development



Este quadro apresenta uma lista de estudos e artigos que abordam a violência contra as mulheres sob uma perspectiva espacial. Cada um desses trabalhos analisa a distribuição geográfica da violência de gênero, utilizando diferentes abordagens e áreas de conhecimento, de forma a se delinear:

1. **Diversidade de Abordagens:** Os estudos variam em termos de suas áreas de conhecimento, incluindo Saúde Coletiva, Geografia, Perícias Forenses, entre outros. Isso demonstra a multidisciplinaridade da pesquisa sobre violência de gênero e sua relação com o espaço geográfico.
2. **Foco Geográfico:** Muitos desses estudos se concentram em analisar a violência contra as mulheres em contextos geográficos específicos, como cidades ou estados brasileiros. Isso permite uma compreensão mais detalhada das tendências de violência em diferentes áreas geográficas.
3. **Análise Espacial:** Vários estudos utilizam técnicas de geoprocessamento e análise espacial para mapear a distribuição da violência. Isso ajuda a identificar padrões geográficos e áreas de maior incidência de violência de gênero.
4. **Periódicos Diversificados:** Os artigos foram publicados em revistas acadêmicas de diferentes áreas, mostrando que a pesquisa sobre violência de gênero é abordada em diversas disciplinas, incluindo Geografia, Saúde Pública, Odontologia, entre outras.
5. **Ano de Publicação:** A lista inclui artigos publicados desde 2012 até 2022, indicando que a pesquisa sobre violência de gênero continua sendo relevante e está em evolução.

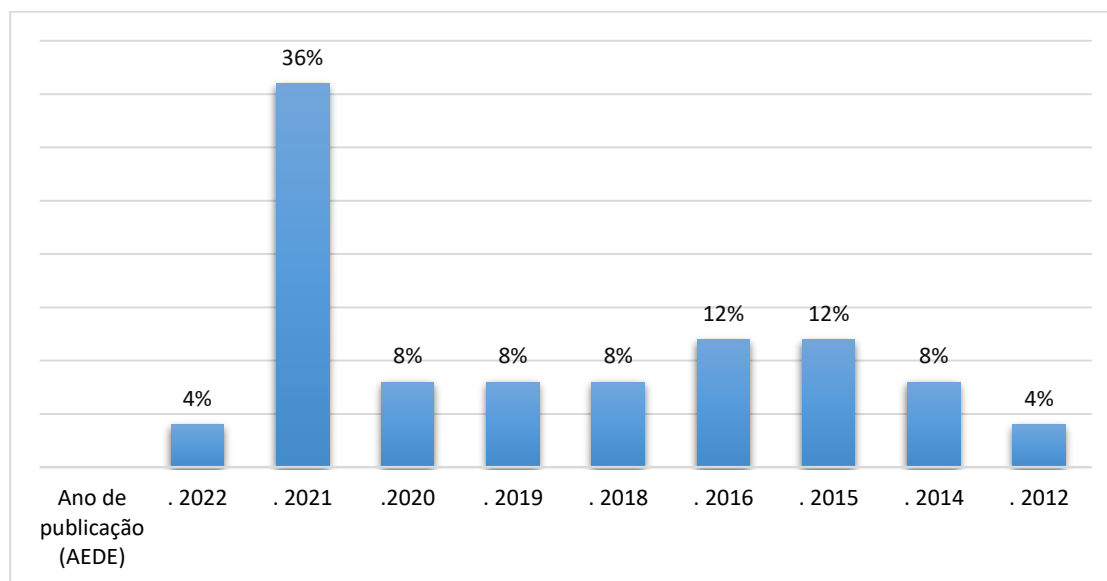
Esses estudos demonstram a importância de abordar a violência de gênero a partir de uma perspectiva geográfica, o que permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas dessa violência e sua relação com o espaço geográfico. Além disso, enfatizam a necessidade de ações e políticas específicas para combater a violência contra as mulheres em diferentes contextos geográficos.

Em relação as áreas do conhecimento nos artigos associadas as pesquisas da violência contra as mulheres e análises espaciais nos espaços geográficos, o próprio segmento do conhecimento científico geográfico foi o que mais se apropriou dessa



técnica. Expressa-se ainda, que 36% desses artigos foram publicados em 2021, o que pode estar associado ao a diferentes ações, como finalização de monografias, dissertações e/ou teses, quantitativo de eventos científicos nesse período (gráfico 5).

Gráfico 5: Ano de publicação dos artigos analisados



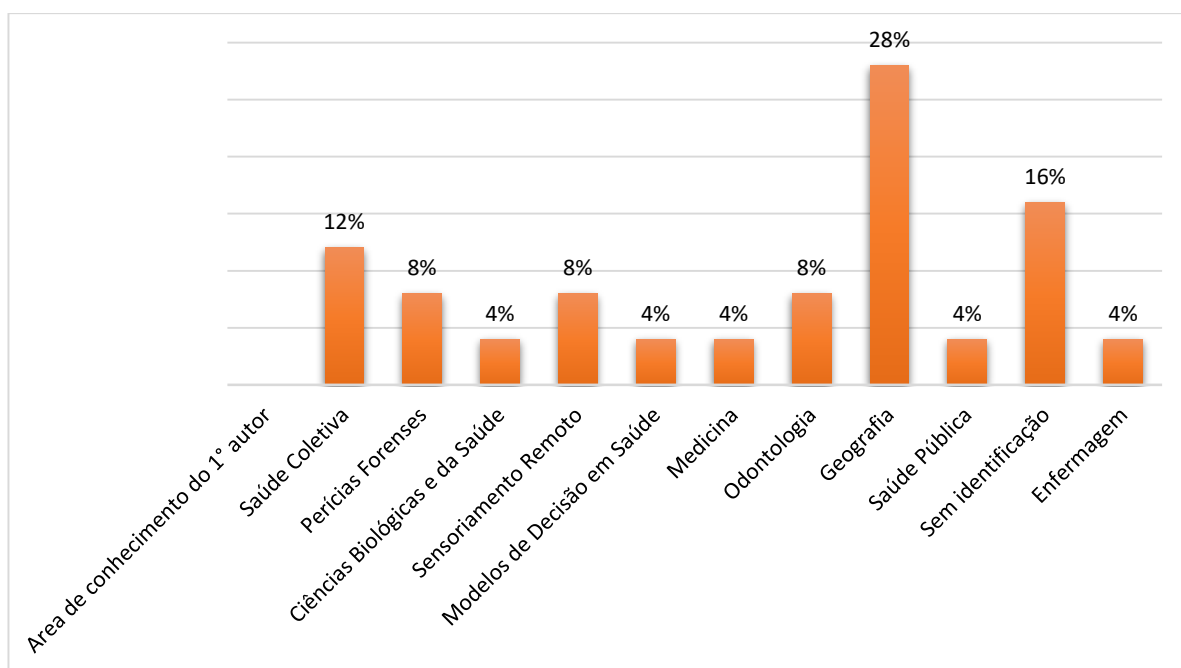
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O que mostra que a Geografia, e seus campos geotecnológicos se debruçaram sobre a presente temática mais a partir da última década, ou seja, de forma mais tardia. Contudo, isso não implica dizer que a Geografia não desenvolveu estudos pensando as territorialidades, a cartografia da violência, e sim que, o uso do geoprocessamento e das geotecnologias foi inserido de forma mais tardia nas análises da violência de gênero. Isso ocorreu em parte devido ao avanço tecnológico e à disponibilidade de dados georreferenciados que permitem uma análise mais detalhada da distribuição geográfica da violência contra as mulheres.

Embora a Geografia tenha historicamente estudado a relação entre espaço, sociedade e poder, a aplicação de geotecnologias específicas para analisar a violência de gênero é uma tendência relativamente recente, como observado no capítulo '9. GEOGRAFIA, GÊNERO E FEMINISMO: PRECISAMOS FALAR DO PAPEL DA GEOGRAFIA NESTA DISCUSSÃO'.

Os artigos analisados majoritariamente utilizam as análises espaciais e geoprocessamento como ferramentas de leitura da realidade e das territorialidades, análise dos padrões espaciais dos fenômenos nos espaços geográficos, as relações sociais e de poder nos territórios, isto é, utilizam as categorias da Geografia; representam um total de 36% dos artigos analisados (Geografia e Sensoriamento Remoto) (Gráfico 6):

Gráfico 6: Área do conhecimento nos artigos científicos (do primeiro autor)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Observou-se que diferentemente do padrão das teses, que muito se concentraram nos anos de 2010 a 2016, os artigos científicos concentraram-se no ano de 2021. Isso, pode estar relacionado ao destaque das geotecnologias, geoprocessamento, geostáticas e bancos de dados geoespaciais apenas mais recentemente.

Pode-se ainda inferir, que muitos artigos não trazem a identificação da área de conhecimento dos seus autores. E a área da saúde (Saúde Coletiva; Perícias Forenses; Ciências Biológicas e da Saúde; Modelos de Decisão em Saúde; Medicina; Odontologia; Saúde Pública e Enfermagem) representam um universo de 48% dos



artigos analisados. O que mostra que as ferramentas de exploração de dados geográficos estão integradas a área da saúde. Uma vez que, dentro dessa área de investigação a compreensão das formas de violências contra as mulheres representa um sério problema de saúde pública e têm um impacto significativo na qualidade de vida das mulheres e na sociedade em geral.

Ainda, a utilização de ferramentas de exploração de dados geográficos e análises espaciais é uma estratégia eficaz para compreender as violências contra as mulheres na perspectiva multidisciplinar, contribuindo em eixo como: mapeamento da distribuição espacial da violência; identificação de áreas de maior incidência (outlier); Identificação de fatores de risco geográficos; planejamento e avaliação de intervenções locais; conscientização e defesa de direitos básicos/humanos e pública políticas para mulheres (*advocacy*).



11 A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMÁTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA SAÚDE PÚBLICA: impacto na saúde das mulheres

De antemão, é unânime pela literatura, pelo cotidiano e pelos registros oficiais o aumento alarmante das diversas formas de violência no Brasil. Acolhimento de denúncias em forma de dados estatísticos são notificados, tratados e analisados em vários órgãos, secretarias e repositórios de informações como Boletim de Ocorrência Policial (BO); Sistema de Informações Hospitalares (SINAN/SIH); Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS); Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Sistema Nacional de informações tóxico-farmacológicas (Sinitox) (Minayo, 2005).

De modo que, o impacto e a tomada de decisões sobre o combate do fenômeno no dia a dia dos cidadãos brasileiros transcendem a esfera da segurança pública. Homicídios, acidentes e suicídios têm efeitos prejudiciais tanto diretos quanto indiretos na saúde física e mental de indivíduos e comunidades, tornando assim o tema uma preocupação essencial na agenda de saúde pública global, e nacional após a redemocratização do país (D'Avila, 2021).

Diversos estudos de pesquisadoras (es) como Maria Cecília de Souza Minayo apontam o impacto da violência na saúde dos brasileiros e brasileiras e, como tal violência gera desigualdades e segregação socioespacial nas cidades brasileiras (Minayo, 2005). Segundo o livro *Impactos da violência na saúde* (Njaine, et al. 2020), pode-se compreender que:

A violência, antes de ser um problema intelectual, constitui-se como uma questão sociopolítica que afeta materialmente os serviços de saúde, seus custos, sua organização. Envolve também os profissionais como vítimas (muitas vezes alvos da delinquência que penetra os espaços dos serviços) e, ainda, como atores que contribuem para superar ou exacerbar suas expressões. O que não podemos é compartilhar do imaginário da inevitabilidade e da falta de controle. Do ponto de vista social, o contrário da violência não é a não violência, mas sim a cidadania e a valorização da vida humana em geral e de cada indivíduo no contexto de seu grupo. Por isso, o marco da promoção da saúde é central para que se instalem mecanismos e práticas a partir da atenção básica e das outras etapas dos serviços. É fundamental que estabeleçamos um diálogo entre os serviços médicos, clínicos e de emergência e a saúde pública, ultrapassando a tentação de medicalizar a violência. Ao mesmo tempo devemos buscar uma especialização maior no atendimento às vítimas visando: ao monitoramento das ocorrências; à sistematização, à ampliação e à consolidação do atendimento pré-hospitalar; à assistência hospitalar às vítimas; à estruturação e à consolidação do atendimento pós-hospitalar; à



capacitação dos profissionais e das equipes. Tudo isso acompanhado por estudos e pesquisas locais que balizem as ações do setor (NJAINE, et al. 2020, p.?)

Concorda-se assim pelo texto exposto, que há uma complexa interação entre violência e saúde, em que, a violência é mais do que apenas um problema intelectual, é uma questão sociopolítica que tem implicações práticas profundas nos serviços de saúde. Pois afeta materialmente os serviços de saúde, incluindo seus custos e organização; afeta os profissionais de saúde diretamente e indiretamente; afeta os familiares dessas vítimas até chegarem as unidades de saúde. De forma que, combater as formas de violência dentro da saúde pública é uma questão essencial para garantir a dignidade, segurança e o bem-estar de todos os usuários do sistema de saúde.

Especificamente, a violência contra as mulheres, passou a ser entendida como problema da saúde a partir das pressões dos movimentos sociais das mulheres e feministas. Segundo Teixeira (2017) no Brasil, a visibilidade do problema da violência contra as mulheres começou a crescer a partir dos movimentos, estudos e discussões sobre as desigualdades de gênero, especialmente a partir da década de 1970. Isso levou à formulação de políticas públicas destinadas a mulheres que sofrem violência e à incorporação desse tema em diversas esferas institucionais, incluindo a saúde pública.

Teixeira (2017) enfatiza ainda, que os órgãos de saúde passaram a reconhecer a importância de abordar questões além das funções biológicas e maternas da saúde das mulheres, a partir das críticas e questionamentos sobre um modelo de saúde que tradicionalmente se concentra apenas na saúde física das mulheres, ignorando a desigualdade entre homens e mulheres, e, os aspectos sociais, culturais e de gênero que também influenciam a saúde.

E que é importante se destacar sobretudo, que apesar de a violência contra as mulheres não ser um fenômeno exclusivo dos tempos atuais, a abordagem da saúde direcionada ao tratamento de suas manifestações é uma questão recente. Isso se deve ao fato de que a visibilidade da violência, enquanto um problema que demanda intervenções públicas, foi conquistada apenas recentemente (TEIXEIRA, 2017).



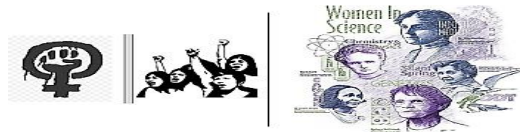
Corroborando esse panorama apresentado por pela autora acima, Brasil (2004) evidencia que a evolução das Políticas de Atenção à Saúde da Mulher, incorporando a saúde da mulher às políticas nacionais de saúde ocorreu nas primeiras décadas do século XX, porém, nesse período, estava principalmente focada nas necessidades relacionadas à gravidez e ao parto.

Os programas materno-infantis desenvolvidos nas décadas de 30, 50 e 70 refletiam uma visão limitada da mulher, centrada em sua biologia específica e no papel social tradicional das mulheres como mãe e dona de casa. Em que foram duramente criticados pelo movimento feminista brasileiro, desempenhando um papel importante ao destacar questões de desigualdade de gênero, sexualidade, contracepção, prevenção de doenças e sobrecarga de trabalho das mulheres na agenda política nacional, que anteriormente eram consideradas assuntos privados (BRASIL, 2004).

Essa mudança na abordagem dos serviços de saúde em relação à saúde das mulheres, reconhece a importância de considerar não apenas os aspectos biológicos, mas também as questões sociais, culturais e de gênero para melhor atender às necessidades das mulheres e promover seus direitos humanos (Texeira, 2017). Essa perspectiva é incorporada em políticas nacionais e estratégias como Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Ao destacar a importância do respeito aos direitos humanos, a promoção da ética nas relações interpessoais e a busca pela emancipação de todos, enfrenta-se de maneira proativa a medicalização da violência. Isso implica redirecionar demandas que originalmente eram tratadas exclusivamente dentro dos serviços para alternativas externas, promovendo uma transformação crítica das necessidades em novas demandas mais enriquecedoras e diversificadas (Oliveira et al., 2009).

Dessa forma, a violência de gênero deve ser abordada nos serviços de saúde alinhadas a essa perspectiva, na qual o profissional desempenha o papel de facilitador no processo terapêutico, envolvendo a construção de estratégias em colaboração com as usuárias, levando em consideração e respeitando seus contextos sociais e singularidades (Pedrosa e Spink, 2011); (Gomes et al., 2015).



Se compreende ainda, que as vítimas de violência muitas vezes enfrentam barreiras para acessar serviços de saúde adequados, seja por medo de retaliação, falta de informação ou estigmatização. Para enfrentar essa questão complexa e proteger a saúde das mulheres, é essencial abordar as raízes profundas da violência de gênero, como desigualdades estruturais, normas sociais prejudiciais e estereótipos de gênero.

Portanto, é preciso investir em políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, educação sobre respeito e consentimento, campanhas de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para identificar e atender vítimas de violência. Ademais, é crucial oportunizar a criação de redes de apoio e suporte para as mulheres que enfrentam situações de violência, garantindo o acesso a serviços de atendimento médico, psicológico e social de qualidade.



12 SINAN COMO FERRAMENTA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A VIOLÊNCIA CONTRAS AS MULHERES

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN é um dos capilares do Sistema Único de Saúde (SUS), que alimenta o DATASUS, que é um sistema informatizado de gestão do SUS. O SINAN por sua vez, é responsável pelas notificações de agravos que compõe a lista nacional de notificações compulsórias oriundas das Unidades Saúde (UBS). Que de acordo com o próprio portal do SINAN (2016)

Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. O seu uso sistemático, de forma descentralizada, contribui para a democratização da informação, permitindo que todos os profissionais de saúde tenham acesso à informação e as tornem disponíveis para a comunidade. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções.

Está integrada ao SINAN as principais portarias de funcionamento: Portaria GM/MS Nº 47, de maio de 2016; Portaria GM/MS Nº 1.378, de 9 de julho de 2013; A Instrução Normativa - IN 02 de 22 de novembro de 2005; além de diversas leis, dentre as quais, a Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003 que promulgou a que obrigatoriedade dos serviços de saúde notificarem casos suspeitos ou confirmados de violência de qualquer natureza contra as mulheres.

A Lei 10.778 de 2003 é reflexo da amplitude do fenômeno da violência contra as mulheres no Brasil, e das inúmeras lutas travadas. É por meio deste veículo que se evidencia uma visibilidade crescente para os casos de violência que chegam de forma direta e indireta as unidades de Saúde.

A lei promulgada anteriormente tipificava e aumentava a pena nos casos de violência doméstica e familiar, mas era restrita a danos físicos e mentais. Em 2003, também foi implantada a notificação de violência contra mulher. Na prática, entretanto, apenas os serviços de referência à assistência da mulher, definidos pelas secretarias municipais e estaduais de saúde, notificavam. Posteriormente, a notificação de violência contra mulher foi integrada à ficha de notificação de violência autoprovocada e interpessoal, e inserida de forma gradual no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), conforme a adesão dos estados e



municípios. Somente em 2011, entretanto, as violências passaram a integrar a lista nacional de doenças e agravos de notificação compulsória.

A partir de 2009, a inclusão da notificação de violências no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) desempenhou um papel crucial na ampliação do Programa Viva, assegurando a continuidade da vigilância e notificação de casos de violência. O processo de implementação ocorreu de forma gradual, com a participação voluntária de estados e municípios, alinhando-se à estruturação da área de Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (Dant) e às prioridades estabelecidas durante a implantação do Viva (BRASIL, MS, 2016).

Com a promulgação da Portaria nº 104, datada de 25 de janeiro de 2011, seguida pela Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014, a notificação de violências foi incorporada à lista de notificações compulsórias, universalizando o processo para todos os serviços de saúde. A ficha de notificação individual (ANEXO 2) tornou-se essencial para comunicar qualquer caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas direcionadas a mulheres e homens de todas as faixas etárias (BRASIL, MS, 2016).

Apesar dos avanços no sentido de garantir a obrigatoriedade da notificação, ainda se trata de um fenômeno invisível na rotina dos profissionais de saúde. A subnotificação está relacionada à falta de informações técnicas e científicas do assunto. Além disso, existem vários entraves à notificação no Brasil, como escassez de regulamentos que firmem os procedimentos técnicos, ausência de mecanismos legais de proteção aos profissionais encarregados de notificar, falha na identificação da violência no serviço de saúde e a quebra de sigilo profissional (Garbin et al., 2015).

A análise das notificações de violências registras no SINAN é conforme a tipologia da violência: intrafamiliar/doméstica, extrafamiliar/comunitária, autoprovocada, institucional e segundo a natureza da violência: física, negligência/abandono, sexual, psicológica/moral, dentre outras (MPCE, 2015).

Apesar das barreiras existentes a notificação compulsória de violências é considerada um dos marcos no âmbito das políticas públicas de saúde para as mulheres, por consistir num instrumento que atende aos anseios de movimentos que



reivindicam maior comprometimento do Estado na erradicação da violência contra as mulheres (MPES, NEVID; 2020).

Dessa forma, o SINAN foi e é uma ferramenta fundamental para monitoramento dos dados de violência contra as mulheres, bem como para a implementação de uma política pública eficaz de combate a esse tipo de violência. Trata-se de um sistema de coleta, registro e análise de dados sobre casos de violência notificados pelas instituições de saúde do Brasil. Desempenhando um papel essencial na compreensão do cenário da violência de gênero no país e uma peça-chave para o planejamento e monitoramento de ações que visam a proteção e o apoio às vítimas.



13 REDE DE ENFRENTAMENTO PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO NORDESTE

O Nordeste brasileiro, como outras regiões do país, enfrenta desafios significativos no que diz respeito à violência contra as mulheres. Muitas mulheres na região sofrem abusos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais e morais em seus relacionamentos e comunidades, e muitas vezes têm dificuldade em buscar ajuda e proteção. Nesse contexto, a Rede de Enfrentamento surge como uma resposta estratégica para lidar com essa complexa problemática.

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.

A fim de contemplar esses propósitos, a rede de enfrentamento é articulada pelos: agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência). Composta pelos:

Casas-Abrigo

As Casas-Abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de morte iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias



permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

As Casas-Abrigo estão situadas dentro da iniciativa federal das Diretrizes Nacionais de Abrigamento das Mulheres em situação de violência. Que tem por marcos legais a Lei 11.340/2006; o Decreto no. 6. 387 de 5 de março de 2008 – II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; a Resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009, CNAS (tipificação dos serviços sócio-assistenciais); a Convenção de Palermo; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/ a Convenção de Belém do Pará (1994).

Casas de Acolhimento Provisório

Constituem serviços de abrigamento temporário de curta duração (até 15 dias), não-sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte. Vale destacar que as Casas de Acolhimento Provisório não se restringem ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, devendo acolher também mulheres que sofrem outros tipos de violência, em especial vítimas do tráfico de mulheres. O abrigamento provisório deve garantir a integridade física e emocional das mulheres, bem como realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) / Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns

Nos anos de 1980 dá-se o início das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) ou Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) que apesar das falhas existente representa um instrumento viável para denúncia e afastamento do agressor a vítima. Essas delegacias tiveram como objetivo “criar um espaço institucional de denúncia e repressão a violência contra a mulher, visando dar um atendimento diferenciado às mulheres vítimas de violências físicas, estimulando-as denunciarem seus agressores” (Izumino, 2004; Maranhão 2010).

A primeira Delegacia brasileira especializada no atendimento as mulheres foi criada em São Paulo (1985) pelo Decreto n.º 23.769, se constituindo em função da sensibilização pública em decorrência de assassinatos de mulheres de classes médias,



somado ao reconhecimento do machismo endêmico nas delegacias de polícia (Saffioti; Almeida, 1995; Maranhão, 2010).

Assim, as unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMs passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.

Defensorias Públicas e Defensorias da Mulher (Especializadas)

As Defensorias da Mulher têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. É órgão do Estado, responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios. Possibilitam a ampliação do acesso à Justiça, bem como, a garantia às mulheres de orientação jurídica adequada e de acompanhamento de seus processos.

Isto é, a Defensoria Pública assume a função de orientação e esclarecimento, de forma simples e direta, a partir da divulgação de normas básicas relacionadas aos direitos fundamentais relacionados à proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar (NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER – NAEM).

Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos Estados para o processo, julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que prevê a criação dos Juizados, esses poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.



Já a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento.

Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, contemplando o eixo da “assistência” previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desde 2007. É uma iniciativa essencial e abrangente que visa combater a violência de gênero e oferecer apoio e proteção às mulheres que são vítimas de violência no Brasil.

Por sua vez, os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania.

Considerando ainda que, conforme mencionado anteriormente, foi na Universidade Federal da Bahia a criação do primeiro programa de Mestrado no país e o primeiro doutorado da América Latina nessa temática: o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – (NEIM).

Para isso, de acordo com Fundo de População das Nações Unida (UNFPA, 2020), são realizadas agendas estratégicas com Planos de Mobilização apoiados por instituições como a ONU que articulam ações diversas organizações e os Coletivos no Nordeste, a fim de reduzir e incentivar a denúncia das várias formas de violência contra as mulheres. Dessa forma, os Planos de Mobilização inseridos dentro de uma perspectiva de rede, desempenham papel significativo na construção de uma resposta abrangente, coordenada e eficaz para enfrentar a violência contra as mulheres, visando não apenas remediar casos existentes, mas também prevenir futuros episódios por meio da transformação cultural e estrutural.



14 ESPACIALIZAÇÃO DAS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS, REDE DE APOIO E PERFIL DAS VÍTIMAS

A complexidade que envolve o fenômeno da violência contra as mulheres requer uma análise ampla em suas dimensões, correlacionando diversos fatores econômicos, sociais, culturais, dentre outros. Os indicadores associados as questões da violência são importantes, pois a violência no Brasil é um fenômeno estrutural na sociedade brasileira, que impacta a qualidade de vida das pessoas, e eles contribuem para a implementação de políticas públicas nas diversas dimensões da problemática social.

A espacialização das diversas formas de violência, articulada a rede de apoio e o perfil das vítimas são elementos cruciais para compreender e combater efetivamente a violência em uma sociedade. Sobretudo, para compreender como e onde a violência ocorre, revelando padrões e tendências de violência em determinadas áreas, identificando regiões ou comunidades mais vulneráveis.

É importante destacar também que a análise e a representação geográfica das diferentes manifestações da violência contra as mulheres, consideram-se os múltiplos contextos geográficos e sociais em que a violência ocorre, e as produções científicas desempenham um papel crucial nesse entendimento, pois contribuem para a construção de conhecimento aprofundado sobre essa temática.

De forma que, a relação entre essa representação geográfica e as produções científicas é bidirecional. Por um lado, as pesquisas científicas geram conhecimento que contribui para a compreensão da espacialização das diversas formas de violência, das redes de apoio e do perfil das vítimas. Por outro lado, a aplicação prática desse conhecimento por meio de intervenções baseadas em evidências geram importantes dados que retroalimentam a pesquisa científica, refinando e aprimorando constantemente nosso entendimento sobre essa problemática.

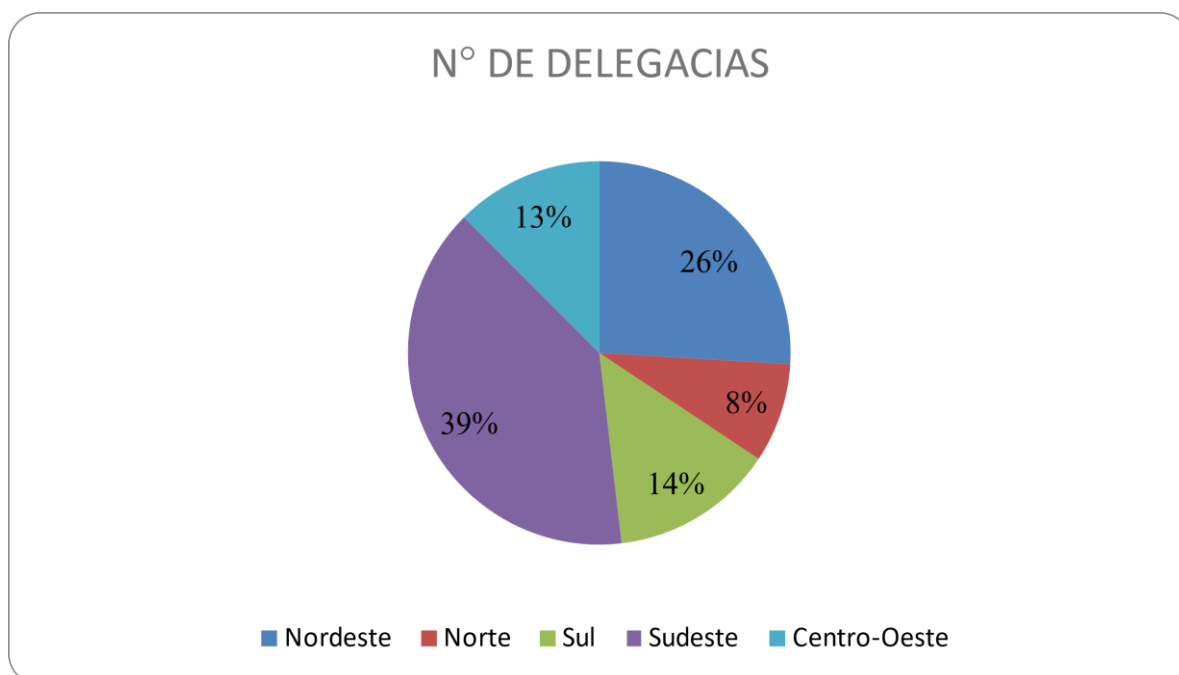
Compreendendo-se que as produções científicas desempenham um papel fundamental na visibilidade e compreensão da espacialização das diversas formas de violência, das redes de apoio e do perfil das vítimas, fornecendo base sólida para a formulação de políticas públicas e práticas de intervenção mais eficazes.



14.1 Delegacias (DEAM) e Casas da Mulher (Brasileira e Estadual)

Diante desse contexto, analisou-se inicialmente, as Delegacias de Atendimento Especializado as Mulheres (DEAM) em relação as Regiões Geográficas do Brasil, aferiu-se que o Nordeste se encontra em 2º lugar no ranking no número das DEAM com 26% precedido apenas pela região Sudeste que conta com 39% das DEAM no país (gráfico 7):

Gráfico 7: Número de delegacias por regiões brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

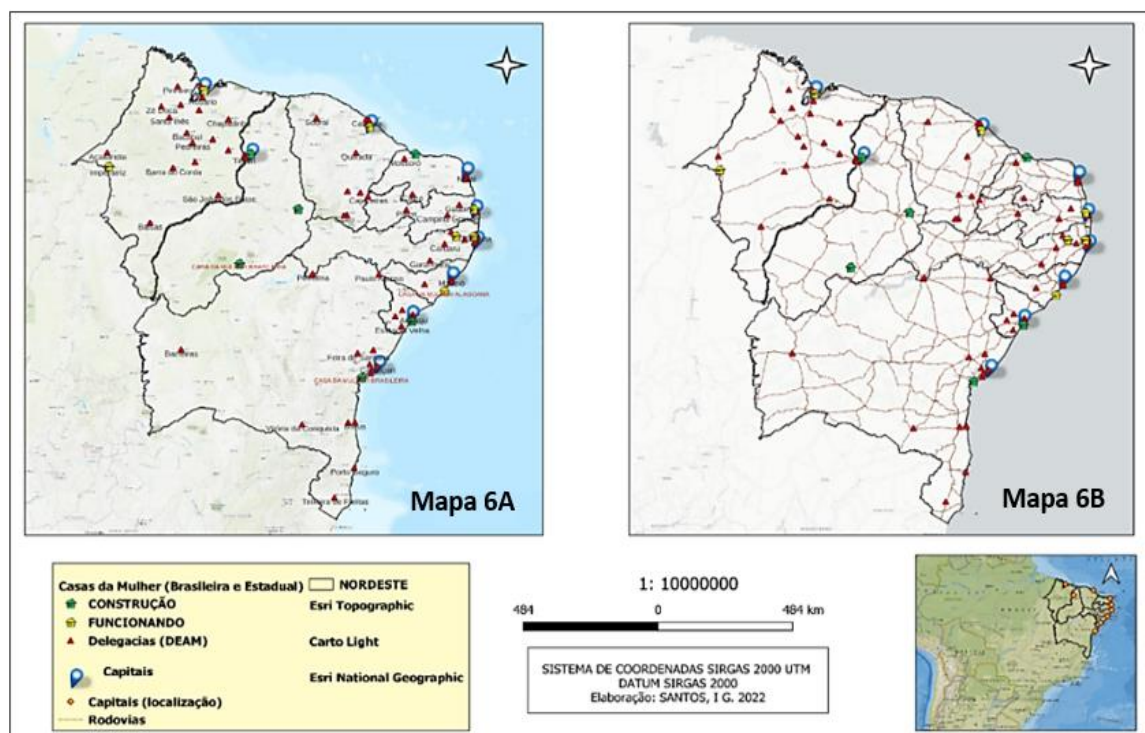
O fato do Nordeste do Brasil possuir 26% das DEAMs em relação ao total nacional indica uma maior atenção dada a essa questão na região, demonstrando esforços para melhorar o atendimento e a proteção das mulheres vítimas de violência. No entanto, é importante considerar que a distribuição geográfica das DEAMs não reflete necessariamente a incidência real da violência de gênero em diferentes regiões. A presença de um número substancial de DEAMs no Nordeste sugere um reconhecimento das demandas específicas dessa região em relação à violência contra as mulheres.

Esses esforços, tanto por meio das DEAMs quanto das Casas da Mulher, são passos importantes para lidar com a violência de gênero e proporcionar um ambiente

mais seguro e acolhedor para as mulheres no Brasil. No entanto, é fundamental continuar a expandir e fortalecer essas iniciativas.

Em relação a espacialização dessas DEAM no Nordeste, o estudo revelou padrões geoespaciais específico de acordo com o mapa 6:

Mapa 6: espacialização das delegacias no Nordeste



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

1. A presença das DEAMs nos cruzamentos de grandes rodovias, em que pode indicar uma estratégia de acessibilidade as unidades em áreas de alto tráfego e mobilidade, possibilitando um acesso mais rápido para as vítimas e para a população em geral;

2. Localizam-se de forma periférica as capitais, e, majoritariamente em municípios litorâneos, exceto os Estados do Ceará e do Maranhão. A qual, pode refletir a tentativa de abranger áreas mais amplas e alcançar populações em regiões mais distantes. E a presença em municípios litorâneos pode estar relacionada a uma maior incidência de casos de violência de gênero nessas áreas, destacando a necessidade de focar em regiões específicas que enfrentam desafios particulares;

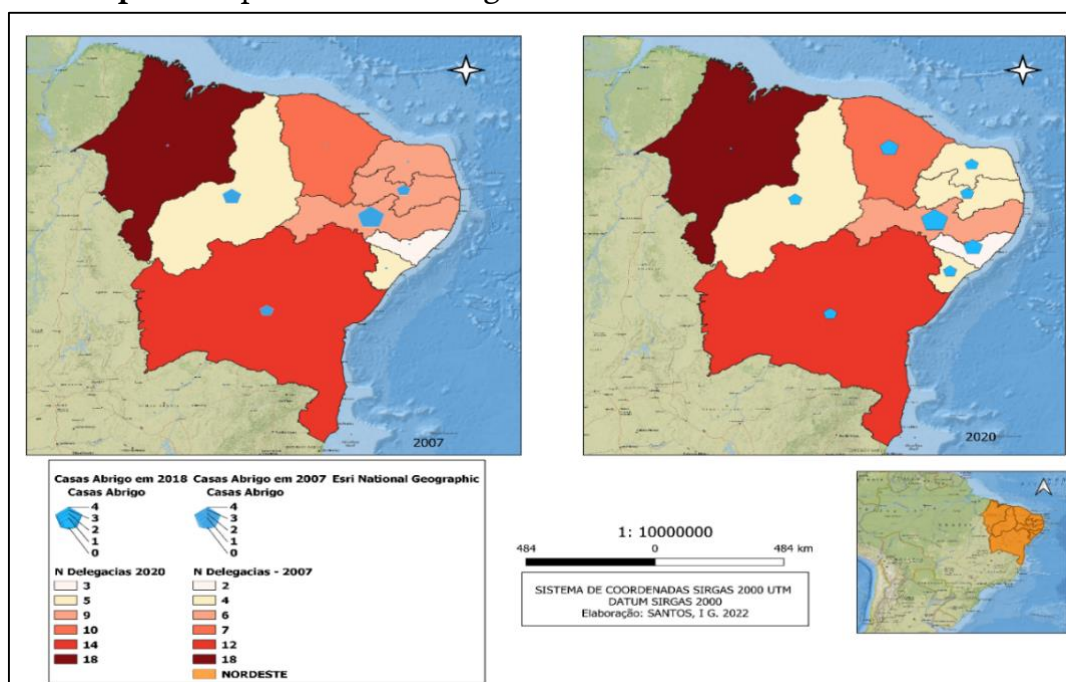
3. A maioria das Casas da Mulher (Brasileira e Estadual) estão em fase de construção. A qual, sugere um esforço contínuo para ampliar os serviços de apoio e assistência para as mulheres vítimas de violência;

4. Estados como o Piauí e a Bahia, a especialização das delegacias mostram-se concentradas próximas as capitais, com poucas ou nenhuma delegacia no ‘interior’ do Estados, como é o caso do Piauí, em que só há delegacias na capital Teresina. Dessa forma, a falta de DEAMs em áreas mais remotas ou no interior de desses Estados, indicar lacunas significativas na cobertura e acesso a serviços especializados para mulheres que vivem nessas regiões, em que ressalta a necessidade de expandir a presença das DEAMs para áreas além das capitais;

14.2 Casas Abrigos

Nesta análise, observou-se que de 2007 a 2018 o padrão espacial e o quantitativo de Casas Abrigo para mulheres em situação de violência no Nordeste ampliou em alguns Estados como o Ceará e o Rio Grande do Norte que em 2007 não havia nenhuma instituição deste tipo para o atendimento das vítimas. E Estado como o Maranhão ao longo desse período não dispuseram de nenhuma Casa Abrigo (mapa 7).

Mapa 7: Mapa das Casas Abrigo no Nordeste



Fonte: Elaborado pela autora (2022)



O aumento quantitativo das Casas Abrigo destaca o comprometimento em expandir os recursos disponíveis para mulheres em situação de violência. O fato de que, em determinados estados, não existiam tais instalações em 2007, e ao longo dos anos foram estabelecidas, indica um reconhecimento crescente da importância de fornecer abrigos seguros para mulheres que enfrentam violência doméstica ou de gênero. Ou ainda, as pressões dos movimentos sociais feministas, dos representantes dos grupos de pesquisas nas universidades e/ou grupos independentes.

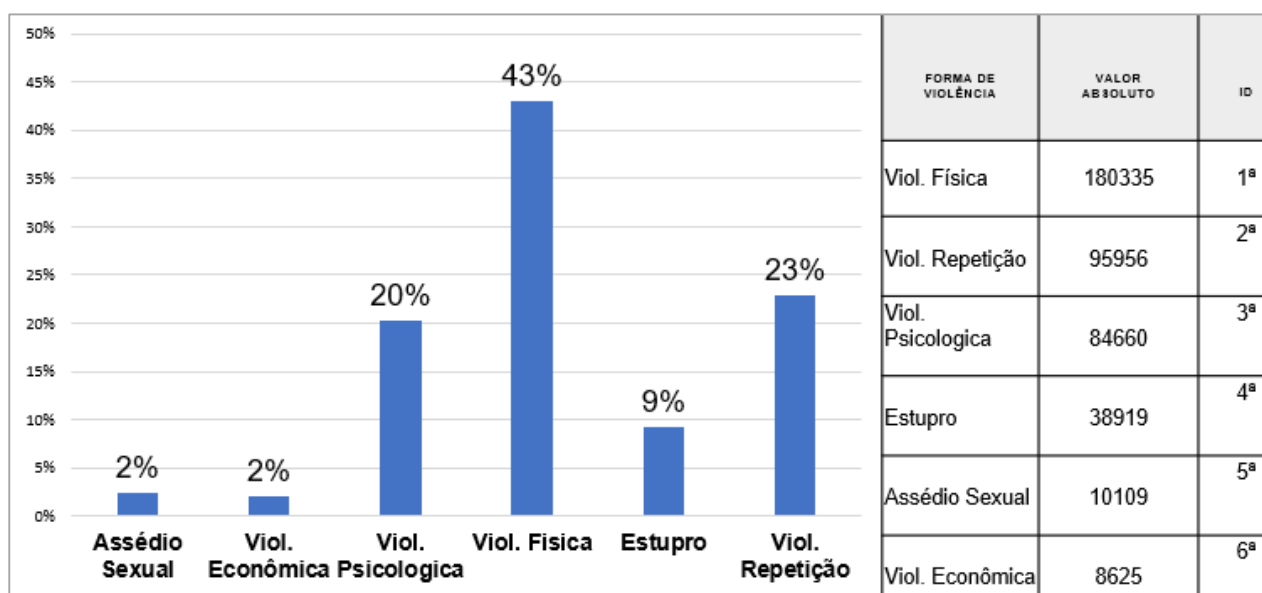
Ainda, a especialização das DEAMs, Casas da Mulher e Casas Abrigos representa a importância de considerar as disparidades regionais e estaduais ao desenvolver políticas e estratégias de combate à violência de gênero. Além disso, ressalta a necessidade contínua de avaliação e ajuste das políticas públicas para garantir que estejam atendendo eficazmente às necessidades das mulheres nordestinas.



15. PERFIL DAS VÍTIMAS: ANALISANDO AS FORMAS DAS VIOLÊNCIAS

Do conjunto das formas de violência investigadas nesta pesquisa, segundo as notificações do SINAN, a violência física (43%) foi a que teve maior quantitativo ao longo do período de 2010 a 2020, respectivamente, em segundo e terceiro lugar, a violência por repetição (23%) e a violência psicológica (20%) (gráfico 8). Isso demonstra a preocupante prevalência e persistência desse tipo de agressão em diversas comunidades e contextos ao longo de uma década.

Gráfico 8: Quantitativo das formas de violência no Nordeste



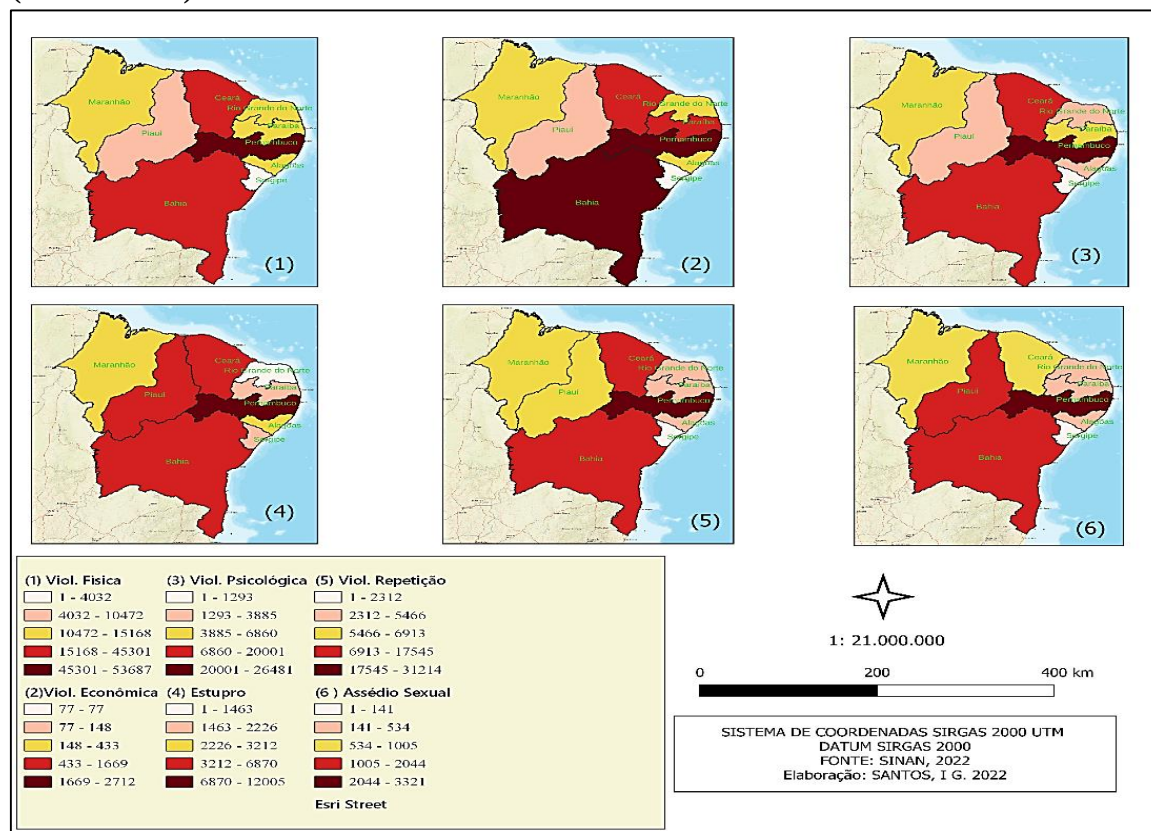
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A constatação de que a violência física representa a maioria das notificações no SINAN ao longo de uma década destaca a necessidade de implementar políticas e intervenções eficazes para prevenir e combater essa forma específica de agressão. Isso inclui a implementação de programas de conscientização, educação e treinamento para ajudar a reduzir a incidência de violência física, além de oferecer apoio e proteção adequados para as vítimas, incluindo acesso a serviços de saúde, aconselhamento psicológico e recursos legais.

Pela análise espacial podemos destacar que Pernambuco de 2010 a 2020 foi o Estado que apresentou os maiores quantitativos ao longo do recorte temporal, seguido do Estado da Bahia. Em contrapartida, Sergipe consistiu com os menores

quantitativos de crimes notificados contra as mulheres. Isso sugere uma variação significativa na incidência e no registro de crimes de gênero em diferentes escalas intrarregionais no país (Mapa 8):

Mapa 8: Quantitativos de violências notificadas por estados no Nordeste (2010 a 2020)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Observa-se que Pernambuco e Bahia apresentam os maiores quantitativos de crimes notificados contra mulheres pode ser atribuído a vários fatores, incluindo diferenças nas políticas de relato, conscientização da comunidade, acesso a serviços de apoio e notificação eficiente por parte das autoridades competentes. Além disso, esses Estados podem ter enfrentado desafios socioeconômicos e culturais específicos que contribuíram para a prevalência desses crimes em comparação com outras regiões.

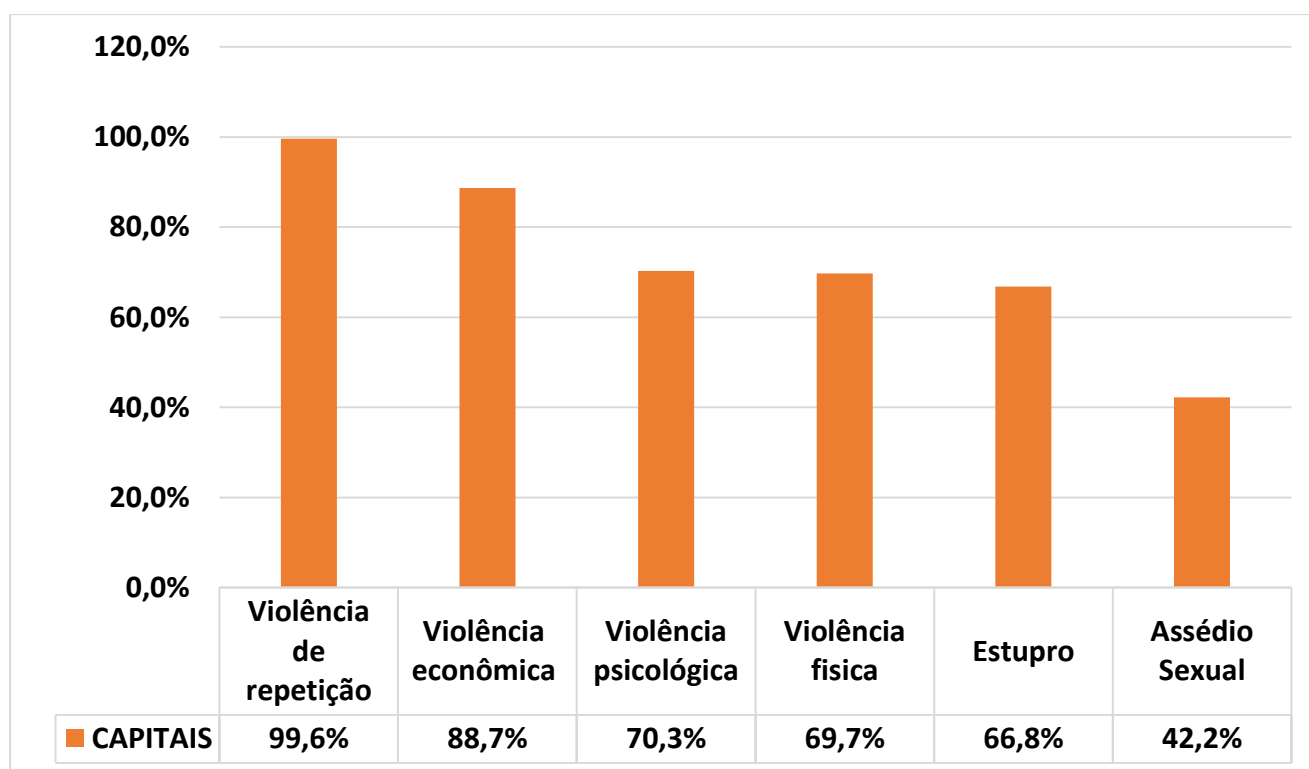
Por outro lado, o registro de menores quantitativos de crimes notificados contra mulheres em Sergipe pode refletir não apenas a incidência real desses crimes, mas também



possíveis lacunas no sistema de relato e na conscientização da comunidade. Ademais, fatores socioeconômicos, culturais e demográficos específicos podem estar contribuindo para esse padrão de notificação relativamente baixo em Sergipe.

Em relação ao percentual da concentração das violências nas Capitais revelou resultados distintos para cada categoria de violência investigada, a maior porcentagem situou-se para a violência de repetição⁴ com 99,6% desta forma de violência concentrada nas Capitais, seguida da violência econômica com 88,75%. O menor percentual atribuiu-se a violência de assédio sexual. O que sugere uma concentração extremamente alta desse tipo de violência em áreas urbanas densamente povoadas e economicamente ativas (Gráfico 8):

Gráfico 8: Percentual das formas de violência nas Capitais do Nordeste



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

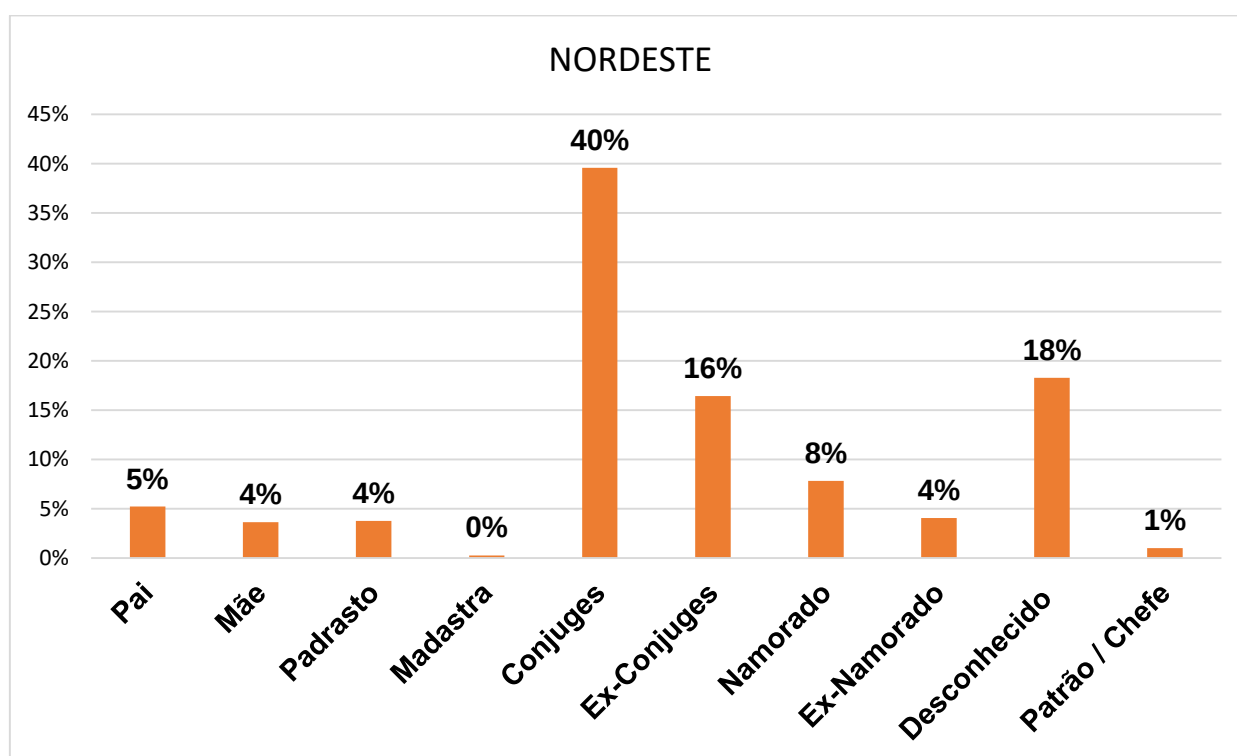
⁴ Violência de Repetição está associada ao ciclo da violência de difícil resolução. De acordo com Coelho et al. (2021, p. 03) a violência de repetição dentro do SINAN são os “registros de notificação em que as vítimas de violência sofrem violências por mais de uma vez”. A violência de repetição refere-se a padrões persistentes e frequentes de comportamento violento que podem ocorrer em relacionamentos abusivos ou em situações de violência doméstica



15.1 Tipos de agressores no Nordeste (2010 – 2020)

Com relação ao tipo de agressores das violências notificadas, pode-se observar a partir do (Gráfico 9) que crimes violentos contra as mulheres são os conjugues seguido dos desconhecidos. O que não foge do cenário nacional, a qual segundo a Agência IBGE (2021) companheiros, ex-companheiros e parentes são os principais agressores das mulheres, representando cerca de 52% da violência física, 53% da psicológica, 54% das violências sexuais, ocorrendo frequentemente nas próprias residências das vítimas. Ou seja, mais da maioria das mulheres vítimas de algum tipo de violência convivem com seus agressores.

Gráfico 9: tipo de agressores



Fonte: Elaborado pela autora (202

2)

Este padrão ressalta a prevalência de violência doméstica e íntima, onde parceiros atuais ou anteriores, bem como outros membros da família, desempenham papéis significativos como perpetradores de violência contra as mulheres. A



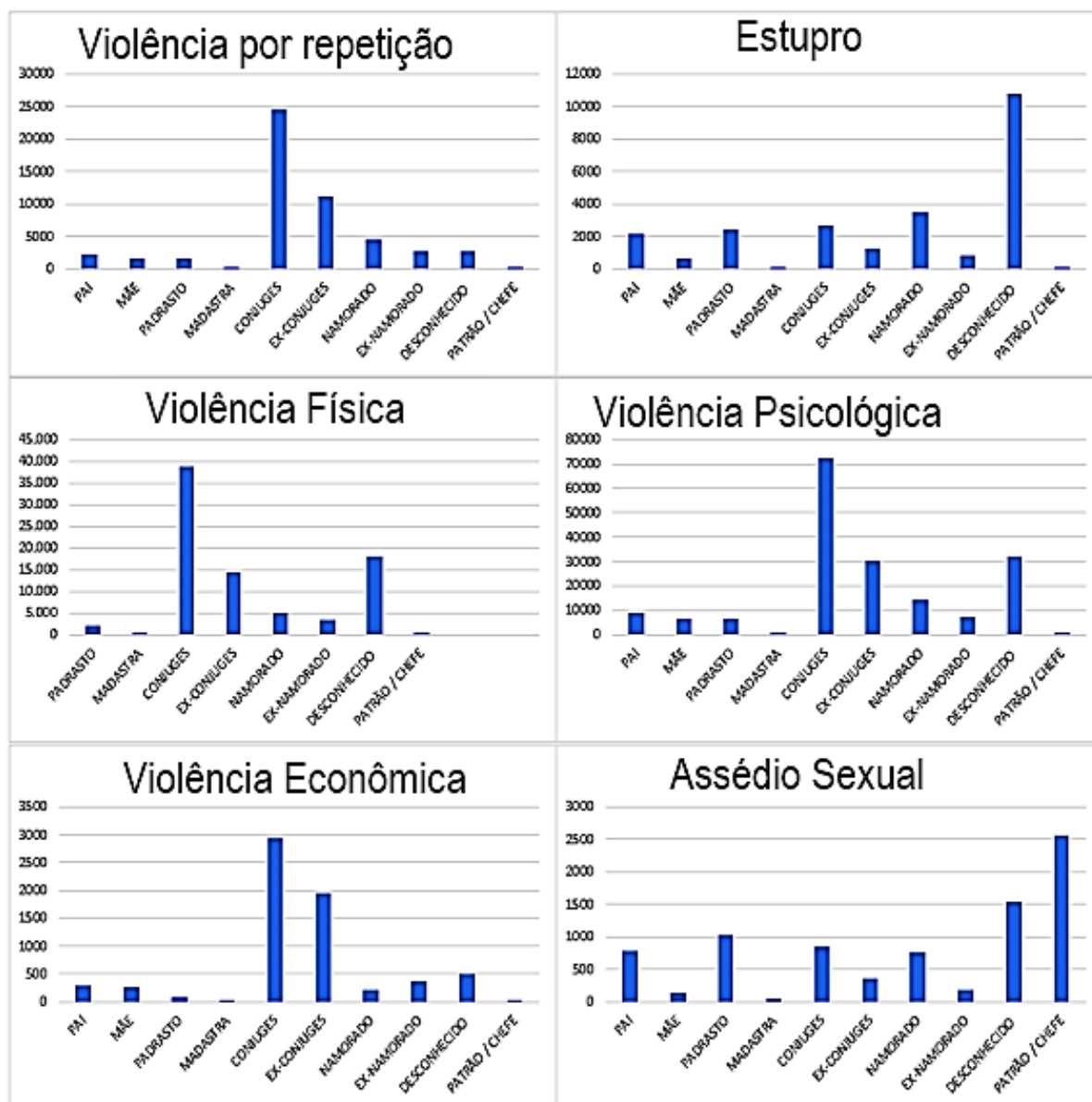
proximidade dos agressores com as vítimas, muitas vezes coabitando o mesmo espaço doméstico, torna ainda mais difícil para as vítimas denunciarem ou buscarem ajuda, criando um ciclo de violência difícil de quebrar. Essa dinâmica ressalta a importância de abordagens abrangentes que não apenas apoiem e protejam as vítimas, mas também envolvam esforços educacionais, preventivos e punitivos para abordar as causas subjacentes da violência doméstica e de gênero, promovendo uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

Ao analisar cada forma de violência individualmente, observamos dois padrões : 1. Há a predominância dos agressores cônjuge e ex-cônjuge para a maioria das violências, em que reflete a persistência da violência doméstica e a necessidade urgente de abordar os problemas subjacentes relacionados ao poder desigual e relações abusivas dentro dos relacionamentos íntimos. A dependência econômica, emocional e social, muitas vezes associada aos relacionamentos conjugais, pode tornar as vítimas mais vulneráveis e menos propensas a relatar ou buscar ajuda.

2. As violências de estupro e assédio sexual são majoritariamente perpetradas por desconhecidos e padrões. Do qual, se destaca a ameaça que as mulheres enfrentam em ambientes públicos e sociais mais amplos, sublinhando a necessidade de medidas preventivas e de segurança em espaços públicos, bem como esforços contínuos para conscientizar e educar sobre a importância do consentimento, dos limites e do respeito mútuo.

(Gráfico 10):

Gráfico 10: Tipo de agressores por tipo de violência



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

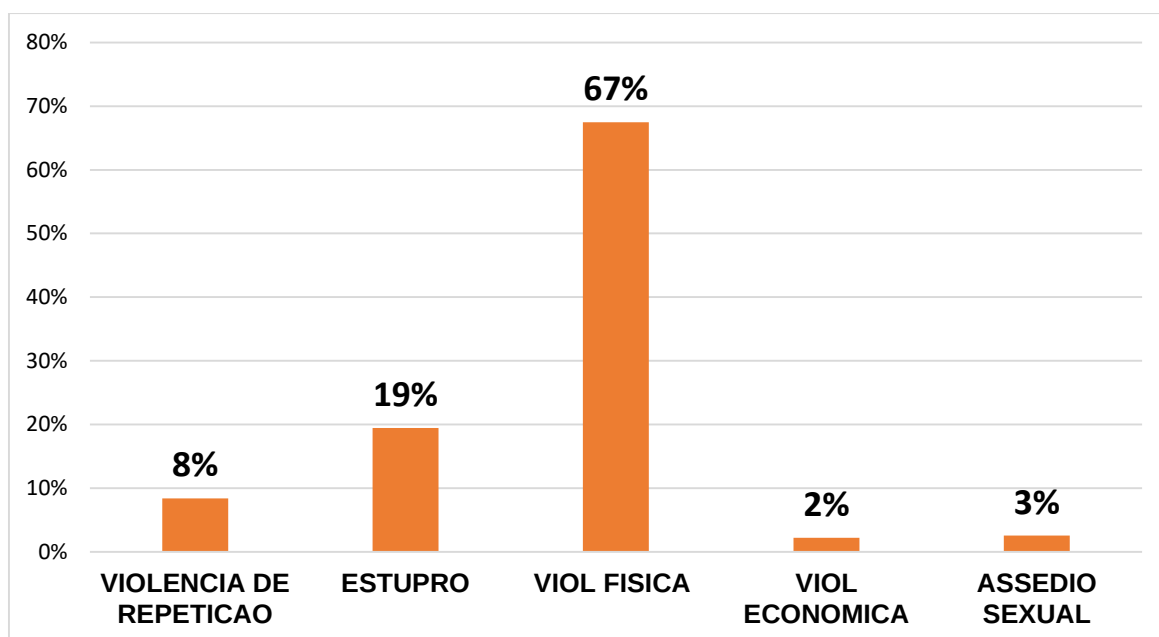
15.2 Arma de fogo

Analisando o tipo de arma usado, foi constatado que no crime violento das agressões físicas foi o que mais se utilizou das armas de fogo (Gráfico 11). Em consoante com o relatório “O papel da arma de fogo na violência contra a mulher”, produzido pelo Instituto Sou da Paz, de 2021, “entre as mulheres, a arma de fogo esteve presente principalmente em violências físicas, mas também teve presença importante nos casos de violência psicológica/moral e sexual”.



E ainda, houve um “aumento proporcional dos casos não letais armados dentro das residências, sinalizando fortemente para o risco que a arma de fogo representa no contexto de violência doméstica”. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2021).

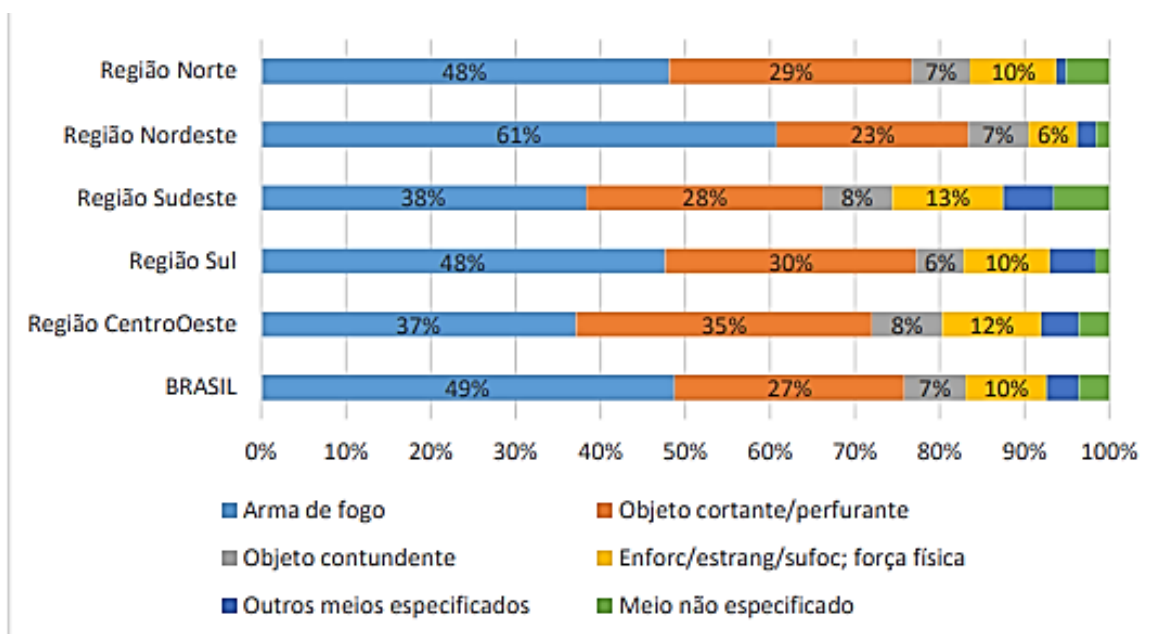
Gráfico 12: Uso de armas de fogo por tipo de violência



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No tocante as violências letais, o relatório revela também que as “armas de fogo tem sido o principal instrumento empregado nos assassinatos de mulheres no Brasil, ao longo de vinte anos, 2000 a 2019, esteve presente em 51% dessas mortes”. Além de que “[...]regionalmente, a arma de fogo prevalece no Nordeste, onde respondeu por 61% dos casos em 2019, seguido pelas regiões Norte e Sul, com 48%” (Figura 12):

Figura 12: mulheres mortas com o tipo de arma nas regiões do Brasil em 2019



Fonte: Adaptado do ABSP (2022)

É mais agravante ainda associado ao determinante social da raça/cor em que as “mulheres negras foram 70,5% das vítimas de agressão com armas em 2019, resultando em uma taxa de mortalidade duas vezes maior do que a de não negras”. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2021).

Dessa forma, a análise do uso de armas de fogo em casos de violência contra as mulheres ressalta a necessidade urgente de abordar as lacunas na regulamentação e controle de armas de fogo, bem como de implementar medidas eficazes para prevenir o acesso não autorizado a armas de fogo, especialmente em contextos de violência doméstica.

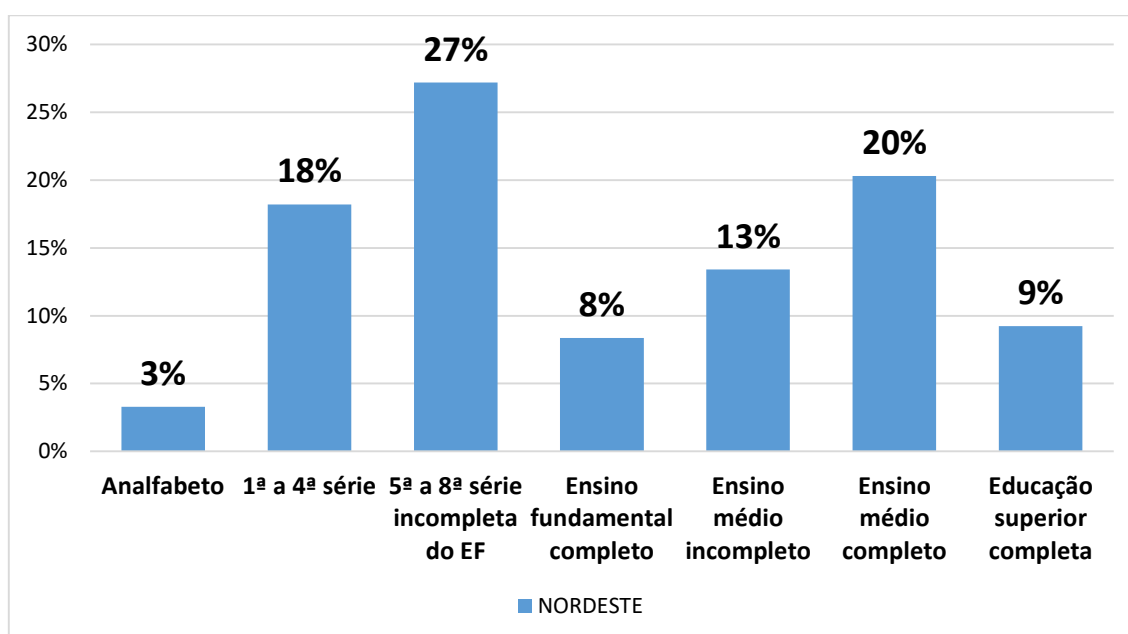
O uso de armas de fogo em situações de violência contra as mulheres representa uma ameaça significativa à segurança e bem-estar das vítimas, e a adoção de políticas e estratégias abrangentes é fundamental para mitigar esse risco e proteger as mulheres contra danos graves e letais. Isso inclui não apenas a implementação de leis mais rígidas para o controle de armas de fogo, mas também o fortalecimento de programas de conscientização, educação e intervenção que abordem o uso de armas de fogo em situações de violência de gênero.



15.3 Escolaridade

Quanto a escolaridade das vítimas, avaliou-se que majoritariamente concentraram-se nos níveis de baixa escolaridade, sobretudo, em duas situações: 1. crescentemente do nível analfabeto a 5ª a 8ª série incompleta, além do nível do ensino médio; e, decrescente no nível das vítimas com ensino superior. Isto é, há uma concentração dos crimes nas mulheres com baixa escolaridade (Gráfico 13):

Gráfico 13: escolaridade das vítimas



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Sugere-se que concentração de vítimas nos níveis de baixa escolaridade, incluindo aqueles que são analfabetos ou têm apenas o ensino fundamental incompleto, sugere a presença de fatores socioeconômicos complexos que podem tornar essas mulheres mais vulneráveis à violência. A falta de acesso à educação e oportunidades de emprego estáveis pode contribuir para a perpetuação de ciclos de pobreza e violência, tornando essas mulheres mais propensas a enfrentar situações de violência em comparação com aquelas que têm maior acesso à educação e recursos.



Ainda, observação de menos vítimas com ensino superior pode refletir, em parte, o acesso a recursos e oportunidades que podem oferecer maior proteção contra a violência. Mulheres com níveis mais altos de escolaridade podem ter maior consciência de seus direitos, acesso a redes de apoio mais robustas e maior capacidade de buscar ajuda e apoio em situações de violência.

A pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” do FBSP (Bueno, et al., 2023) mostra que a correlação entre níveis de escolaridade e diferentes tipos de violência enfrentados por mulheres, de forma que as mulheres com ensino médio apresentam uma maior prevalência de violência, principalmente de crimes sexual; já as mulheres com ensino fundamental concentram as maiores taxas de agressão física, inclusive pelo uso de arma de fogo; ao fim que as mulheres com ensino superior são mais acometidas por ofensas verbais e perseguição, na forma da violência psicológica (figura 10):

Figura 10: Vitimização de mulheres nos últimos 12 meses, por escolaridade (2022)

	Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	26,5	30,4	28,6
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	19,1	24,9	23,9
Amedrontamento ou perseguição	13,5	13,2	14,2
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	14,0	12,9	10,1
Batida, empurrão ou chute	14,6	11,8	8,2
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual (algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem fisicamente e verbalmente outras pessoas por motivos sexuais)	9,4	10,1	6,8
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	7,7	4,8	4,2
Ameaça com faca ou arma de fogo	8,3	4,9	2,5
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	5,3	4,5	2,4
Esfaqueamento ou tiro	2,5	1,7	0,4
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	72,9	68,9	70,5
RECUSA	0,7	0,7	1,0

Fonte: Adaptado da pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” (Bueno, et al., 2023)

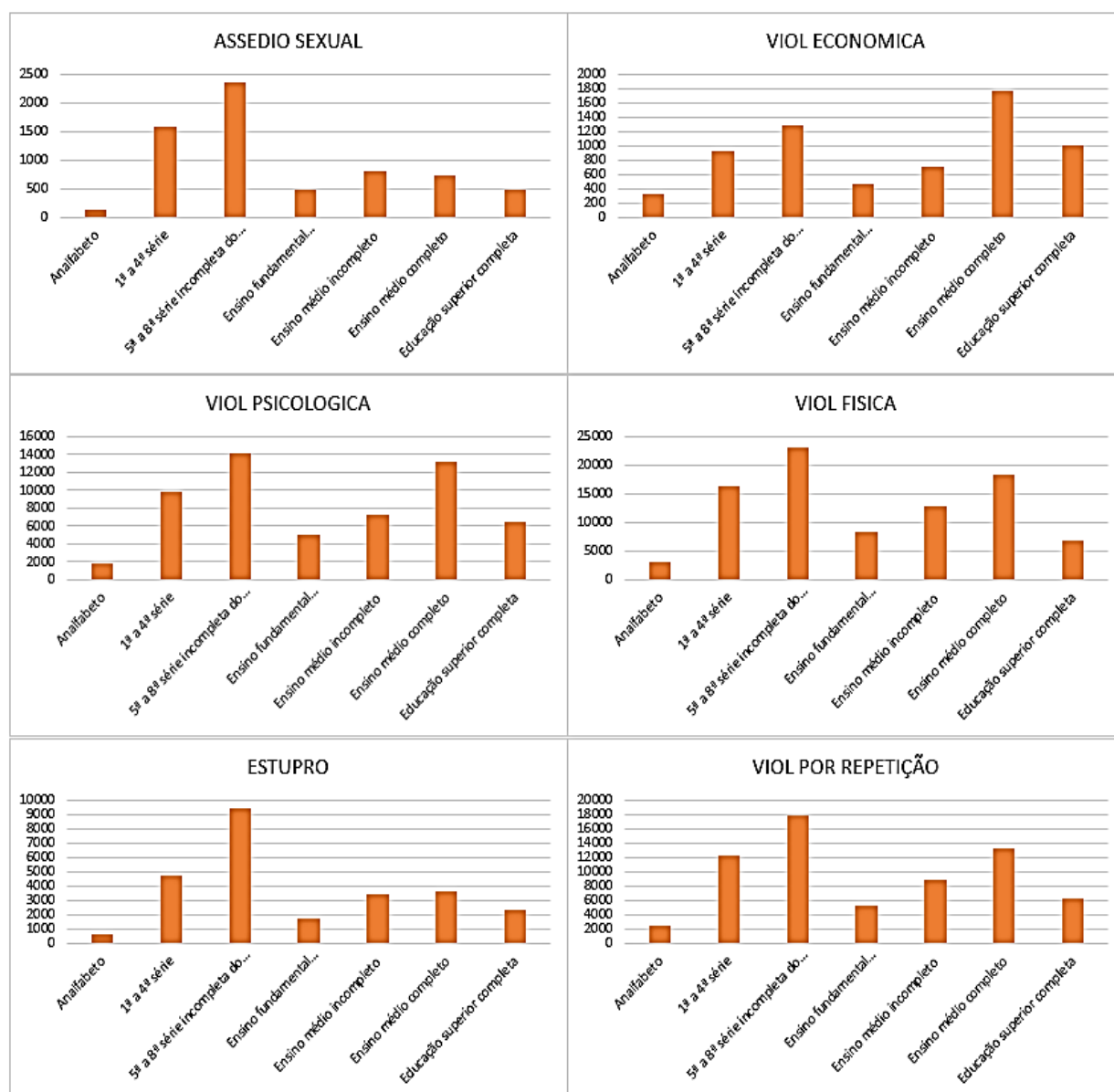
Essa análise destaca a importância de abordar as desigualdades socioeconômicas e de acesso à educação como parte integrante dos esforços para prevenir e combater a violência contra as mulheres. É essencial implementar programas que promovam



a educação inclusiva, bem como medidas socioeconômicas que capacitem mulheres em situações de vulnerabilidade, ajudando a romper o ciclo de violência e pobreza.

Em contrapartida, as análises individualizadas mostram que apesar da violência está distribuída em todos os níveis (gráfico 14), de acordo com a OPAS/BR “Entre os fatores associados ao aumento do risco de ser vítima de parceiros e de violência sexual estão a baixa escolaridade, exposição à violência entre os pais, abuso durante a infância, atitudes que permitem a violência e desigualdade de gênero”.

Gráfico 14: Escolaridade e tipo violência que as mulheres sofreram no Nordeste

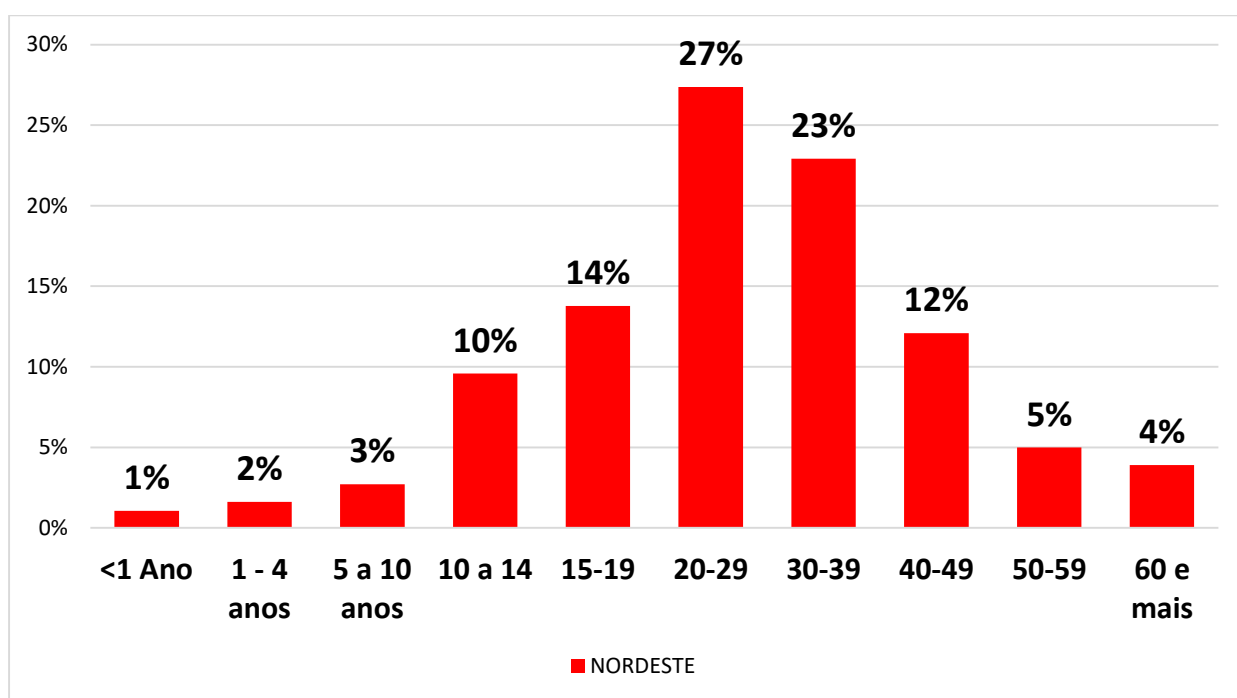




Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No seguimento relacionado a faixa etária das vítimas, pode-se constatar que o perfil das mulheres violentadas é de 5 a 49 anos, com amplitude em 20 a 29 anos (Gráfico 15).

Gráfico 15: Faixa etária das mulheres vítimas de violência no Nordeste



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

É importante notar que diferentes formas de violência podem incidir de maneira diferenciada em várias faixas etárias. Por exemplo, mulheres mais jovens, incluindo adolescentes, podem estar mais suscetíveis a certos tipos de violência, como o assédio sexual e o abuso físico ou emocional dentro de relacionamentos íntimos ou mesmo no contexto escolar. Por outro lado, mulheres mais velhas podem enfrentar desafios distintos, como a violência doméstica em relações duradouras ou o abuso financeiro e psicológico.

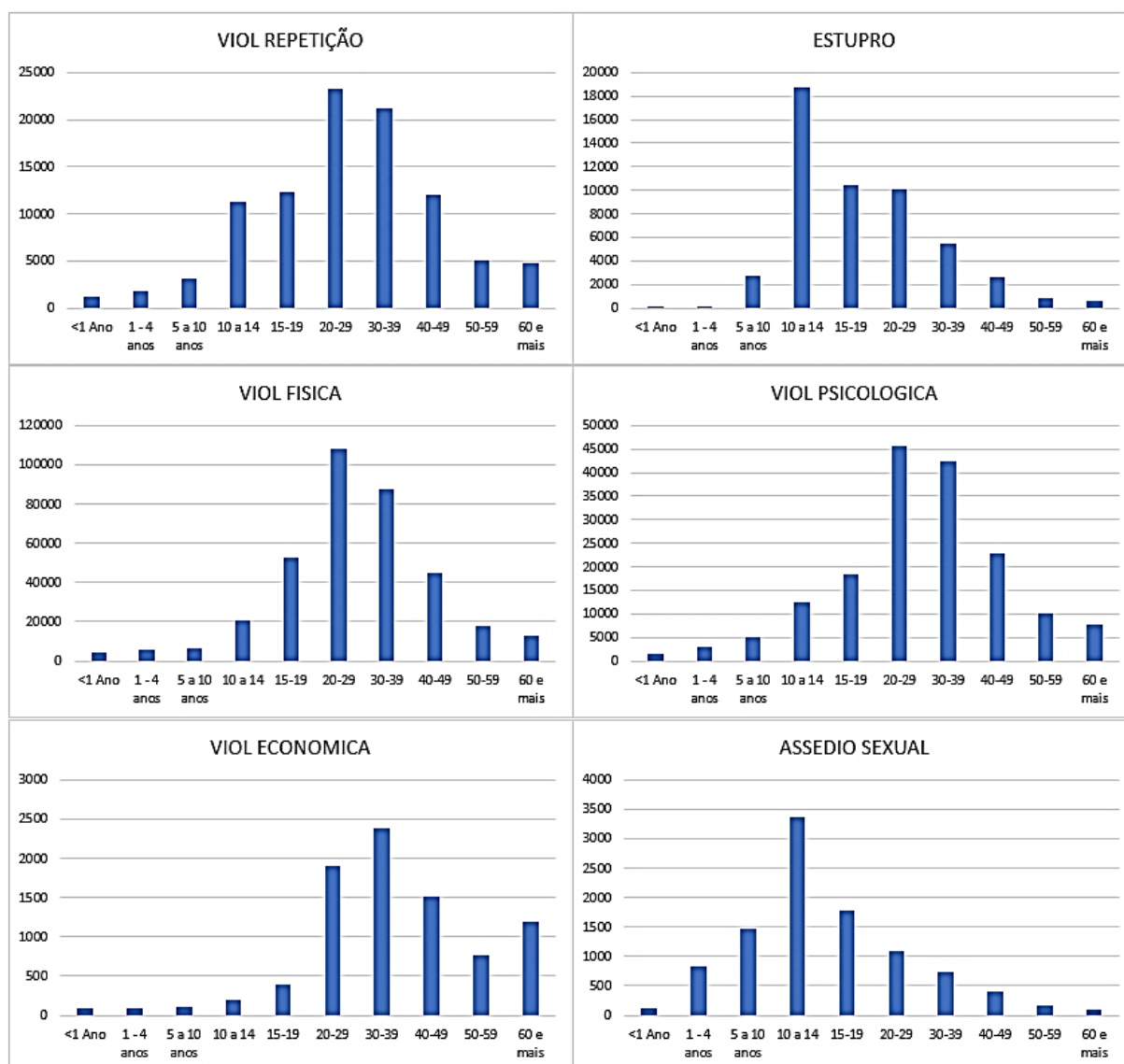
A compreensão dessas nuances é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes que atendam às necessidades específicas das mulheres em diferentes faixas etárias. Isso inclui a implementação de programas de educação e conscientização



adaptados a diferentes grupos etários, o fortalecimento de medidas de proteção e suporte para grupos vulneráveis e o desenvolvimento de intervenções preventivas direcionadas a comunidades específicas, levando em consideração os desafios e as necessidades enfrentados pelas mulheres em diferentes estágios de suas vidas.

Contudo, em comparação entre as formas de violências é necessário ressaltarmos algumas pontuações fundamentais: 1. Violência de repetição, violência física e violência psicológica apresentam um padrão semelhantes em relação as faixas etárias das mulheres vitimadas; 2. Estupro e assédio sexual apresentam um padrão diferente pois as maiores incidências são de 10 a 14 anos. O que engloba inclusive a categoria de estupro de vulneráveis; e, 3. A violência econômica apesar de se assemelhar as violências do item 1, a idade de 60 anos ou mais, aparece em destaque (gráfico 16):

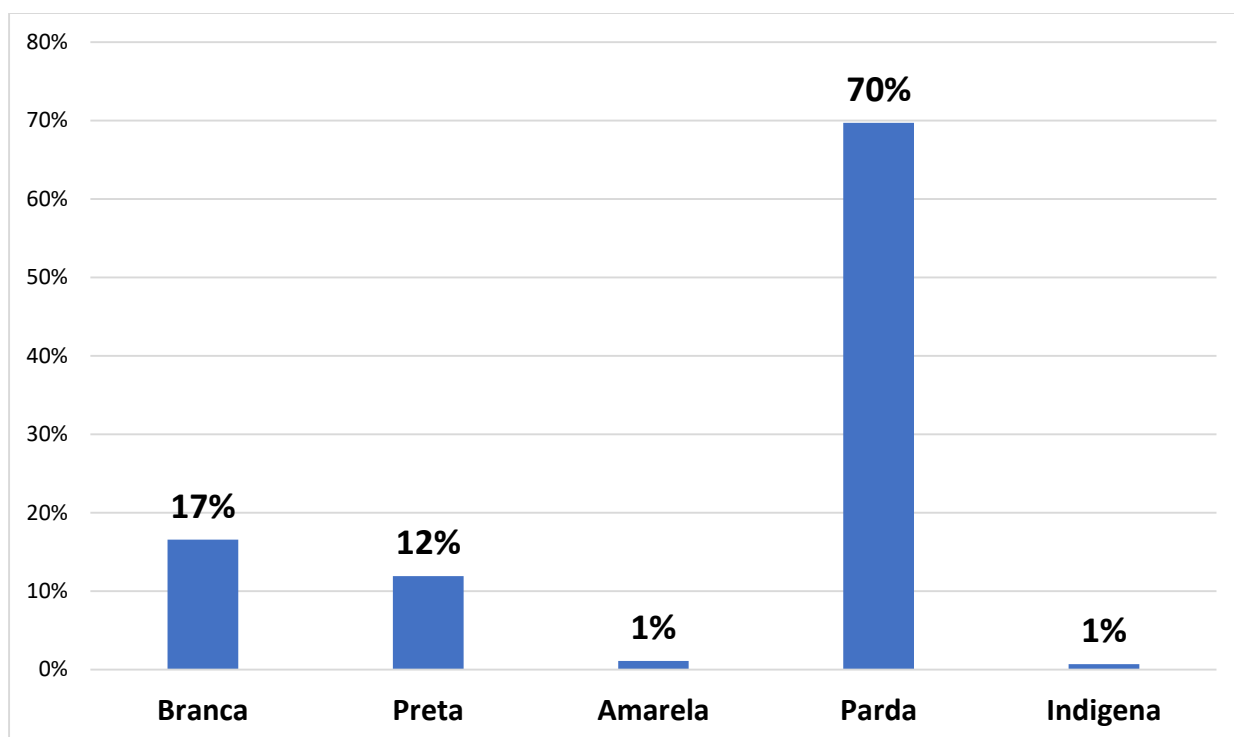
Gráfico 16: faixa etária por tipo de violência



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No que tange as análises da raça/cor, foi averiguado que dos crimes violentos notificados, as mulheres autodeclaradas pardas foram a maioria das vítimas (Gráfico 17). O que contrasta com a literatura científica em que são as mulheres negras que são mais violentadas, e mortas, bem como aponta a Atlas da Violência 2023 realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que em 2022, 68,9% das vítimas de homicídios eram mulheres negra.

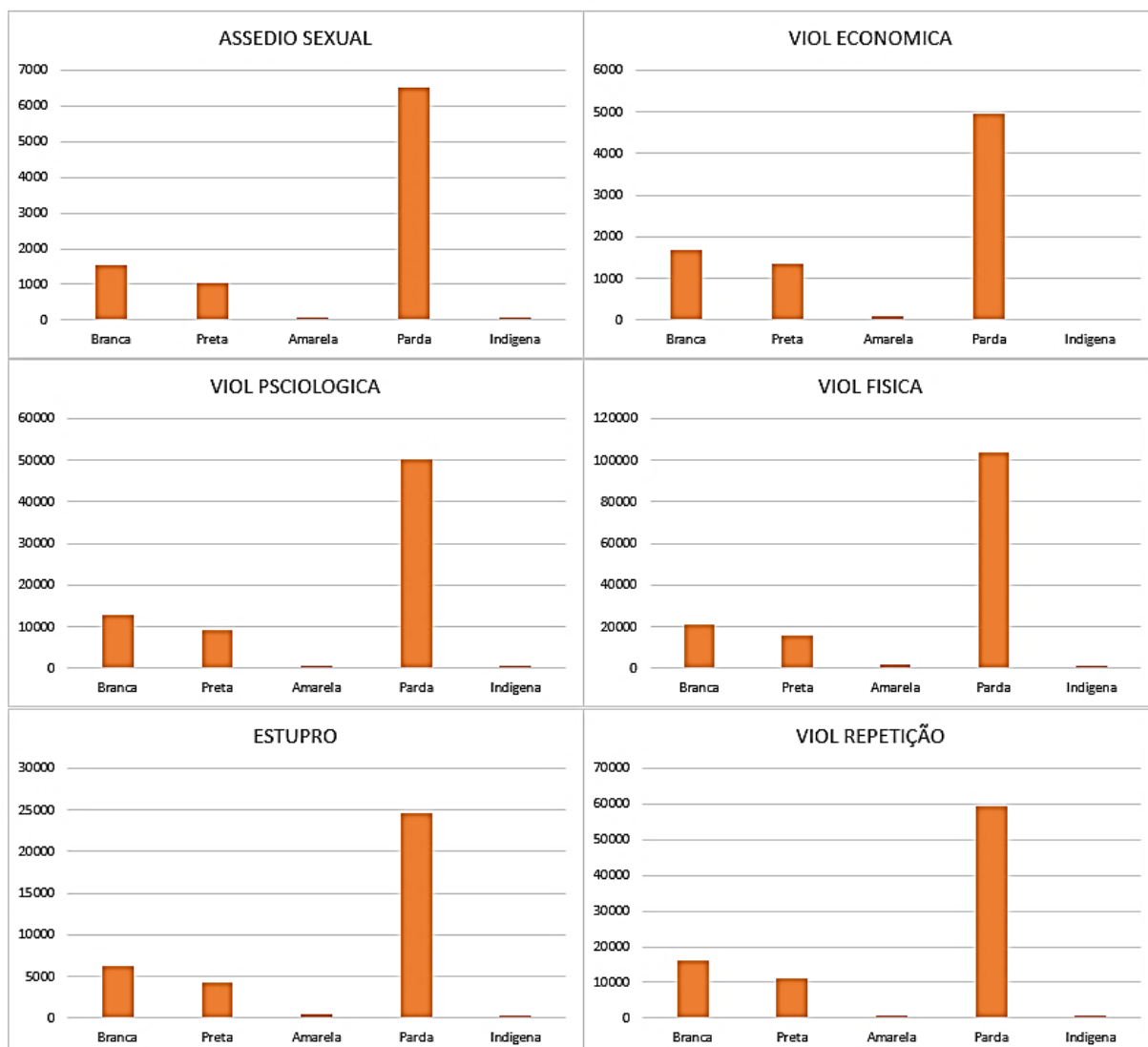
Gráfico 17: Raça/cor por tipo de violência no Nordeste



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O mesmo padrão se traduz quando avaliamos as formas de violência individualmente, em que 80% das violências são perpetradas contra as mulheres pardas (gráfico 16). A partir desse cenário podemos pressupor que as mulheres no momento da notificação das violências nas Unidades de Saúde, tenham alguma dificuldade de se declararem como mulheres pretas ou mesmo a equipe das unidades de saúde não tenha solicitado a autodeclaração para o segmento raça/cor.

Gráfico 17: Raça/cor por tipo de violência



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Ao desagregamos e compararmos os dados sobre a tipificações das violências, as mulheres pardas são a maioria em todas elas. Os dados revelam que infelizmente a violência tem uma cor e uma escolaridade e que as mulheres estão submetidas por essas interseccionalidades. Muito embora, esses dados também podem revelar subnotificações do fenômeno da violência em diferentes segmentos que não são notificados nos serviços privados de saúde.



16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um problema extremamente complexo, seu enfrentamento envolve diálogo entre diferentes setores da sociedade e de áreas de conhecimento. Nesta pesquisa, o diálogo principal foi entre Geografia Feminista, as questões de gênero e as Políticas Públicas voltadas para as mulheres como um campo de estudo vital para o desenvolvimento do conhecimento científico igualitário e para o fortalecimento da Rede de Enfrentamento brasileira e do Nordeste.

Ao conectar o conhecimento acadêmico às redes de enfrentamento da violência e promoção da saúde das mulheres no Nordeste, busca-se promover descobertas e enriquecer a importância de pesquisas nessa área, sobretudo, na perspectiva da Geografia. Esse diálogo permitiu uma análise ampla, como também, crítica e aprofundada na identificação de lacunas e desafios na implementação de políticas públicas para as mulheres.

Importante ratificarmos inclusive que a Geografia Feminista e a Análise Espacial desempenharam um papel importante na compreensão das diversas formas de distribuição espacial da violência, das redes de apoio e do perfil das vítimas, pois ofereceu uma abordagem contextualizada que considera a interação complexa entre a História da produção científica; efetivação das legislações de combate à violência contra a mulher; utilização dos dados do SUS/SINAN e a compreensão da distribuição espacial da temática no Nordeste.

De fato, considera-se, que no Nordeste houve um fortalecimento e expansão da Rede de Enfrentamento de combate à violência contra as mulheres a partir da produção do conhecimento científico de diferentes áreas, especialmente no contexto das teses de doutorado (CAPES), nos Núcleos e Grupos de estudos, e nos artigos científicos. Cabe destacar, o papel dos movimentos sociais feministas e de mulheres na garantia dos seus direitos e no combate à violência de gênero.

Através das 4 (quatro) vias de análise estudadas nesta pesquisa, observou-se que as teses de doutorado e Grupos de pesquisas iniciaram-se na década de 90, com destaque para os Estados do São Paulo, Rio de Janeiro e especificamente no Nordeste, a Bahia, que inclusive, foi o Estado a ter um dos primeiros programas de pós-



graduação na América Latina, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na Universidade Federal da Bahia.

Podemos mencionar a relação entre a produção científica das teses, no período de 2012 a 2015; e as principais legislações de combate à violência contra as mulheres que também foram publicadas nesse período como: em 2012, a criação da Coordenação Geral da Diversidade, que assegurou o pacto com a promoção de políticas públicas para as minorias, dentre elas, as mulheres. Em 2013, o lançamento do “Programa Mulher: Viver sem Violência” pelo Decreto Lei de nº 8.086 de 30 de agosto de 2013 durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. E em 2018, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica pelo Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018, já no governo de Michel Temer.

Pondera-se, que, apesar do aumento quantitativo das diversas produções científicas, devemos apreender que esse incremento deve ser viabilizado qualitativamente, acompanhado de uma cientificidade frente ao avanço científico, permitindo-nos avaliar a qualidade dessas produções sem que produza mais discrepâncias entre homens e mulheres. Sobretudo, porque o papel mais importante da ciência, é chegar a quem mais precisa dela, transformando a ciência em algo acessível, disponível para o Bem-Estar das pessoas, e concreto para a melhoria da vida das mulheres (QUEIROGA et al., 2016).

Através da Rede de Enfrentamento especializada observou-se que o Nordeste tem a segunda maior concentração de Delegacias de Atendimento Especializado as Mulheres (DEAM), precedida pela região Sudeste. Em relação as Casas-Abrigo e as Casas da Mulher Brasileira foram instituições criadas, em geral, em períodos posteriores as DEAM. Identificou-se ainda que, entre esses três serviços pesquisados os maiores números, em funcionamento nas capitais, são das delegacias (DEAM). Em relação as Casas-Abrigo e as Casas da Mulher Brasileira se encontram em menor número e a maioria em fase de construção. Considera-se portanto, um déficit nesta Rede de Enfrentamento pois os equipamentos estão localizados sobretudo, nas capitais.



Por meio dos dados do SINAN, detectou-se que o perfil das mulheres nordestinas vitimadas é semelhante panorama nacional. Principalmente pela violência física, sobretudo, perpetrada pelos cônjuges, ex-cônjuges e até desconhecidos; com baixa escolaridade; mulheres de 20 a 39 anos; e na sua grande maioria, mulheres pardas. Destaca-se que esses dados do SINAN utilizado foram e são importantes ferramentas de monitoramento e enfrentamento da violência. Ratificando que a violência contra as mulheres não é apenas um problema da segurança pública, mas também de saúde pública, pois pode deixar graves sequelas visíveis e invisíveis.

Mencionamos ainda algumas das diversas dificuldades encontradas para a construção desta pesquisa, como:

- As diferentes metodologias, temporalidades e escalas dos dados que tratam a temática, uma vez que, podem dificultar a mensuração do fenômeno;
- A inacessibilidade existente ainda nas universidades públicas de se obter literatura de cunho feminista. Isto pois, na redação dessa dissertação solicitei vários livros sobre o movimento feminista; produção do conhecimento e suas tecnologias a Universidade Federal do Maranhão, e estes, estavam apenas dispostos na biblioteca de pós-graduação de outro curso, ou seja, apenas as pessoas que cursassem uma pós-graduação poderiam ter acesso a esse tipo de literatura, graduandos e graduandas, que são os maiores contingentes universitários, lhe são negados o acesso a esse aporte literário.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa subsidiar e desencadear novas investigações, sobretudo, na temática da Geografia Feminista e Análise Espacial, contribuindo para a supressão das lacunas e do diálogo intersetorial entre as áreas do conhecimento, as universidades, e os diversos atores sociais responsáveis pela efetivação das políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres.



RERENCIAS

ATLAS, DA VIOLÊNCIA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

ADVANCE HE. **Athena Swan Charter**. [arquivo eletrônico]. s/d. disponível em: <https://www.advance-he.ac.uk/equality-charters/athena-swan-charter>

AMB. **Articulação de Mulheres Brasileiras**. [Portal eletrônico]. disponível em: <https://ambfeminista.org.br/>

ARAÚJO, Jussara Maria Oliveira; COSTA, Maeli Araújo; LIMA, Raiclei Silva. A Importância do Artigo Científico na Vida Acadêmica. **Criar Educação**, v. 10, n. 1, p. 64-76, 2021.

AZEREDO, Caroline Machado. Dez anos de Lei Maria da Penha: a importância da perspectiva de gênero no enfrentamento da violência. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 46, p. 494-514, 2017.

BATISTA, L. dos S. .; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, [S. 1.], v. 8, p. e021029, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 207-228, 2008.

BARATA, Germana. Periódicos científicos marcam autoria, difundem conhecimento e buscam reinvenção. **Revista Ciência e Cultura**, v. 67, n. 1, p. 12-14, 2015.

BLAY, Eva Alterman. Núcleos de estudos da mulher X academia. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS–2005**, p. 63-71, 2006.

BELLO, Alessandro; ESTÉBANEZ, M. **An unbalanced equation: increasing participation of women in STEM in LAC**. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm



_____. LEI Nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006. Disponível em: Disponível em:

BRITISH COUNCIL BRASIL. **Revista - Mulheres na Ciência**. Ed. 2. 2020. disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/revista_mulheres_na_ciencia_-_edicao_no_2-fg.pdf

BRITISH COUNCIL BRASIL. Marco referencial para a igualdade de gênero em instituições de ensino superior no Brasil [livro eletrônico] / British Council Brasil. – 1. ed. – São Paulo, SP: British Council Brasil, 2022

_____. Athena Swan Charter. [portal eletrônico]. 2022.

_____. Women in Science: UK-Brazil Gender Equality Partnerships Grant. [arquivo eletrônico]. disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/en/women-in-science/gender-equality-call>

BUENO, et al. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição – FBSP. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In: **Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV**. 2011.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. Movimentos sociais: a difícil tarefa de defini-los. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 2, n. 1, p. 4-23, 2013.

CAPES. Boletim Eletrônico nº 51. Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 2018. Disponível em: <http://mailer.periodicos.capes.gov.br/?m=91&p=view&pi=ViewBrowserPlugin&uid=a172630f2b62350aca8bd4f586993f57>

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. Brasil: Mestres e doutores 2019. Brasília, DF: CGEE, 2021. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br>

COSTA A., SARDENBERG M. B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Volume 8 de Coleção Bahianas. 2002.



COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>

COELHO, Marina de Figueiredo. Feminismo, gênero e violência contra a mulher: uma análise da produção teórica. [TCC] Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social –Universidade de Brasília .2014.

CONSETINO, Maria. A importância da Lei Maria da Penha. Instituto Ressurgir. 2018. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/A-Importancia-da-Lei-Maria-da-Penha-2.pdf>

CUNHA, R.S.; PINTO, R.B. Violência Doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), comentada artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: **Revista Dos Tribunais**, 2008.

D'AVILA, Critiane. Como a violência passou a ser vista como um problema de saúde pública após a redemocratização. Café com História. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-violencia-como-questao-de-saude-publica/>

DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica Medeiros. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 231-251, 2018.

ETIENNE, C. Violência contra a mulher: estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher. Organização Panamericana da Saúde — Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) [arquivo eletrônico]. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y

FARA, Patricia. Uma breve História da Ciência. Ed. Fundamento, 436 p. 2015.

FERREIRA, Mary. Movimento de mulheres e feministas e sua ação anticapitalista no Brasil e Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273037>

FERREIRA, Mary (Ed. São Luís - impressa). Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. v. 1. 413 p. REDOR, 2012.

_____. Feminismos no Nordeste brasileiro. Histórias, memórias e práticas políticas. Polis. Revista Latinoamericana, n. 28, 2011.



FREITAS, Mayanne Júlia; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. TRAJETÓRIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS DA MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO INTEGRANTES DA REDOR. *Revista Espaço do Currículo*, v. 8, n. 2, 2015.

FREIRE, Gustavo Henrique; FREIRE, Isa Maria. A desejável multiplicação dos periódicos científicos. **Revista Informação & Sociedade**, v. 20, n. 3, 2009.

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. A tríade da publicação científica. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, p. 3-12, 1996.

JANNUZZI, Paulo M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais.** *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002

INEP. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf

IPEA. Atlas de Vulnerabilidade Social. Índice de Vulnerabilidade Social da Mulher. Instituto de Pesquisa Estatística e Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

IMP. Tipos de violência. Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1879-1890, 2015.

Gender inequality and development. *Sustainability Science*, v. 15, n. 3, p. 759-780, 2020.

Global Gender Gap Report. World Economic Forum. Geneva. 2020

GONÇALVES, H. WANDERLEY, L. NASCIMENTO, M. Artigo científico: contribuições à construção do conhecimento no ensino superior. **IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE.** Disponível em:



https://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424130698_ARQ_UIVO_HortenciadeAbreu,LiliandeLinseMarileneBatista_incompleto.pdf

GUIMARÃES, Raul Borges et al. O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. **Estudos avançados**, v. 34, p. 119-140, 2020.

HAUSMANN, et al. The Global Gender Gap Report. World Economic Forum. 2017. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf

HARDING, S. Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In.: Pensamento feminista: conceitos fundamentais. (Org. Heloisa Hollanda). Rio de Janeiro: **Bazar do tempo**. 2019

LUSA, Mailiz Garibotti. Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, v. 8, 2017.

MAFFIA, D. Refletindo sobre feminismo(s), ciência(s) e tecnologias(s). In.: Feminismo, Ciência e Tecnologia/ Organizado por Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

MASULLO, Y. SILVA, J. SANTOS, I. MELO, S. Concentração espacial dos crimes violentos contra as mulheres no município de São Luís, MA. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG v. 21, n. 77. 2020.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; MACIEL, Dayana Serra; DOS SANTOS, Izani Gonçalves. Perfil das vítimas de crimes violentos letais intencionais no Maranhão. **GeoTextos**, 2021.

MACARIO, Rodrigo. Geografia e gênero: a mulher na geografia acadêmica paulista. 2015. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Câmpus Experimental de Ourinhos, 2015.

MDH. A Comissão Interamericana de Mulheres – CIM. [arquivo eletrônico]. s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/oea/o-que-e-a-cim.pdf>

MENDONÇA, Juliana Pina; BRITTO, Diego Alvarino. A importância da Lei Maria da Penha como mecanismo de proteção às mulheres no direito brasileiro. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 128, 2011.

MINAYO, M.C.S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Díficeis e Possíveis Relações entre Métodos Quantitativos e Qualitativos nos Estudos de Problemas de Saúde. In: O



clássico e o novo. Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. In: Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde. 2005.

MINAYO, MCS. Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. SciELO Books. 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

MIRAGLIA, L.; TEODORO, M.; SOARES, M. Feminismo, trabalho e literatura: reflexões sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira et al. Análise espacial de dados geográficos. Brasília: Embrapa, 2004.

MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Institucionalização dos estudos de gênero na universidade: uma análise a partir de narrativas de acadêmicas feministas. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 8, n. 17, p. 17, 2015.

MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Feminismo acadêmico no âmbito da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero-REDOR. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477648_ARQUIVO_AdenildaTextocompletoFG.pdf

MOREIRA, Ozileide Matos. O gênero para a geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres. Revista da ANPEGE, 2022.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011.



NJAINE, Kathie et al. Impactos da violência na saúde. Editora Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p9jv6>

NUNES, Danilo Henrique; PINA, Selma Tomé; SILVA, Juvêncio Borges. A representação feminina nas universidades e a concreção da cidadania. Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, v. 21, n. 41, p. 159-173, 2021.

PEREIRA, Izani Gonçalves Santos; GONÇALVES, Isaias Pereira da Silva; RODRIGUES, Zulimar Márta. Análise intraurbana da dinâmica espaço-temporal e fatores associados dos crimes letais e não letais contra as mulheres em São Luís-MA. Revista caminhos de geografia. Caminhos de Geografia Uberlândia-MG v. 24, n. 96 dez/2023.

PONTES, D.; DAMASCENO, P. As Políticas Públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf

PORTAL CORREIO. Lei Maria da Penha. 2022. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/tag/lei-maria-da-penha/>

OPAS/BRASIL. Folha informativa – Violência contra a mulher, 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820

ONU. Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Resolução 48/104 de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: [file:///C:/Users/NE05/Downloads/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20A%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20Da%20Viol%C3%Aancia%20Contra%20As%20Mulhe res.pdf](file:///C:/Users/NE05/Downloads/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20A%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20Da%20Viol%C3%Aancia%20Contra%20As%20Mulhe%20res.pdf)

OEA. Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). [portal eletrônico]. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/topicos/mulher.asp>

OLIVEIRA, Elismênnia. Produção de conhecimento feministas em universidades brasileiras. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de; MEDEIROS, Milena Gomes de. CAPITALISMO, PATRIARCADO, E SERVIÇO SOCIAL: REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS NA AGENDA PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA. *Temporalis*, [S. l.], v. 15, n.



29, p. 265–288, 2015. DOI: 10.22422/2238-1856.2015v15n29p265-288. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7240>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PRATES, Jane Cruz; BORTOLI, Mari Aparecida; KUNZLER, Rosilaine Brasil. (México) OS NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO. Repositório PUCR – BR. **La Formacion profesional emn Trabajo Social: Avances e tensiones en América Latina y el Caribe**, 2015, México. 2015. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9426/2/Mexico_Os_grupos_e_nucleos_de_pesquisa_como_estrategia_de_formacao.pdf

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, N. A. L. G. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. **IV Seminário Internacional de Representações sociais, Subjetividade e Educação**, 2017.

PEREIRA, S.; NUNES J. A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23378>

REGGSILA. Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana. [Portal eletrônico]. disponível em: <https://reggsila.wordpress.com/>

REIS, Maíra Lopes. ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. **Revista Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 38, p. 11–34, 2015. DOI: 10.12957/espacoecultura. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29067>

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REGHIM, M. Ciência, gênero e teoria: reflexões além da exclusão e inclusão. 44º Encontro Anual da ANPOCS. 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjQ3NjEiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiYTJmZTRhOWI5YzRkMTJjMDVjZGExY2MzODRjMjM4ZjMiO30%3D>

RBMC. Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. [Portal eletrônico]. Disponível em: <https://mulherescientistas.org/>



SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado, Violência São Paulo: **Expressão Popular**. 2015.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? UFBA. 2007. Disponível em: <https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>

SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online]. Salvador: EDUFBA, 2016. 335 p. **Bahianas collection**, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220167>.

SARDENBERG, Cecília MB. História e Memória do Feminismo Acadêmico no Brasil: O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA (1983-2020). **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2020.

SANTOS, I. G. Análise espaço-temporal dos crimes violentos contra a mulher em São Luís nos anos de 2014 a 2017. [TCC] Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Ciências Humanas/Geografia. UFMA. 2020.

SCHIENBINGER. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP. EDUSC, 2001. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/schienenbinger-2001.pdf>

SIEBERT, Silvânia. PRODUCTION AND DISSEMINATION OF SCIENTIFIC JOURNALS. **Revista Linguagem em (Dis) curso**, v. 19, n. 3, p. 381-382, 2019.

SILVA, Susana Maria Velela. Geografia e gênero/geografia feminista-o que é isto?. Boletim gaúcho de geografia, v. 23, n. 1, 1998.

SILVA, Maria de Lourdes Ramos. Discussões sobre a pluralidade metodológica da ciência contemporânea. 2009. Disponível em: http://www.hottopos.com/notand_lib_13/malu.pdf

SILVA P., O RACIOCÍNIO ESPACIAL NA ERA DAS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS. Mercator - **Revista de Geografia da UFC** 5, no. 9. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620669003>

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIM JUNIOR, AB (Org.). Revista Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas. Editora Toda Palavra, Ponta Grossa, 2011.



SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios as praticas investigativas da ciência geográfica. **Revista Espaço e Cultura**, n. 27, p. 39-56, 2010.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. Feminismo e movimento de mulheres. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. 63 p. - (Série Mulheres em Movimento, nº 1). 2010. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920041351/pdf_950.pdf

SILVA, Paulo Cesar Garré. A AÇÃO COLETIVA: O DESAFIO DA MOBILIZAÇÃO. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 7, N. 2, 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2013. disponível em: https://www.egp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/05/seminrio_2_-_maria_ozanira_da_silva_e_silva_-_avalia-o_de_politicas_e_programas_sociais.pdf

SILVA, Carmen. Desafios das publicações feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 625-635, 2013.

SILVA, Carmem Silvia Maria da. Feminismo agora. *Autorreflexão e formação política*. e-Curriculum, p. 463-492, 2016.

SOARES, G. A importância do conhecimento da Lei Maria da Penha para o esclarecimento das mulheres da Associação Movimento Solidário Colméia. *Fazendo Gênero: Diásporas, diversidade e deslocamentos*. 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277141516_ARQUIVO_AimportanciadoconhecimentodaLeiMariadaPenhaparaoesclarecimentodasmulheresdaAssociacaoMovimentoSolidarioCOLMEIA.pdf

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, Morumbi, v. 8, n. 1, p. 102-106. 2009

SOUZA, A. O movimento Feminista no Brasil e a Agenda das Políticas Públicas para as mulheres: uma análise a partir da década de 1980. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA – São Luís. 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_su_bmissaoId_1445_14455cc9ea4d7d46e.pdf

TAVARES, L.; CAMPOS, C. Botão do pânico e Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. UNICEUB. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/5056/pdf>



TAVARES, Márcia Santana; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima. Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. – Salvador: EDUFBA, 2022.

The Global Gender Gap Report. World Economic Forum. 2021. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf

The Cochrane Collaboration. History [Internet]. Oxford (UK): The Cochrane Collaboration; 2012 [cited 2014 Feb 11]. Available from: <http://www.cochrane.org/about-us/history>

TELES, M. A. "O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar." **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. 2014.

TEIXEIRA, T. Violência contra as mulheres como problema de saúde pública: desafios e perspectivas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

TEIXEIRA, Tainá Abecassis et al. A violência contra as mulheres como um problema de saúde pública: o acesso e a interface de gênero na saúde em Parintins-AM. [Dissertação - Mestrado em Serviço Social]. Universidade Federal do Amazonas - UFAM . 2018.

UNESCO. RELATÓRIO DE CIÊNCIAS DA UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente. RESUMO EXECUTIVO E CENÁRIO BRASILEIRO. 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250_por

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf



APÊNDICE 1

Quadro sistemático das teses coletas na pesquisa do Portal CAPES

ANO	TÍTULO	ÁREA DO CONHECIMENTO	AUTORES (AS)	INSTITUIÇÃO
1990	Violencia Contra A Mulher: Rompendo Barreiras.	Serviço Social	Silva, Marlise Vinagre	UFRJ
2000	Violência Doméstica No Âmbito Conjugal: As Denúncias Na Delegacia De Proteção À Mulher De Salvador	Saúde Coletiva	Franco, Iêda Maria Barbosa Ribeiro.	UFBA
2001	A Violência E A Assistência Em Saúde Segundo A Ótica Das Mulheres Vitimizadas'	Enfermagem	Oliveira, Paula Renata Franca	UFRJ
2001	Abuso Sexual Incestuoso: Seu Enfrentamento Pela Mulher/Mãe.'	Ciências Sociais	Morgado, Rosana	PUC-SP
2002	A Representação Social Da Mulher No Contexto Da Relação Conjugal Violenta Na Cidade De Manaus'	Educação	Ramos, Jucelem Guimarães Belchior.	UFRN
2002	Arqueologia da violência familiar	Serviço Social	Bellini, Maria Isabel Barros	PUCRS
2003	Violência Conjugal Contra A Mulher: Bases Para O Aconselhamento Em Enfermagem	Enfermagem	Guzman, Yolanda Elizabeth Rodriguez De.	UFRJ
2004	O Tudo E O Nada: Mulheres E Representações Sociais Da Violência Contra Mulheres'	Psicologia	Werba, Graziela Cucchiarelli.	PUC-RS
2004	O Preço Do Silêncio: Violência Conjugal Contra Mulheres De Camadas Médias E Alta'	Ciências Sociais	Cunha, Tânia Rocha Andrade.	PUC-SP
2005	A Temática Da Violência Contra A Mulher Na Formação Da Enfermeira'	Saúde Da Mulher E Da Criança	Penna, Lucia Helena Garcia.	FIOCRUZ



2005	Estudo Etnográfico Sobre Violência Conjugal E Fertilidade Feminina'	Saúde Da Mulher E Da Criança	Mendes, Corina Helena Figueira	FIOCRUZ
2006	Coesão Familiar E Violência Contra A Mulher Na Paraíba. Um Estudo De Caso-Controlle'	Odontologia	Rabello, Patrícia Moreira.	UFPE
2006	Desistindo Da Denúncia Ao Agressor: Relato De Mulheres Vítimas Da Violência Doméstica	Saúde Pública	Jong, Lin Chau	USP - Piracicaba
2006	Violência Contra A Mulher No Esporte Sob A Perspectiva De Gênero'	Psicologia	Paim, Maria Cristina Chimelo	PUC - RS
2006	Análise De Delegacias Especiais De Atendimento À Mulher (Deam'S) Em Funcionamento No Estado Da Bahia'	Ciências Sociais	Aquino, Silvia De	UFBA
2007	Violência Doméstica Contra A Mulher: Estudo Com Puérperas Atendidas Em Uma Maternidade Filantrópica'	Enfermagem	Okada, Marcia Massumi	USP
2007	Violência E Discriminação Contra A Mulher: Tratados Internacionais De Proteção E O Direito Penal Brasileiro'	Direito	Lavorenti, Wilson	PUC - SP
2007	Universo Legal Em Ato: A Construção De Categorias Jurídicas Em Torno Da Violência Sexual.'	Antropologia Social	Vieira, Miriam Steffen	UFRS
2007	Estudo Com Mulheres Vítimas De Violência Doméstica Com Lesões Do Complexo Maxilo-Mandibular E Problemas Associados'	Enfermagem Em Saúde Pública	Santi, Liliane Nascimento De	USP - Ribeirão Preto



2007	Violência Doméstica Na Gravidez'	Saúde Coletiva	Audi, Celene Aparecida Ferrari.	UNICAMP
2008	Violência Doméstica Contra As Mulheres'	Sociologia	Côrtes, Gisele Rocha.	UNESP
2009	Escalada Da Dor: O Ciclo Evolutivo Da Violência Conjugal'	Saúde Da Criança E Da Mulher	Lamoglia, Cláudia Valéria Abdala.	FIOCRUZ
2009	Violência Contra Mulheres No Contexto Urbano: Estudo Sobre A Distribuição Espacial Das Violências No Município De São Paulo'	Medicina	Rabello, Patrícia Moreira	USP
2009	Papel Da Família Na Produção De Cuidados Da Saúde Estudo Sócio-Antropológico A Partir De Um Bairro Popular De Manaus.'	Saúde Da Criança E Da Mulher	Gutierrez, Denise Machado Duran.	FIOCRUZ
2010	Violência Institucional Em Maternidades Públicas: Hostilidade Ao Invés De Acolhimento Como Uma Questão De Gênero'	Medicina	Aguiar, Janaina Marques De	USP
2010	Pesquisa-Ação Na Gestão Da Educação E Do Processo De Trabalho Em Saúde: Uma Ferramenta Estratégica Para Acolhimento Qualificado Da Violência Entre Parceiros Íntimos Na Gravidez	Saúde Pública	Berger, Sônia Maria Dantas.	FRIOCRUZ
2010	Violência Por Parceiro Íntimo Contra A Mulher E Desenvolvimento Infantil'	Medicina	Durand, Julia Garcia	USP
2010	Mulheres Vítimas De Violência Sob Proteção Do Estado: Uma Aproximação Hermenêutica'	Enfermagem	Carvalho, Quitéria Clarice Magalhães	UFC



2010	Você Não Enxerga Nada": A Experiência De Mulheres Vítimas De Violência Doméstica E A Lei Maria Da Penha'	Enfermagem	Santinon, Evelyn Priscila	USP
2010	"Avaliação Da Adesão E Das Características Da Agressão A Mulheres Vítimas De Violência Sexual Durante O Acompanhamento Ambulatorial De Seis Meses: Tendências Observadas De 2000 A 2006"	Tocoginecologia	Oshikata, Carlos Tadayuki.	UNICAMP
2010	Violência Contra A Mulher: Uma Proposta De Indicadores De Gênero Na Família'	Enfermagem	Okabe, Irene.	USP
2010	Lugares De (Não) Ver?: As Representações Sociais Na Violência Contra A Mulher Na Atenção Básica De Saúde'	Enfermagem	Leal, Sandra Maria Cezar.	UFRS
2010	Discurso(S) De Homens Em Conjugalidade Violenta: Uma Análise Sócio-Antropológica Sob A Referência Da Ética Da Serenidade'	Saúde Da Criança E Da Mulher	Oliveira, Katia Neves Lenz Cesar De	FIOCRUZ
2011	Características Sociodemográficas E De Personalidade De Mulheres Vítimas De Violência Doméstica	Psicologia	Sá, Samantha Dubugras.	PUC-RS
2011	Atenção À Saúde De Mulheres Idosas Em Situação De Violência No Município Do Rio De Janeiro'	Saúde Da Criança E Da Mulher	Ribeiro, Adalgisa Peixoto.	FIOCRUZ
2011	Violência Conjugal Física Contra A Mulher Na Vida: Prevalência E Impacto Imediato Na	Psiquiatria E Psicologia Médica	Milma Pires de Melo Miranda	USP



	Saúde, Trabalho E Família			
2011	Violência Contra Gestantes: Taxas, Tipos, Perpetradores E Fatores Associados, Em São Luís, No Ano De 2010	Políticas Públicas	Ribeiro, Marizélia Rodrigues Costa	UFMA
2011	Consequências Psicossociais Da Violência Doméstica Em Mulheres: Um Estudo Psicossociológico	Psicologia Social	Ribeiro, Cristiane Galvão	UFPB
2012	Vulnerabilidade De Gênero E Mulheres Vivendo Com Hiv E Aids: Repercussões Para A Saúde'	Medicina	Lima, Márcia De	USP
2012	Violência Contra As Mulheres: Estudo Com Adolescentes No Município De Guarulhos	Ciências Sociais	Vaz, Antônio Carlos	UNESP
2012	(In)Efetividade Da Garantia Do Acesso À Justiça Nos Processos De Violência Doméstica Contra A Mulher: O Desafio Da Contemporaneidade Ao Direito E A Necessária Abordagem Interdisciplinar Do Problema'	Direito	Pereira, Marcia Michele Duarte	ESTÁCIO – RJ
2012	Violência Contra A Mulher Na Gravidez E No Pós-Parto E Seu Impacto Na Saúde Infantil	Epidemiologia	Manzolli, Patricia Portantiolo.	UFRS
2012	Sem Açúcar, Com Afeto: Estudo Crítico De Denúncias De Violência Contra As Mulheres E Dos Paradoxos Da Judicialização'	Psicologia	Cortez, Mirian Béccher	UFES



2012	Violência Contra Mulheres Rurais, Agendas Públicas Municipais E Práticas Profissionais De Saúde: O Visível E O Invisível Na Inconsciência Do Óbvio'	Enfermagem	Cocco, Marta.	UFRS
2012	O Combate Institucional Da Violência Contra A Mulher: Estudo Comparativo Entre Brasil, Portugal E Espanha Na Implantação De Políticas Públicas	Família Na Sociedade Contemporânea	Carneiro, Valneda Cássia Santos	UCSal - BA
2013	Mulheres Em Situação De Violência: Ressignificando As Práticas Dos Profissionais Em Estratégia Saúde Da Família	Enfermagem	Silva, Ethel Bastos Da	USP
2013	Violência Sexual Contra Mulheres Adultas E Adolescentes: Aspectos Sociodemográficos E Agravos Para A Saúde Reprodutiva	Ciências Da Saúde	Ferreira, Jefferson Drezett	FMABC – SP
2013	Violência De Gênero Contra A Mulher Grávida Perpetrada Pelo Parceiro Íntimo: Análise À Luz Da Teoria De Levine'	Enfermagem	Teixeira, Selma Villas Boas.	UFRJ
2013	Interseccionalidade Gênero/Raça/Etnia E A Lei Maria Da Penha: Discursos Jurídicos Brasileiros E Espanhóis E A Produção De Subjetividade	Psicologia Social E Institucional	Silveira, Raquel Da Silva	UFRS
2013	Mulheres Em Situação De Violência E Políticas	Psicologia Clínica E Cultura	Cruz, Madge Porto.	UnB



	Públicas De Atendimento Psicológico: Experiências E Desafios Da Psicologia			
2013	Lei Maria Da Penha: O Processo Penal No Caminho Da Efetividade	Direito	Fernandes, Valeria Diez Scarance	PUC-SP
2013	Avaliação Da Vulnerabilidade De Mulheres À Violência Doméstica: Uma Proposta Utilizando Indicadores De Subalternidade De Gênero Na Família'	Enfermagem	Macedo, Laura Christina	USP
2013	Mas Pelo Fato De Poder Ter Sempre Estado Oculto Quando Terá Sido O Óbvio": Uma Análise Do Discurso Das Publicações Dos Organismos Governamentais De Políticas Para As Mulheres Sobre Violência Contra A Mulher'	Letras	Ferraz, Maria Isabel Raimondo	UFPE
2013	Corpos Negados Na Violencia Conjugal'	Enfermagem	Ferraz, Maria Isabel Raimondo	UFPR
2013	Violência De Gênero E Proteção Suficiente: Da Necessidade De Concretização Conjunta Das Políticas Criminais E Das Políticas Sociais De Proteção Às Vítimas De Violência Doméstica Contra A Mulher'	Sistema Constitucional De Garantia De Direitos	Calil, Mario Lucio Garcez	ITE- BAURU
2013	Linhas Partidas: Viuvez, Gênero E Geração Em Salvador	Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero E Feminismo	Brandao, Silmaria Souza	UFBA



2013	Teoria Crítica Feminista E Crítica À(S) Criminologia(S): Estudo Para Uma Perspectiva Feminista Em Criminologia No Brasil	Ciências Criminais	Campos, Carmen Hein De	PUC-RS
2014	Redes De Atenção Para Mulheres Em Situação De Violência Sexual: Análise Do Caso De Campo Grande/Mato Grosso Do Sul A Partir Das Representações Sociais De Seus Gestores'''	Saúde Pública	Lima, Cláudia Araújo de	FIOCRUZ
2014	Avaliação Do Impacto Físico Emocional E Social Da Violência Sexual Em Um Grupo De Mulheres Atendidas Em Serviço De Referência'	Saúde Da Mulher	Eliara Thomaz Froes	UFMG
2014	Justiça Restaurativa e Violência Doméstica Cometida Contra A Mulher	Direito	Fabeni, Lorena Santiago	UFPA
2014	A Mulher Que Vivencia A Denúncia Da Violência E A Relação Com Sua Rede Social: Perspectivas Para Cuidar Em Saúde'	Enfermagem	Vieira, Leticia Becker.	UFRJ
2014	Processo De Reestruturação Psicossocial De Mulheres Que Sofreram Violência Sexual'	Tocoginecologia	Reis, Maria Jose Dos.	UNICAMP
2014	Violência Doméstica Psicológica Sob A Perspectiva Da Mulher Idosa: Um Enfoque Na Fenomenologia Social'	Enfermagem	Souto, Rafaella Queiroga	USP
2014	O Fenômeno Da Violência Contra A Mulher Na Sociedade	Ciências Da Religião	Santos, Jeova Rodrigues Dos	PUC-GO



	Brasileira E Suas Raízes Histórico-Religiosas			
2014	O Fenômeno Da Violência Contra A Mulher Na Sociedade Brasileira E Suas Raízes Histórico-Religiosas	Ciências Da Religião	Santos, Jeova Rodrigues Dos	PUC-GO
2014	Obrigação De Punir: Racionalidade Penal Moderna E As Estratégias De Controle Da Violência Doméstica Contra A Mulher'	Sociologia	Reginato, Andrea Depieri De Albuquerque	UFSE
2014	Justiça Restaurativa e Violência Doméstica Cometida Contra A Mulher	Direito	Fabeni, Lorena Santiago.	UFPA
2015	Representações Sociais De Familiares Sobre A Violência De Gênero	Enfermagem E Saúde	Rodrigues, Vanda Palmarella.	UFBA
2015	Cotidiano De Mulheres Do Semiárido Nordeste Que Sofreram Abuso Sexual No Contexto Familiar'	Enfermagem E Saúde	Carvalho, Margaret Olinda De Souza.	UFBA
2015	Violências E Vulnerabilidades Em Mulheres Identificadas Como Vítimas De Tráfico Para Fins Sexuais'	Saúde Da Criança E Da Mulher	Zuquete, Jose Goncalo Pais Estrela Da Silveira	FIOCRUZ
2015	Movimentos De Empatia No Discurso Da Violência Conjugal: Uma Análise Linguístico-Cognitiva No Enquadre Comunicativo Dos Boletins De Ocorrência'	Linguística	Jamison, Kaline Girao	UFC
2015	Mulheres De Fibra: Narrativas E O Ato De Narrar Entre Usuárias E Trabalhadoras De Um Serviço De Atenção A	Ciências Sociais	Souza, Bruna Mantese De	UNICAMP



	Vítimas De Violência Na Periferia De São Paulo'			
2015	A Rede De Atenção À Mulher Em Situação De Violência Sob A Perspectiva Do Pensamento Complexo'	Saúde Pública	Viana, Angelina Lettiere	USP - Ribeirão Preto
2015	Inquérito Nacional Sobre Violência Na Vida Da População Penitenciária Feminina Brasileira'	Saúde Coletiva	Gama, Isabelle Da Silva	UFC
2015	Serious Game Para Qualificação Das Práticas De Profissionais De Saúde Na Abordagem À Violência Doméstica Contra A Mulher'	Modelos De Decisão E Saúde	Almeida, Luana Rodrigues De	UFPB
2015	Metendo A Colher:Os Crimes Passionais Em Salvador(1940-1980)	Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero E Feminismo	Conceicao, Antonio Carlos Lima Da	UFBA
2016	Violência Doméstica E Aspectos Cognitivos Do Agressor: Análise Quantitativa'	Enfermagem Psiquiátrica	Reis, Leonardo Naves Dos	USP - Ribeirão Preto
2016	Violência Por Parceiro Íntimo: O Acompanhamento Ao Homem Autor De Violência '	Saúde Coletiva	Silva, Anne Caroline Luz Grudtner Da	UFSC
2016	Ser Mulher, Sentir A Violência, Enunciar Os Sentimentos: Um Olhar Discursivo Sobre A Humilhação Na Condição De Violência Conjugal'	Linguística	Peron, Ana Paula.	UNICAMP
2016	Mulheres Negras Idosas: A Invisibilidade Da Violência Doméstica'	Serviço Social	Oliveira, Ilka Custodio De.	PUC - SP
2017	A Delegacia Dos Fundos: Uma	Saúde Coletiva	Silva, Rosa Maria Frugoli	USP



	Etnografia Na Delegacia Especializada De Atendimento À Mulher			
2017	História Oral De Vida De Mulheres Que Vivenciaram Violência Doméstica'	Enfermagem	Soares, Maria Cidney Da Silva	UFPB
2017	Feminicídio: Uma Análise Do Direito Penal Como Instrumento De Proteção Da Mulher Vítima De Violências	Direito	Miguens, Marcela Siqueira	UFRJ
2017	Violência Contra A Mulher Na Perspectiva Dos Homens Encarcerados Por Essa Prática No Complexo Prisional De Aparecida De Goiânia, Go.'	Sociologia	Sousa, Gaspar Alexandre Machado De.	UFG
2017	Feminicídio: Uma Análise Do Direito Penal Como Instrumento De Proteção Da Mulher Vítima De Violências'	Direito	Miguens, Marcela Siqueira.	UFRJ
2017	Somos Todxs Adelir": Partir De Si E Ação Política Frente À Violência Obstétrica Em Florianópolis	Interdisciplinar Em Ciências Humanas	Daniele Beatriz Manfrini	UFSC
2018	As Políticas Públicas De Enfrentamento À Violência Contra A Mulher Na Legislação E Nos Depoimentos'	Educação	Oliveira, Adriana Ferreira Serafim De	UNESP
2019	Políticas Públicas De Enfrentamento Á Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher No Ceará - Uma Análise Da Atuação Do Núcleo De Enfrentamento Á Violência Contra A Mulher – Nudem	Planejamento E Políticas Públicas	Fonseca, Liegina Maria Correia	UFC



2019	Desmonte Das Políticas Públicas: Uma História (Não) Contada Do Pacto Nacional De Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres No Estado Da Bahia'	Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero E Feminismo	Callou, Jayce Layana Lopes	UFBA
2019	Aspectos Associados A Gestações Decorrentes De Violência Sexual Entre Mulheres E Adolescentes Vulneráveis Pela Deficiência Intelectual'	Ciências Da Saúde	Santana, Walkyria Almeida	FMABC
2019	(Re)Pensando A Assistência: Contribuições A Psicanálise Para As Políticas Públicas No Enfrentamento Do Ciclo Da Repetição Na Violência Contra A Mulher	Psicologia Clínica	Chagas, Luciana Ferreira	USP
2020	Morte Violenta De Mulheres No Brasil E Novas Vulnerabilidades: Da Violência Do Patriarcado Privado À Violência Do Patriarcado Público'	Ciências Criminais	Lucena, Mariana Barreto Nobrega De	PUC –RS
2020	Do “Monstro” Ao Homem: Motivos De Violências Contra A Mulher'	Serviço Social	Silva, Carla Da.	PUC- SP
2020	Violência Por Parceiro Íntimo: Estudo Da Percepção De Homens Perpetradores	Enfermagem Psiquiátrica	Cavalin, Luciana Aparecida	USP - Ribeirão Preto
2020	Homicídio Feminino – Análise De Cinco Anos Em Uma Região Central Do Brasil'	Ciências Da Saúde	Silva, Luciano Lucindo Da	UFG
2020	Mas Pelo Fato De Poder Ter Sempre Estado Oculto Quando Terá Sido O Óbvio':	Letras	Medeiros, Alisson Diego Dias De	UFPE



	Uma Análise Do Discurso Das Publicações Dos Organismos Governamentais De Políticas Para As Mulheres Sobre Violência Contra A Mulher'			
2021	À Margem Da Voz: Sobre Fronteiras E Violência Política Contra Mulheres Na Amazônia	Geografia	Rougemont, Laura Dos Santos.	UFF
2021	Masculinidades E Psicologias Nos Trabalhos Com Grupos De Homens Autores De Violências Contra Mulheres'	Psicologia	Tokuda, Andre Masao Peres	UNESP
2021	Adoro Que Vocês São Mais Submissas E Obedientes": Estereótipos E Violências Contra As Mulheres Brasileiras Nikkeis'	Sociologia E Direito	Akutsu, Beatriz Hiromi Da Silva	UFF
2021	Ensaio Sobre A Violência Contra A Mulher'	Ciências Economia Aplicada	Anna, Elder Generoso Sant	PUSP-LQ
2021	Violência Contra A Mulher: Análise A Partir Dos Registros Das Fichas De Notificação Do Sinan	Perícias Forenses	Vilar, Sarah Maria Costa De Araujo	UFPE



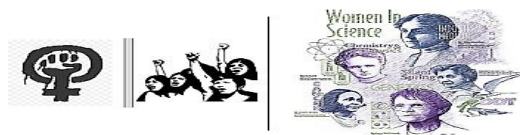
APÊNDICEE 2

Quadro sistêmico dos núcleos e grupos de pesquisa coletados na pesquisa

ORDEM	INSTITUIÇÃO	GRUPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	UF
1	Universidade Federal do Acre	Gênero, Decolonialidade, Culturas Indígenas e Afro-Brasileira	Ciências Humanas	AC
2	Universidade Federal do Acre	Laboratório de Estudos e Pesquisas Feministas em Saúde Mental, Cultura e	Ciências Humanas	AC
3	Universidade Federal de Alagoas	Atenção integral em saúde, ciclos de vida, gênero e populações em	Ciências da Saúde	AL
4	Universidade Federal de Alagoas	CARMIM Feminismo Jurídico	Ciências Sociais Aplicadas	AL
5	Universidade Estadual de Alagoas	Encarceramento Feminino no Estado de Alagoas	Ciências Sociais Aplicadas	AL
6	Universidade Federal de Alagoas	Família, Gênero e Desenvolvimento Humano	Ciências Humanas	AL
7	Universidade Federal de Alagoas	GEMUSC - GRUPO DE ESTUDOS MULHER SAÚDE CIDADANIA E CULTURA	Ciências da Saúde	AL
8	Universidade Federal de Alagoas	Grupo de Pesquisa Frida Kahlo - Estudos de Gênero, Feminismos e	Ciências Sociais Aplicadas	AL
9	Universidade Federal de Alagoas	moNGARU: Soberania Alimentar, Agroecologia e Feminismos	Ciências da Saúde	AL
10	Universidade Federal Rural da Amazônia	Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade na Amazônia - GEDAM	Ciências Humanas	AM
11	Universidade Federal do Amazonas	Azulilás Núcleo de Estudos em Gênero, Família, Conflitos e Sexualidades	Ciências Humanas	AM
12	Universidade do Estado do Amazonas	Clínica de Direito e Cidadania Lésbico, Gay, Bissexual e Transgênero -	Ciências Sociais Aplicadas	AM
13	Universidade Federal do Amazonas	Corpo, Gênero, Ensino e Multiculturalidade	Ciências da Saúde	AM



14	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Gênero e meio Ambiente - GEMA	Outra	AM
15	Universidade Federal do Amazonas	Grupo de Estudos em Feminismo na Literatura	Linguística, Letras e Artes	AM
16	Universidade do Estado do Amazonas	Movimentos Sociais, Feminismo e Educação - Manas	Ciências Humanas	AM
17	Universidade Federal do Amazonas	Saúde Da Mulher da Criança e do Adolescente	Ciências da Saúde	AM
18	Universidade Federal do Amapá	Grupo de pesquisa sobre mulheres na literatura - Maria Firmina dos Reis	Linguística, Letras e Artes	AP
19	Universidade Federal do Amapá	Liga de Mulheres	Ciências Sociais Aplicadas	AP
20	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Cultura Afro Brasileira, Diversidades, Gênero e Sexualidades	Ciências Humanas	BA
21	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	GEDISEX - Grupo de Pesquisas e Práticas em Gênero, Diversidade e	Ciências Humanas	BA
22	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	"Corporhis": Corpo, História e Cultura	Ciências da Saúde	BA
23	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	ACUENDAÇÕES - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e	Ciências Humanas	BA
24	Universidade Católica do Salvador	Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania	Ciências Humanas	BA
25	Universidade do Estado da Bahia	CANDACES: GRUPO DE PESQUISA GÊNERO, RAÇA, CULTURA &	Ciências Humanas	BA
26	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Coletivo Angela Davis: Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e	Ciências Humanas	BA
27	Universidade Estadual de Feira de Santana	CORPO-TERRITÓRIO, EDUCAÇÃO E DECOLONIALIDADE	Ciências Humanas	BA



28	Universidade do Estado da Bahia	Culturas, gêneros e sexualidades em espaços educacionais	Ciências Humanas	BA
29	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Currículo, gênero e relações etnicorraciais	Ciências Humanas	BA
30	Universidade Federal da Bahia	Desigualdades sociais e interseccionalidades de classe, gênero,	Ciências Sociais Aplicadas	BA
31	Instituto Federal da Bahia	DEVIR - Grupo de pesquisa em sexualidade, gênero, subjetividade e	Linguística, Letras e Artes	BA
32	Universidade do Estado da Bahia	DIADORIM - Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia e	Ciências Humanas	BA
33	Universidade Federal da Bahia	Direito e sexualidade	Ciências Sociais Aplicadas	BA
34	Universidade do Estado da Bahia	Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências	Ciências Sociais Aplicadas	BA
35	Universidade Federal do Sul da Bahia	Estudos interdisciplinares sobre subjetividade, relações de poder e	Ciências Humanas	BA
36	Universidade Federal da Bahia	GEM- Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Gênero, Saúde e	Ciências da Saúde	BA
37	Universidade Federal da Bahia	GEM- Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia	Ciências da Saúde	BA
38	Universidade do Estado da Bahia	Gênero, Interseccionalidade, Sexualidades e Saúde (GISS)	Ciências da Saúde	BA
39	Universidade Federal da Bahia	GESTAR - Grupo de estudos sobre a saúde da mulher no período gravídico-	Ciências da Saúde	BA
40	Universidade Federal da Bahia	Gira - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	Ciências Humanas	BA
41	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	GPEM _ Grupo de Estudos sobre mulher e relações de gênero	Ciências Sociais Aplicadas	BA



42	Universidade do Estado da Bahia	Grupo de Pesquisa Sobre Mulher, Gênero e Saúde	Ciências da Saúde	BA
43	Universidade do Estado da Bahia	História das Mulheres, Gênero e Literaturas	Ciências Humanas	BA
44	Universidade Federal da Bahia	JUSFEMINA grupo de pesquisa e extensão em gênero, direito e políticas	Ciências Sociais Aplicadas	BA
45	Universidade Federal da Bahia	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA	Ciências Humanas	BA
46	Universidade Estadual de Feira de Santana	Núcleo de Extensão e Pesquisa em Saúde da Mulher - NEPEM UEFS	Ciências da Saúde	BA
47	Universidade Federal da Bahia	Saúde da mulher, gênero e integralidade do cuidado	Ciências da Saúde	BA
48	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Azânia -Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gêneros, Sexualidades,	Ciências Humanas	CE
49	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Dandara	Ciências Humanas	CE
50	Instituto Federal do Ceará - Reitoria	CORPONEXÕES: corpo, cultura e sociedade	Ciências da Saúde	CE
51	Universidade Estadual do Ceará	Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais	Ciências Humanas	CE
52	Universidade de Fortaleza	Laboratório de estudos sobre violências contra mulheres, meninas e	Ciências Sociais Aplicadas	CE
53	Universidade de Fortaleza	Laboratório de estudos sobre violências contra mulheres, meninas e	Ciências Sociais Aplicadas	CE
54	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas	Ciências Humanas	CE



55	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Sobre o corpo feminino - Literaturas africanas e afro-brasileira	Linguística, Letras e Artes	CE
56	Universidade Estadual Vale do Acaraú	Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina	Ciências Humanas	CE
57	Universidade de Brasília	GENPOSS - Grupo de estudo e pesquisa em em Gênero, Política Social	Ciências Sociais Aplicadas	DF
58	Universidade de Brasília	Antropologia Política da Saúde	Ciências Humanas	DF
59	Universidade de Brasília	CASCA - Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva	Ciências Humanas	DF
60	Universidade de Brasília	Centro de Estudos em Gênero e Relações Internacionais (CEGRI)	Ciências Humanas	DF
61	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	CULTURA ORGANIZACIONAL, GÊNERO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ESTUDOS	Ciências Sociais Aplicadas	DF
62	Universidade de Brasília	Demodê - Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades	Ciências Humanas	DF
63	Universidade de Brasília	Direito, Gênero e Famílias	Ciências Sociais Aplicadas	DF
64	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	Direitos e Saúde das Mulheres e Meninas na América Latina	Ciências da Saúde	DF
65	Universidade de Brasília	Feminismo, Políticas e Direitos	Ciências Sociais Aplicadas	DF
66	Universidade de Brasília	Gênero, Comunicação e Sociabilidade	Ciências Sociais Aplicadas	DF
67	Universidade de Brasília	Madalenas em Ação: estudos feministas e de gênero em	Ciências Sociais Aplicadas	DF
68	Instituto Brasiliense de Direito Público	MULHERES RENDA E DEMOCRACIA	Ciências Sociais Aplicadas	DF

69	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Divergen - Grupo de pesquisa em Diversidades e Gênero	Ciências Humanas	ES
70	Universidade Federal do Espírito Santo	Gênero, Ensino de Literatura e Relações Étnico-Raciais	Ciências Humanas	ES
71	Universidade Federal do Espírito Santo	Laboratório de Pesquisas sobre Violência contra a Mulher no Espírito	Ciências Sociais Aplicadas	ES
72	Universidade Federal do Espírito Santo	Mulheres Artistas na história da arte: circulação, recepção e temáticas	Linguística, Letras e Artes	ES
73	Faculdade Unida de Vitória	Religião, Gênero e Violências (REGEVI): Direitos Humanos	Ciências Humanas	ES
74	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM ESPORTE, MÍDIA E GÊNERO - DIREITOS	Ciências Humanas	GO
75	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Grupo de Investigação de Gênero	Ciências Humanas	GO
76	Faculdades Alves Faria	Grupo de Pesquisa História do Direito da Mulher e de Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	GO
77	Universidade Federal de Goiás	GRUPO TRAB. Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais	Ciências Humanas	GO
78	Faculdades Alves Faria	História do Direito da Mulher e de Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	GO
79	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Negr@Luz - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e suas	Ciências Humanas	GO
80	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas, de Gêneros e Sexualidades	Ciências Humanas	GO
81	Universidade Federal de Goiás	ALTERITAS - Núcleo de Estudos em Gênero, Cultura e Diversidade.	Ciências Humanas	GO



82	Universidade Federal do Maranhão	DeGeM- Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade.	Ciências Humanas	MA
83	Instituto Federal do Maranhão	GEMCULTE-Lab: Laboratório de Pesquisa em Gênero, Ensino, Memória,	Ciências Humanas	MA
84	Universidade Federal do Maranhão	Gênero, Memória e Identidade (GENI)	Ciências Humanas	MA
85	Universidade Federal do Maranhão	Grupo de Estudos de Gênero e Educação Chita/Gitã	Ciências Humanas	MA
86	Universidade Estadual do Maranhão	Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão	Ciências Humanas	MA
87	Instituto Federal do Maranhão	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E GÊNERO	Ciências Humanas	MA
88	Universidade Estadual do Maranhão	Grupo de Estudos e Pesquisas Gênero, Mídia e Discurso	Ciências Humanas	MA
89	Universidade Federal do Maranhão	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas	Ciências Humanas	MA
90	Universidade Federal do Maranhão	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais,	Ciências Sociais Aplicadas	MA
91	Universidade Estadual do Maranhão	Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências, Saúde e Sexualidade (GP-ENCEX)	Ciências Humanas	MA
92	Universidade Estadual do Maranhão	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DE GÊNERO, SEXUALIDADE E FAMÍLIA	Ciências Humanas	MA
93	Universidade Federal de Viçosa	Trabalho, sociabilidade e gênero	Ciências Sociais Aplicadas	MG
94	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	(R)Existências: Educação, Direitos Humanos, Culturas e Meio Ambiente	Ciências Humanas	MG
95	Universidade Federal de Uberlândia	Afetad@s: Sexualidades, Cuidado e Políticas públicas	Ciências Humanas	MG



96	Universidade do Estado de Mato Grosso	CISMA - Grupo de pesquisa sobre Comportamento, Identidade, Saúde	Ciências da Saúde	MG
97	Universidade Federal de Minas Gerais	Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	MG
98	Universidade Federal de Juiz de Fora	Diga não à violência contra a mulher	Ciências Sociais Aplicadas	MG
99	Faculdades Unidas do Norte de Minas	Direitos humanos, violência de Gênero e Identidades	Ciências Sociais Aplicadas	MG
100	Universidade Federal de Viçosa	EDUCAGERA (Educação, Gênero e Raça)	Ciências Humanas	MG
101	Universidade do Estado de Minas Gerais	Estudos interdisciplinares em Gênero, Sexualidade e HIV/AIDS	Ciências Humanas	MG
102	Universidade Federal de Viçosa	Famílias, Políticas e Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	MG
103	Universidade Federal de Juiz de Fora	FECS - Grupo de Pesquisa em Família, Emoções, Gênero e Sexualidade	Ciências Humanas	MG
104	Universidade Federal de Uberlândia	Feminismo materialista	Ciências Humanas	MG
105	Universidade Federal de Juiz de Fora	GEDIS: Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e	Ciências Sociais Aplicadas	MG
106	Universidade do Estado de Minas Gerais	Gênero e Política: Debates Contemporâneos em Educação	Ciências Humanas	MG
107	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Gênero e Relações Internacionais	Ciências Humanas	MG
108	Universidade Federal de Lavras	Gênero, Diversidade em Movimento e Agroecologia	Ciências Sociais Aplicadas	MG
109	Universidade Federal de Juiz de Fora	Gênero, educação física, saúde e sociedade - GEFSS	Ciências da Saúde	MG
110	Universidade Federal de Minas Gerais	Grupo de Pesquisa Mulheres em Letras de Minas	Linguística, Letras e Artes	MG
111	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Mulheres na Edição	Linguística, Letras e Artes	MG



112	Universidade Estadual de Montes Claros	Núcleo de Estudos Espaço Feminino	Ciências Humanas	MG
113	Universidade Federal de Minas Gerais	Núcleo de Pesquisas e Estudos em Saúde da Mulher e Gênero	Ciências da Saúde	MG
114	Universidade Federal de Juiz de Fora	Travessias e Feminismo(s): estudos identitários na autoria feminina	Linguística, Letras e Artes	MG
115	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	ASPECTOS PSICOSSOCIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS NA CONSTITUIÇÃO DA	Ciências Humanas	MS
116	Universidade Federal da Grande Dourados	Gênero, Identidade e Memória	Ciências Humanas	MS
117	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	História, Mulheres e Feminismo	Ciências Humanas	MS
118	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Letramentos e feminismos	Linguística, Letras e Artes	MS
119	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Trilhas: migrações, fronteiras e gênero	Ciências Humanas	MS
120	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA em EDUCAÇÃO, GÊNERO, RAÇA e ETNIA	Ciências Humanas	MS
121	Universidade do Estado de Mato Grosso	Diferença, Raça, Gênero e Corpo	Ciências Humanas	MT
122	Universidade Federal do Pampa	GEEP - Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política	Ciências Sociais Aplicadas	MT
123	Universidade do Estado de Mato Grosso	Gênero, Estudos Decoloniais e Direitos Humanos	Ciências Humanas	MT
124	Universidade Federal do Pampa	Grupo de Pesquisas e Estudos em Saúde da Mulher (GRUPESM)	Ciências da Saúde	MT



125	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Clio: Mulheres, Diversidades e Ciência na Amazônia	Ciências Humanas	PA
126	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Corpos (des)viados: Articulações e intersecções de gênero, sexualidades,	Linguística, Letras e Artes	PA
127	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental brasileira	Ciências Humanas	PA
128	Universidade Federal do Pará	EGERA (Estudos de gênero e raça)	Linguística, Letras e Artes	PA
129	Universidade Federal do Pará	GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e	Ciências Humanas	PA
130	Universidade do Estado do Pará	GÊNERO, FEMINISMOS E SEXUALIDADES - GEFES	Ciências Humanas	PA
131	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Gênero, Raça, Estudos Amazônicos e Linguagens (GReal)	Ciências Humanas	PA
132	Universidade Federal do Pará	Grupo de Estudo e Pesquisa Educação, gêneros, feminismos e	Ciências Humanas	PA
133	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Amazônia, Sociedade e	Ciências Humanas	PA
134	Universidade Federal do Pará	Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Epistemologia do Feminismo Negro	Ciências Humanas	PA
135	Universidade Federal do Pará	Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes Sobre Mulher e Relações de	Ciências Humanas	PA
136	Universidade Federal do Pará	Mulheres Amazônidas e Latino-americanas na Literatura e nas Artes	Linguística, Letras e Artes	PA
137	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Mulheres na Literatura Brasileira do século XIX	Linguística, Letras e Artes	PA



138	Universidade Federal do Pará	NOSMULHERES. Pela Equidade de Gênero Etnicorracial	Ciências Humanas	PA
139	Universidade Federal do Pará	Onde está Tereza? invisibilidade, violência contra a mulher e ensino de	Ciências Humanas	PA
140	Universidade Estadual da Paraíba	Ação Cultural Camponesa: Núcleo de Estudos Rurais	Ciências Sociais Aplicadas	PB
141	Universidade Federal de Campina Grande	Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas	Ciências Humanas	PB
142	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	Gênero e realidade brasileira	Ciências Humanas	PB
143	Universidade Federal da Paraíba	Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão	Ciências Humanas	PB
144	Universidade Federal de Campina Grande	Grupo de Estudos da Mulher e das Masculinidades (GEMMAS)	Linguística, Letras e Artes	PB
145	Universidade Federal de Campina Grande	Grupo de Estudos em Saúde da Mulher	Ciências da Saúde	PB
146	Universidade Federal de Campina Grande	Mitos, Mulheres e Deusas	Linguística, Letras e Artes	PB
147	Universidade Federal da Paraíba	Pandora- Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidades	Ciências Humanas	PB
148	Universidade Federal da Paraíba	ProjetoAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões	Ciências Humanas	PB
149	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Antropologia, Gênero, Saúde e Trabalho	Ciências Humanas	PE
150	Universidade de Pernambuco	ARGILEA - Antropologia, Religiosidade, Gênero, Interculturalidade, Linguagens	Ciências Humanas	PE
151	Universidade Federal de Pernambuco	Arte, Educação e Diversidade Cultural	Linguística, Letras e Artes	PE
152	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Dadá - Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde	Ciências Humanas	PE



153	Universidade Federal de Pernambuco	Design, Consumo, Artefatos e Relações de Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	PE
154	Universidade Federal de Pernambuco	DIREITOS HUMANOS, PODER E CULTURA EM GÊNERO E SEXUALIDADE	Ciências Humanas	PE
155	Universidade Federal de Pernambuco	Educação em Saúde Integral, Gênero e Diversidade nos Cenários do Cuidado	Ciências da Saúde	PE
156	Universidade Federal de Pernambuco	FAGES - Família, Gênero e Sexualidade	Ciências Humanas	PE
157	Universidade Federal Rural de Pernambuco	JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades	Ciências Humanas	PE
158	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	LEABRASIL - (Grupo de Estudos de Autoria Feminina e Brasilidades	Linguística, Letras e Artes	PE
159	Universidade de Pernambuco	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História das Mulheres	Ciências Humanas	PE
160	Universidade Federal de Pernambuco	Núcleo de Pesquisa Mulher, Literatura e Sociedade	Linguística, Letras e Artes	PE
161	Universidade Federal de Pernambuco	Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades	Ciências Humanas	PE
162	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	NUPELEM - Núcleo de Pesquisa em Literaturas Escritas por Mulheres	Linguística, Letras e Artes	PE
163	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido - RIMAS	Ciências Humanas	PE
164	Universidade de Pernambuco	Saúde da Mulher	Ciências da Saúde	PE
165	Universidade Federal do Piauí	Amefricanidades: lugar, diferença e violência	Linguística, Letras e Artes	PI
166	Universidade Estadual do Piauí	Anajás - Direitos Humanos e Democracia	Ciências Sociais Aplicadas	PI
167	Universidade Estadual do Piauí	Comgênero - Comunicação, gênero, corpo e sexualidade	Ciências Sociais Aplicadas	PI
168	Universidade Federal do Piauí	ENGENDRE - Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento	Ciências Humanas	PI



169	Universidade Estadual do Piauí	Estudos de literatura contemporânea: política e gênero	Linguística, Letras e Artes	PI
170	Universidade Federal do Piauí	HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	Ciências Humanas	PI
171	Centro de Ensino Superior de Maringá	ATENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE HUMANA	Ciências da Saúde	PR
172	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Corpo e Gênero na História	Ciências Humanas	PR
173	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Cultura, relações de gênero e memória.	Ciências Humanas	PR
174	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Desenvolvimento, Trabalho e Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	PR
175	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Educação e Igualdade de Gêneros	Ciências Humanas	PR
176	Instituto Federal do Paraná	Educação, Gênero e Trabalho	Ciências Humanas	PR
177	Centro Universitário Curitiba	Efetividade das Instituições Internacionais e Gênero no Brasil e nas	Ciências Humanas	PR
178	Universidade Estadual de Londrina	Gênero, Corporalidades, Direitos Humanos e Políticas Públicas	Ciências Humanas	PR
179	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença	Ciências Humanas	PR
180	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Grupo de Estudo e Pesquisa de Gênero e Empoderamento da Mulher - GEPGEM	Ciências Sociais Aplicadas	PR
181	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Grupo de Estudos e Pesquisas: Feminismos e Violências de gênero	Ciências Sociais Aplicadas	PR
182	Universidade Estadual do Centro-Oeste	Laboratório discursividades, mulheres e resistência	Ciências Humanas	PR



183	Universidade Estadual de Maringá	Literatura de autoria feminina brasileira - LAFEB	Ciências Humanas	PR
184	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Música, gênero e feminismos na América Latina e Caribe - MGFalc	Linguística, Letras e Artes	PR
185	Universidade Estadual de Maringá	Núcleo de Estudos em Saúde da Mulher	Ciências da Saúde	PR
186	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Núcleo de Estudos em Saúde da Mulher, Adolescente e da Criança	Ciências da Saúde	PR
187	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Questão ambiental, gênero e condição de pobreza	Ciências Sociais Aplicadas	PR
188	Universidade do Grande Rio	Trabalho, Consumo e Interseccionalidades	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
189	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Abordagens sociológicas dos processos de saúde-doença	Ciências da Saúde	RJ
190	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Atelier de Estudos de Gênero	Ciências Humanas	RJ
191	Universidade Federal Fluminense	Bela, recatada e do lar: Núcleo sobre Gênero, Identidade e Feminismo -	Ciências Humanas	RJ
192	Universidade Federal Fluminense	Corpo, Gênero e Sexualidade nas Literaturas Portuguesa e Africanas	Linguística, Letras e Artes	RJ
193	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Corps: corpo, representação e espaço urbano	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
194	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	CORPUS - Estudos socioculturais sobre corpo, gênero e reprodução	Ciências Humanas	RJ
195	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	CULTIS - Núcleo de pesquisa em Cultura, Identidade e Subjetividade	Ciências Humanas	RJ
196	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Degenera - Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros	Ciências Humanas	RJ



197	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Direito, Gênero, Raça e o Pensamento de Mulheres Negras no contexto da	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
198	Colégio Pedro II	ELOS - Núcleo de Estudos e Ações em Gêneros e Sexualidades do Colégio	Ciências Humanas	RJ
199	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Escritas do Corpo Feminino	Linguística, Letras e Artes	RJ
200	Universidade Federal Fluminense	ETHOS: Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade	Ciências Humanas	RJ
201	Universidade Federal do Rio de Janeiro	GE-SER - Laboratório de Pesquisa, Estudos e Extensão em Gêneros,	Ciências Humanas	RJ
202	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	GÊNERO E RURALIDADES	Ciências Humanas	RJ
203	Fundação Oswaldo Cruz	Gênero e Saúde	Ciências Humanas	RJ
204	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Gênero, Democracia e Direito	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
205	Universidade Federal Fluminense	Gênero, Feminismos, Diversidade Sexual e Violência	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
206	Universidade Federal Fluminense	GÊNERO, MEMÓRIA E SERVIÇO SOCIAL	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
207	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Grupo de Estudo Feminismo nas Quebradas	Linguística, Letras e Artes	RJ
208	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Grupo de Estudos Feministas e Interseccionais - GEFIS	Linguística, Letras e Artes	RJ
209	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Grupo de Pesquisa Laboratório de Teorias e Práticas Feministas (PACC -	Linguística, Letras e Artes	RJ
210	Colégio Pedro II	Laboratório de Estudos Feministas na Escola	Linguística, Letras e Artes	RJ
211	Universidade Federal Fluminense	Laboratório de Estudos sobre Mulheres e Enfermagem	Ciências da Saúde	RJ
212	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Nós: dissidências feministas	Ciências Humanas	RJ



213	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NuEFem)	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
214	Universidade Federal Fluminense	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
215	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura - NIELM/UFRJ	Linguística, Letras e Artes	RJ
216	Universidade Federal Fluminense	Saúde da Mulher, maternidade e direitos sexuais e reprodutivos	Ciências Humanas	RJ
217	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sexualidade, Gênero e Feminismo (s)	Linguística, Letras e Artes	RJ
218	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sexualidades, Gêneros, Feminismos - SEGEFES	Linguística, Letras e Artes	RJ
219	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Violência doméstica e discriminação baseada em gênero: uma análise	Ciências Sociais Aplicadas	RJ
220	Universidade Federal do Rio de Janeiro	¿Ori ¿ Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero e Sexualidades¿	Ciências Humanas	RJ
221	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia	Ciências Humanas	RN
222	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gênero, Corpo e Sexualidade	Ciências Humanas	RN
223	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	NEGêDi - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e	Ciências Humanas	RN
224	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	SAÚDE, GÊNERO, TRABALHO E MEIO AMBIENTE - SAGMA	Ciências Humanas	RN
225	Universidade Federal de Rondônia	Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais	Ciências Humanas	RO
226	Universidade Estadual de Roraima	GÊNERO, CULTURA E DESLOCAMENTOS	Ciências Humanas	RR



227	Faculdade Meridional	Biopolítica, Gênero e desigualdades multidimensionais em sociedades	Ciências Sociais Aplicadas	RS
228	Universidade Federal de Pelotas	Caixa de Pandora: Estudos em Arte, gênero e Memória.	Linguística, Letras e Artes	RS
229	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Caleidoscópio: interseccionando estudos sobre educação, gênero,	Ciências Humanas	RS
230	Universidade La Salle - Canoas	ComGênero: interseccionalidades com Educação e Direitos Humanos	Ciências Humanas	RS
231	Universidade Federal de Santa Maria	Comunicação, gênero e desigualdades	Ciências Sociais Aplicadas	RS
232	Universidade Federal de Pelotas	D'GENERUS: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero	Ciências Humanas	RS
233	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Educação, Gênero e Trabalho Artesanal	Ciências Humanas	RS
234	Universidade Federal de Santa Maria	ELAS - Grupo de Estudos Feministas	Ciências Humanas	RS
235	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Estudos e práticas feministas em arte	Linguística, Letras e Artes	RS
236	Universidade Federal de Pelotas	Estudos em Gênero, Sexualidade e Comunicação	Ciências Sociais Aplicadas	RS
237	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	Fora da Caixa - Grupo de Pesquisa em educação, gêneros e sexualidades	Ciências Humanas	RS
238	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Gênero e Diversidades	Ciências Humanas	RS
239	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Gênero e História das Mulheres: grupo de estudos e pesquisas	Ciências Humanas	RS
240	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas	Ciências Humanas	RS



241	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	História das mulheres e estudos de gênero	Ciências Humanas	RS
242	Universidade Federal de Santa Maria	Metamorfose - Grupo de Estudos e Pesquisas feministas em Educação e	Ciências Humanas	RS
243	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Mulheres públicas na história: escrita, trabalho e resistências na América	Ciências Humanas	RS
244	Universidade Federal de Santa Maria	Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismo(s), estudos de	Linguística, Letras e Artes	RS
245	Universidade Federal de Santa Catarina	AFRODITE: Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em	Ciências da Saúde	SC
246	Instituto Federal de Santa Catarina	Amapô Odara: grupo de estudos sobre Educação, Gêneros, Corpos e	Ciências Humanas	SC
247	Universidade Federal de Santa Catarina	Criatividade, Diversidade e Gênero	Ciências Sociais Aplicadas	SC
248	Universidade Federal de Santa Catarina	Cultura e relações sociais	Ciências Humanas	SC
249	Universidade Federal da Fronteira Sul	Cultura, Política e Diversidade	Ciências Humanas	SC
250	Universidade Federal de Santa Catarina	EIRENÊ: "Centro de Pesquisas e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas	Ciências Humanas	SC
251	Universidade Federal de Santa Catarina	Epígenes - Núcleo de Estudos em Gênero, Diversidade Sexual e Saúde	Ciências Humanas	SC
252	Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Fogueira: Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero	Ciências Humanas	SC
253	Universidade do Planalto Catarinense	Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL/América do Sul)	Ciências Humanas	SC
254	Universidade Federal da Fronteira Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde, Mulher	Ciências da Saúde	SC



255	Universidade Federal de Santa Catarina	Núcleo de Estudos em Economia Feminista (NEEF)	Ciências Sociais Aplicadas	SC
256	Universidade Federal de Santa Catarina	Núcleo de Literatura Brasileira Atual - Literatual - Estudos Feministas e Pós-	Linguística, Letras e Artes	SC
257	Universidade Federal de Sergipe	Figurações do feminino: Florbela et alii	Linguística, Letras e Artes	SE
258	Universidade de São Paulo	Alteridade, subjetividades, estudos de gênero e performances nas	Ciências Sociais Aplicadas	SP
259	Universidade Federal de São Paulo	Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado	Ciências Humanas	SP
260	Universidade Estadual de Campinas	Arte, gênero e cultura	Ciências Humanas	SP
261	Universidade de Santo Amaro	Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento	Ciências Humanas	SP
262	Universidade de São Paulo	Crianças, práticas urbanas, gênero e imagens	Ciências Humanas	SP
263	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Cultura & Gênero	Ciências Humanas	SP
264	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade	Ciências Sociais Aplicadas	SP
265	Centro Universitário Herminio Ometto de Araras	DisGêneroS	Linguística, Letras e Artes	SP
266	Instituto Federal de São Paulo	Estudos de gênero e sexualidade: da invisibilidade à construção de sujeitos	Ciências Humanas	SP
267	Universidade de São Paulo	Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual - Edges	Ciências Humanas	SP
268	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	FIGAS: Feminismos, Imagens, Gêneros e Artes	Linguística, Letras e Artes	SP



269	Universidade de São Paulo	Gênero e evidências em maternidade e saúde (GEMAS)	Ciências da Saúde	SP
270	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Gênero e Raça	Linguística, Letras e Artes	SP
271	Universidade Federal de São Paulo	Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade	Ciências Humanas	SP
272	Universidade Estadual de Campinas	Gênero, Experiência e Subjetividades	Ciências Humanas	SP
273	Universidade Municipal de São Caetano do Sul	Gênero, Mulher e Cidadania: perspectivas interdisciplinares em	Ciências Sociais Aplicadas	SP
274	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Gênero, Religião e Política - GREPO	Ciências Humanas	SP
275	Universidade de São Paulo	Grupo de Pesquisa Enfermagem, Mulher e Saúde	Ciências da Saúde	SP
276	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Grupo de Pesquisa Mulher e Mídia	Ciências Sociais Aplicadas	SP
277	Centro Universitário Toledo	Grupo de Pesquisa Profa Dra Joana Félix - Gênero, Educação e Feminismos	Ciências Humanas	SP
278	Universidade Federal de São Carlos	InFemis	Ciências Humanas	SP
279	Universidade de São Paulo	Mulher & Saúde: Violência doméstica no período gravídico puerperal	Ciências da Saúde	SP
280	Universidade Estadual de Campinas	Mulheres de Letras: escritoras do século XIX e XX, Brasil, Europa e África	Ciências Humanas	SP
281	Universidade de São Paulo	NÓS - Grupo de Estudos sobre Feminismos	Ciências Humanas	SP
282	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER - PUC/SP	Ciências Humanas	SP



283	Universidade Federal de São Paulo	Núcleo de Estudos de Gênero e Feminismos (GEFEMS)	Ciências Humanas	SP
284	Instituto Federal de São Paulo	Núcleo de Estudos em Agroecologia, Economia Feminista e Solidária	Ciências Agrárias	SP
285	Universidade Federal de São Paulo	Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: gênero, sexualidades, feminismos	Ciências Humanas	SP
286	Universidade Estadual de Campinas	Saúde da Mulher e do Recém-Nascido	Ciências da Saúde	SP
287	Universidade Estadual de Campinas	Teorias e Militâncias Feministas	Ciências Humanas	SP
288	Universidade de São Paulo	¿Geografia e Gênero: a modernidade técnico-científica na agricultura	Ciências Humanas	SP
289	Universidade Federal de Catalão	ANÔMALOS - Pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e	Ciências Humanas	TO
290	Universidade Federal do Tocantins	ANTROPOS - Grupo de Pesquisas em Antropologia Social e	Ciências Humanas	TO
291	Universidade Federal do Tocantins	Comunicação, Direitos e Igualdade (CODIG)	Ciências Sociais Aplicadas	TO
292	Universidade Federal de Catalão	Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho	Ciências Humanas	TO
293	Universidade Federal do Tocantins	Grupo de Pesquisa Mulheres na Arquitetura e no Urbanismo - GPMAU	Ciências Sociais Aplicadas	TO
294	Universidade Federal do Tocantins	OUTRAS - Observatório Transdisciplinar sobre Feminismo,	Ciências Humanas	TO



ANEXO 1

Ficha de notificação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais do SINAN



República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

FICHA DE NOTIFICAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS

Nº

Definição de caso: Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e autoridades competentes (Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente e Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta ficha atende ao Decreto-Lei nº 5.099 de 03/06/2004, que regulamenta a Lei nº 10.778/2003, que institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e o artigo 19 da Lei nº 10.741/2003 que prevê que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra idoso são de notificação obrigatória.

Dados Gerais	1 Data da Notificação	2 UF	3 Município de Notificação	Código (IBGE)
	4 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)	Código (CNES)		
	5 Data da Ocorrência do Evento	6 Hora da ocorrência (0 - 24 horas)		
Dados da Pessoa Atendida	7 Nome	8 Data de Nascimento		
	9 Idade 1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano	10 Sexo 1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado	11 Gestante 1) 1º Trimestre 2) 2º Trimestre 3) 3º Trimestre 4) Idade gestacional Ignorada 5) Não 6) Não se aplica 9) Ignorado	
	12 Cor 1 - Branca 4 - Parda 2 - Preta 5 - Indígena 3 - Amarela 9 - Ignorado	13 Escolaridade 01) Analfabeto 06) Ensino médio incompleto 02) 1ª a 4ª série incompleta do EF 07) Ensino médio completo 03) 4ª série completa do EF 08) Educação superior incompleta 04) 5ª a 8ª série incompleta do EF 09) Educação superior completa 05) Ensino fundamental completo 10) Não se aplica 99) Ignorado		
	14 Ocupação	15 Situação conjugal 1 - Solteiro 3 - Viúvo 5 - Não se aplica 2 - Casado/união consensual 4 - Separado 9 - Ignorado		
	16 Relações sexuais 1 - Só com Homens 3 - Com homens e mulheres 2 - Só com mulheres 4 - Não se aplica 9 - Ignorado	17 Possui algum tipo de deficiência? Física Visual Outras deficiências/ Síndromes Mental Auditiva		
	18 Número do Cartão SUS	19 Nome da mãe		
Dados de Residência	20 UF	21 Município de residência	Código (IBGE)	22 Bairro de residência
	23 Logradouro (rua, avenida,...)			24 Número
	25 Complemento (apto., casa, ...)			26 Ponto de Referência
	27 CEP			
	28 (DDD) Telefone	29 Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado	30 País (se residente fora do Brasil)	
Dados da Ocorrência	31 Local de ocorrência 01 - Residência 04 - Ambiente de trabalho 07 - Estabelecimento de saúde 11 - Terreno baldio 02 - Habitação coletiva 05 - Escola 08 - Instituição socioeducativa 12 - Bar ou similar 03 - Via pública 06 - Creche 09 - Instituição de longa permanência 13 - Outros 10 - Instituição prisional 99 - Ignorado			
	32 UF	33 Município de Ocorrência	34 Bairro de ocorrência	
	35 Logradouro de ocorrência (rua, avenida,...)			36 Número
	37 Complemento (apto., casa, ...)			
	38 Zona de ocorrência 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado	39 Ocorreu outras vezes? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	40 A lesão foi autoprovocada? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	
	41 Meio de agressão 1 - Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9 - Ignorado Arma branca Enforcamento/sufocação Arma de fogo Objeto contundente Queimadura Objeto contundente Força corporal Outros	42 Tipo de violências 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado Física Sexual Tortura Psicológica / Moral Tráfico de seres humanos Patrimonial Negligência/ Abandono Trabalho infantil Outros		

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais

SVS 28/06/2006

[illegible]

Notificador	Município/Unidade de Saúde		Cód. da Unid. de Saúde/CNES	
	Nome	Função	Assinatura	

SVS 28/06/2006